

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**A memória do tio Antônio à sombra do Conselheiro de
Euclides da Cunha**

MARLEIDE SANTANA PAES

Vitória da Conquista
Dezembro de 2010

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**A memória do tio Antônio à sombra do Conselheiro de
Euclides da Cunha**

MARLEIDE SANTANA PAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Ricotta Vilela Pinto

Vitória da Conquista
Dezembro de 2010

P138m Paes, Marleide Santana.
A memória do tio Antônio à sombra do Conselheiro de Euclides da Cunha. / Marleide Santana Paes; orientadora Lúcia Ricotta Vilela Pinto - - Vitória da Conquista, 2010.
110 f.

Dissertação (mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade).
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010.

1. Memória. 2. Literatura. 3. Identidade. 4. História. 5. Ficção.
I. Pinto, Lúcia Ricotta Vilela. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em inglês: The memory of Tio Antônio under the shadow of Euclides da Cunha's Conselheiro.

Palavras-chaves em inglês: Memory. Literature. Identity. History. Fiction.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.


Banca examinadora: Lúcia Ricotta Vilela Pinto (orientadora); Aleilton Fonseca (membro titular); Prof. Dr. Marcello Moreira (membro titular); Profa. Dra. Rosa Helena Blanco (suplente); Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt (suplente).

Data da defesa: 17 de dezembro de 2010

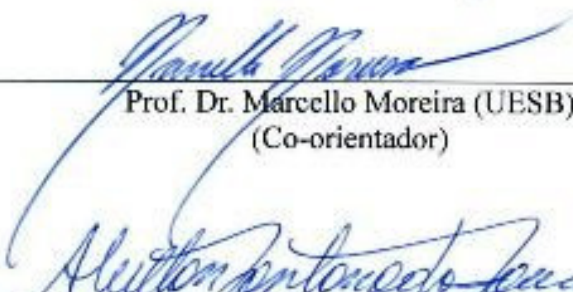
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Lúcia Rícolla Vilela Pinto (UESB) (UESB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Marcello Moreira (UESB)
(Co-orientador)



Prof. Dr. Aleilton Santana de Fonseca (UEFS)

Suplentes

Prof. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)

Prof. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (UNEB)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 17/12/2010.

Resultado: Aprovada

DEDICO

A minha querida irmã Margarete Bárbara

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus, único Senhor da minha existência.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB - Programa de Pós-Graduação em **Memória: Linguagem e Sociedade**. A minha orientadora, professora Dr^a. Lúcia Ricotta Vilella Pinto pela disponibilidade, empréstimos do material teórico e apoio nos momentos de orientação e à coordenadora do curso, professora Dr^a. Maria Conceição Fonseca pela sua competência e dedicação na coordenação deste programa de pós-graduação, bem como aos outros professores do mestrado, muito dos seus ensinamentos durante as disciplinas foram úteis neste trabalho.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em meus sonhos, por isso fizeram o que puderam para torná-los realidade. Ao meu esposo e aos meus filhos pelo incentivo que me deram, mesmo quando precisaram “abrir mão de minha presença”, para eu me dedicar mais aos estudos. Aos meus irmãos, minha irmã, cunhados e cunhados pelos constantes incentivos.

Aos colegas de curso pelos momentos legais compartilhados, aos colegas de trabalho, sobretudo Jussara, Meryane, Rosângela, Téo, Gilson, Gislene, e aos meus alunos Agradeço ao professores membros da Banca de Qualificação.

Todas estas pessoas colaboraram de certa forma para que mais este projeto profissional se realizasse com êxito em minha vida. A elas os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos os procedimentos de produção histórica e ficcional para a representação da memória de uma personagem cara à literatura brasileira, Antônio Conselheiro. A pesquisa teve os seguintes objetivos: a) responder o porquê José. J. Veiga optou por figurar uma imagem de Antônio Conselheiro desprovida dos traços e disposições centrais que Euclides da Cunha havia associado a esta personagem em **Os Sertões**; b) investigar se a memória constituída sobre Antônio Conselheiro na sociedade brasileira ao longo dos anos é o reflexo da “identidade proclamada” constituída sobre este na obra euclidiana. Comprova a hipótese de que esta cristalização memorialística favoreceu a constituição de uma “identidade histórica” que a sociedade brasileira, do século XX e XXI, tem a respeito do beato sertanejo. O *corpus* desta pesquisa é constituído da obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões** 1902 e do romance ficcional de José J. Veiga, **A Casca da Serpente** 1989. No desenvolvimento da análise da mesma, a identidade de Antonio Conselheiro foi entendida como “identidade proclamada”, termo emprestado do filósofo Paul Ricoeur em **A memória, a história e o esquecimento**. As questões concernentes aos relatos euclidianos e à reconfiguração de Antônio Conselheiro na obra veiguiana, bem como às questões fenomenológicas da memória foram tratadas também sob a perspectiva de Ricoeur, não só em **A Memória, a História e o Esquecimento**, mas também a partir de seu **Tempo e Narrativa**. Neste processo de comparação, procuramos observar as fragilidades, os mecanismos de manipulações e os recalques de memória nos processos modernos de refundação da imagem de um Brasil e de brasileiros de espaços ignotos e “à margem da história”.

Palavras-chave

Memória. Literatura. Identidade. História. Ficção.

ABSTRACT

In this work we analyzed the procedures of historical and fictional production for representing the memory of a beloved character in Brazilian literature, Antonio Conselheiro. The research had the following objectives: a) to answer why José J. Veiga chose to figure a picture of Antonio Conselheiro devoid of the traits and central arrangements which Euclides da Cunha had associated to this character in **Os Sertões**; b) to investigate if the memory constituted around Antonio Conselheiro in Brazilian society over the years is a reflection of the “proclaimed identity” built on him in Euclides da Cunha’ work. To prove the hypothesis that this memorialistic crystallization favored the formation of a “historical identity” that the 20th and 21st century Brazilian society has about the devout sertanejo. The *corpus* of this research consists of Euclides da Cunha’s work, **Os Sertões**, 1902, and the fictional novel by José J. Veiga, **A Casca da Serpente**, 1989. In developing its analysis, Antonio Conselheiro’s identity was understood as “proclaimed identity”, a term borrowed from philosopher Paul Ricoeur in **Memory, History and Forgetting**. The issues concerning Euclides da Cunha’ reports and Antonio Conselheiro’s reconfiguration in Veiga’s work and the phenomenological issues of memory were also discussed from Ricoeur’s perspective as well, not only in **Memory, History and Forgetting**, but also from his **Time and Narrative**. In this comparison process we attempted to observe the weaknesses, the manipulation mechanisms and memory settlements in the modern processes of rebuilding an image of a Brazil and Brazilians, of unknown spaces and “outside history”.

Key-words

Memory. Literature. Identity. History. Fiction.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 Considerações Gerais..... | 10 |
| 1.1 O problema e a justificativa desse trabalho..... | 10 |
| 1.2 Procedimentos metodológicos..... | 15 |
| 2 A constituição das “identidades” de Antônio Conselheiro em <i>Os Sertões</i> e em <i>A Casca da Serpente</i> | 21 |
| 2.1 Antônio Conselheiro: histórico, religioso, reverenciado, execrado, reconfigurado..... | 25 |
| 2.2 O aparato discursivo de Euclides da Cunha em <i>Os Sertões</i> na construção de seu “gnóstico bronco”..... | 30 |
| 2.3 O olhar científico de Euclides da Cunha perante “um hiato, uma terra ignota”..... | 32 |
| 2.4 O uso do ornato em <i>Os Sertões</i> como “esvaziar de tensões” diante de uma “terra ignota”..... | 37 |
| 3 José J. Veiga: “Fantástico mesmo é o desrespeito ao próximo”..... | 42 |
| 3.1 A construção romanesca de José J. Veiga..... | 54 |
| 3.2 Antônio Conselheiro: facínora ou herói?..... | 58 |
| 4 Figurações da “identidade reclamada” e da “identidade proclamada” a respeito de Antônio Conselheiro..... | 62 |
| 4.1 Por que silenciar o chocalho da serpente?..... | 66 |
| 4.2 Antônio Conselheiro e tio Antônio: imagens (des) harmônicas?..... | 72 |
| 4.3 O bom Jesus conselheiro e o marechal “mão de ferro”: arquétipos de memórias triunfantes..... | 78 |
| 5 Vestígios dos Atos de Fingir de Wolfgang Iser em <i>A casca da serpente</i> | 82 |
| 5.1 As operações dos “atos de fingir” reconhecidas em Iser..... | 84 |
| 6 O uso da “Força Plástica” como necessidade do lembrar e do esquecer na “reconfiguração” da “identidade” de Antônio Conselheiro em <i>A casca da serpente</i> | 86 |
| 6.1 <i>A Casca da Serpente</i> : modelo de confluência entre ficção e história..... | 91 |
| 6.2 Caminheira ou bombardeio? O Bom Jesus já está no céu!..... | 94 |
| 7 Considerações finais..... | 100 |
| Referências..... | 109 |

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 O Problema e a Justificativa deste trabalho

A escolha da obra **A Casca da Serpente** (1989) se deve ao modo como José J. Veiga¹, autor dessa narrativa ficcional, cria um *novo* Conselheiro extremamente despojado, descontraído, diferente daquele apresentado por Euclides da Cunha em **Os Sertões**, de 1902, um típico “paranóico indiferente [...] caso notável de degenerescência intelectual” (CUNHA, 2009, p. 146).

¹ O autor do romance **A Casca da Serpente** nasceu em 1915 na pequena vila de Corumbá de Goiás. Falecido no Rio de Janeiro em 1999, este escritor iniciou sua vida literária somente aos 44 anos de idade, com o livro **Os Cavalinhos de Platiplanto**, obra que lhe deu o prêmio Fabio Prado em 1959. José. J. Veiga é conhecido tanto no Brasil quanto no exterior. Teve suas obras lançadas nos Estados Unidos, Inglaterra, México, Espanha, Dinamarca, Suécia, Noruega e Portugal. Pelo conjunto de sua obra, ganhou a versão do prêmio Machado de Assis (de 1997), outorgado pela Academia Brasileira de Letras. Segue uma lista de suas obras - **Os Cavalinhos de Platiplanto** (1959); **A Hora dos Ruminantes** (1966); **A Estranha Máquina Extraviada** (1967); **Sombra de Reis Barbudos** (1972); **Os Pecados da Tribo** (1976), **O Professor Burim e as Quatro Calamidades** (1978); **De Jogos e Festas** (1980); **Aquele Mundo de Vasabarrós** (1982); **Torvelinho Dia e Noite** (1985); **A Casca da Serpente** (1989); **O Risonho Cavalinho do Príncipe** (1993); **O Relógio Belizário** (1995); **Tajá e Sua Gente** (1997); **Objetos Turbulentos** (1997 - último livro por ele publicado).

No curso de especialização em Teoria e História literária tive a oportunidade de analisar duas de suas principais obras, o primeiro destes romances é **A Hora dos Ruminantes**, nesta narrativa o leitor conhece a história de Manaraiema, uma cidadezinha que repentinamente vê-se reprimida por homens desconhecidos e misteriosos; os homens da tapera, que se alojam nas proximidades da cidade. A imagem do acampamento surge repentinamente, causando imensa curiosidade nos habitantes do lugar que começam a especular a origem dos tais estranhos. Depois da chegada deles, inicia-se uma série de acontecimentos estranhos que deixam os moradores em pânico. O primeiro destes acontecimentos é a invasão da cidade por cães, os tais bichos invadem as casas, acam os moradores, tiram-lhes a liberdade de entrar e sair sem que antes não precisem tropeçar em um cão, os habitantes de Manaraiema até tentam enxotá-los; não obstante, sem sucesso, conformam-se com a presença dos impertinentes intrusos. O segundo acontecimento, intitulado no livro como *O dia dos bois* deixaria a população terrivelmente amedrontada, trata-se da invasão da cidade por bois. Em pouco tempo, estes ruminantes tiram a tranqüilidade de Manaraiema, encurralando-a, fazendo de seus moradores prisioneiros em suas próprias casas. Se alguém arriscasse sair de casa teria que passar por cima dos bois, se porventura se distraísse e escorregasse poderia ser esmagado por inúmeros deles que vigiavam incessantemente os moradores pelas portas e janelas das casas.

O segundo romance analisado por mim na especialização aborda a temática da opressão de pessoas de um pequeno vilarejo trata-se de **A Sombra de Reis Barbudos** (1972) neste romance, os moradores eram punidos por “se queixar demais do calor”, ou por distração, “apanhar ou deixar de apanhar um objeto caído na rua” (VEIGA, 2004, p. 69). O personagem narrador Lucas rememora seus tempos de infância relatando as punições sofridas por ele e todos os habitantes da pequena cidade Taitara que desrespeitassem algumas das absurdas ordens da companhia. “Ninguém podia mais cuspir pra cima, nem carregar água em jacá, nem tapar o sol com a peneira, nem pular muros para cortar caminhos” (VEIGA, 2004, p. 49) Nota-se que nestes trechos, o narrador apropriando-se do humor cita exemplos esdrúxulos para relatar tais proibições da Companhia.

O caráter irônico, crítico, cômico e perspicaz é traço marcante da linguagem de José J. Veiga, estes traços fazem-se presentes em muitas de suas obras, entre as quais **A Hora dos Ruminante** (1963) e **Sombras de Reis Barbudos** (1973) romances os quais, conforme destaquei em nota acima, tive a oportunidade de analisar, na Especialização em Teoria e História Literária.

No referido trabalho de especialização, analisei como se deu parte da produção literária de José J. Veiga em um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, a saber, o governo do país sob o domínio militar. Na formulação das análises do citado trabalho, sob título **Papéis e Canetas entre Bois e Urubus** (2008) ressaltai a engenhosidade com que o discurso literário manifestou-se e resistiu esteticamente aos “anos de chumbo”. Algumas partes deste trabalho se fazem presente nesta pesquisa no capítulo que trato da fortuna crítica de José J. Veiga.

Nos romances, **A Hora dos Ruminantes** e **Sombra de Reis Barbudos**, José J. Veiga optou por construir suas produções literárias fazendo uso de acontecimentos permeados de metáforas e alegorias. Estes recursos foram utilizados pelo autor para o esboço de um gênero narrativo comumente conhecido, na América Latina, como expressão do realismo mágico.

Tendo em vista esse percurso, vejo-me diante de um novo desafio: descobrir o que há por baixo da “casca da serpente”. Além disso, investigar como se constrói um regime memorialístico cravado num diálogo entre ficção e história, em meio a duas produções literárias brasileiras ligadas às distintos contextos históricos. O regime aqui gira em torno da personagem, Antônio Conselheiro, porém modelado por dois autores, Euclides da Cunha e José. J. Veiga.

Os Sertões e **A Casca da Serpente** são escritos em momentos de transições no âmbito político do país. Na obra de Euclides da Cunha esta mudança aparece em 1902, pouco tempo após a substituição do modelo de regime governamental monárquico para republicano; em José J. Veiga 1989 vê-se um período marcado pela redemocratização do Brasil, a partir de um quadro de abertura política depois de grande período ditatorial. Os dois períodos históricos revelam expectativas de conquistas diante de um novo sistema governamental.

Trabalha-se aqui com a perspectiva que estas obras aparecem como elementos de refundação de outra imagem do Brasil que apontam para um futuro diferente do experimentado até então nos dois contextos distintos em que ambas as obras se constituíram. Ao realizar a leitura de **Os Sertões** a população do início do século XX tem a oportunidade de conhecer um Brasil “ignoto” que há séculos é invisível aos olhos de um país marcado social e politicamente por uma visão litorânea que tem por referenciais civilizatórios os modelos europeus de sociedade. Em **A Casca da Serpente**, o leitor das obras de Veiga acostumado a ver seus personagens oprimidos por um mundo absurdamente acanhados, por fatores externos, na maioria das vezes, metaforizados em animais, contempla agora a criação de Concorrência de Itatimundé um mundo vitorioso e “retificado”, marcado por uma sociedade sem governo.

Nota-se que tanto em **Os Sertões** quanto em **A Casca da Serpente** produzem-se imagens de um Brasil utópico, pois apesar de Euclides da Cunha mostrar o que foi a Guerra de Canudos, “um crime digno de denúncia” as populações sertanejas, inclusive os sobreviventes do massacre, mesmo depois do advento do novo regime republicano, continuaram a viver em um espaço social fortemente marcado ainda pela estrutura coronelística, em uma região seca, onde é fator constante a privação alimentar, escassez de água etc. Em suma, o sertanejo tinha como realidade social e econômica uma “terra Ignota”. Sendo assim, há de se notar que mesmo após a consagração desta obra euclidiana, o povo do sertão do início do novo século continuará segregado socialmente. Em **A Casca da Serpente**, apesar de ter dado certo o sonho de “passar Canudos a limpo”, a cidade também foi totalmente destruída, dessa vez não por ser mal feita, mas por ser muito perfeita.

Cogita-se, por isso, a possibilidade de **A Casca da Serpente** ser a representação poética ou a ficção de um Antônio Conselheiro vivo, mesmo depois de sua morte oficial, uma espécie de “identidade reclamada”, requerida estritamente nos limites do discurso ficcional, a partir do “pacto implícito entre leitor e escritor” (RICOEUR, 2007, p. 274) mas que operacionaliza sua construção textual desde uma relação dialógica com a figuração que Antônio Conselheiro recebeu em **Os Sertões**.

Ao que parece, a configuração que Euclides da Cunha cria para Antônio Conselheiro em sua célebre obra possibilitou em certa medida, a construção de uma espécie de memória cristalizada desse polêmico beato sertanejo. Trabalha-se aqui com a

hipótese de que esta cristalização memorialística favoreceu a constituição de uma “identidade histórica” que a sociedade brasileira, do século XX e XXI, tem a respeito deste personagem. Neste trabalho, esta identidade será entendida como “identidade proclamada”, termo emprestados do filósofo Paul Ricoeur em **A memória, a história e o esquecimento** publicada em 2000.

A pergunta que busco responder nesta pesquisa é: em que medida a memória que se tem de Antônio Conselheiro é o reflexo da “identidade proclamada” constituída nele no livro de Euclides da Cunha? Teremos então nesta pesquisa a análise de apenas um personagem, Antônio Conselheiro, o cabeça do povo sertanejo na ocasião da Guerra de Canudos, nos fins do século XIX. Esta figura, todavia, será analisada sob duas perspectivas: uma que se apoiando nas teorias cientificistas dos finais do XIX e dos relatos dos jornais da época, relata “o que foi” a saga de Antônio Conselheiro e seu fim trágico no confronto com o Exército Republicano, trata-se de **Os Sertões**; outra que, se amparando nos limites da ficção literária oferece-nos a oportunidade de imaginarmos um fim que poderia “ter sido” para Antônio Conselheiro e seus heróicos conselheristas, caso não tivessem morrido na guerra, trata-se de **A Casca da Serpente**.

Conforme foi dito, em **Os Sertões** Euclides da Cunha se propõe a narrar os acontecimentos mais marcantes da Guerra de Canudos ocorrida, segundo a cronologia da referida Campanha, de 04 de novembro de 1896 a 06 de outubro de 1897. O início do conflito se efetiva quando o General Sólton envia, após solicitação do Governo da Bahia, 100 praças para deter os ânimos dos “jagunços assaltantes” de Antônio Conselheiro, e o final se concretiza quando por fim o Exército Republicano extermina o arraial de Belo Monte, a “*urbs monstruosa*” e exuma o corpo do Conselheiro (CUNHA, 2009, p, 14-15).

Os relatos euclidianos sobre os fatos ocorridos em Belo Monte se fazem a partir das concepções civilizatórias que o autor possui. Segundo Luiz Costa Lima, em **Terra Ignota**, (1997) estas convicções de Euclides da Cunha são oriundas de uma visão litorânea que toma como paradigma de civilização uma “devoção carismática” pelos modelos sociais oriundos da Europa e por conta de tais paradigmas desprezam a “realidade nacional (COSTA LIMA, 1997, p. 153).

Euclides da Cunha movido por uma explicação de cunho científico procura compreender os reais motivos da formação biopsicológica do homem sertanejo.

Fazendo uso de linguagem eloqüente, ele descreve em **Os Sertões** o Brasil interiorano que vive sob o domínio do regime político marcado por fortes influências coronelistas, para isso, lança mão de pesquisa detalhada da terra e do homem. A formação geológica do sertão e o intercruzamento de raças do qual o sertanejo é resultante tornaram-se objetos de estudo imprescindíveis para que Euclides da Cunha explicasse a gênese do homem sertanejo que se encontrava nos final do XIX. Sendo assim, vê-se que a partir da análise destes dois elementos: terra e homem, o autor de **Os Sertões** constrói seu argumento e procura compreender os motivos reais da Guerra de Canudos e suas trágicas implicações sobre a população do sertão baiano as porta do século XX.

O romance **A Casca da Serpente**, por seu turno, também narra a história de Antônio Conselheiro, no entanto, aquela figura austera, sisuda de beato compenetrado e extremamente religioso que relata a história e principalmente a obra canônica de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, gradativamente “perde fôlego” no decorrer da narrativa e cede lugar a outro personagem, Antônio Conselheiro diferente, versátil e muito mais aberto ao diálogo. O peregrino sertanejo “muda de casca”, pois passa por uma revolução estética e ideológica. Se em **Os Sertões** não é possível encontrar uma transformação radical da figura de Conselheiro, em **A Casca da Serpente** isso acontece.

Desse modo, nesse romance sai de evidência, parcialmente, o “bonzo claudicante” detalhadamente figurado por Euclides da Cunha e em entra em cena o elegante tio Antônio “reconfigurado” ficcionalmente por José J. Veiga. Uso o termo parcialmente porque ficará perceptível no decorrer deste trabalho que o Antônio Conselheiro de Veiga ficará sempre à sombra da forte presença do Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha, ou seja, não conseguirá se desvencilhar totalmente do “gnóstico bronco” por mais que “mude de casca”, o tio Antônio ficará “na penumbra” de Antônio Conselheiro descrito em **Os Sertões**.

Diante disso, pretendo empreender um diálogo sobre as distintas, entretanto complementares “identidades”. Este diálogo entre a “identidade proclamada” que acredito existir em **Os Sertões** e a “identidade reclamada” que suspeito está presente em **A Casca da Serpente** terá sua aplicação na análise Antônio Conselheiro e a identidade que se constitui dele na memória coletiva do país após a Guerra de Canudos.

Sendo assim, as questões concernentes aos relatos euclidianos e a refiguração de Antônio Conselheiro na obra veiguiana serão compreendidas à luz das teorias de Paul Ricoeur, que no capítulo: **Os abusos da memória artificial: a proeza da memorização** (RICOEUR, 2007, p.73; 94) define “identidade proclamada” e “identidade reclamada”, bem como enfatiza a “fragilidade da identidade”. Ao falar neste capítulo dos “abusos da memória” tanto em seus “usos” como na “escassez de uso” Ricoeur salienta que as “memórias manipuladas” ameaçam as “identidades narrativas”. Ele nos adverte sobre a vulnerabilidade da memória, porque, por mais dependente que somos dela para recordarmos o passado, havemos de estar cientes de que ela, a memória, se torna frágil devido aos “usos e abusos” aos quais é exposta nas narrativas de um evento. No caso deste trabalho, este evento é a Guerra de Canudos.

1.2 Procedimentos metodológicos

O cerne desta pesquisa é engendrar uma análise comparativa entre as representações das figurações de memórias constituídas a respeito de Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha e o Antônio Conselheiro de José J. Veiga. Neste processo de comparação procurar-se-á observar as fragilidades, os mecanismos de manipulações e os recalques de memória nos processos modernos de refundação da imagem de um Brasil e de brasileiros marcados de espaços ignotos ou “à margem da história”.

Sob as bases da “identidade proclamada”, na constituição textual híbrida da obra **Os Sertões**, e da “identidade reclamada”, no âmbito da ficção em **A Casca da Serpente**, buscar-se-á revelar um Antônio Conselheiro à sombra de Euclides ou um Antônio Conselheiro que tem por objetivo central “passar Canudos a limpo”, para usar os termos de Veiga. Com isso, quer-se dizer que essa personagem esquecida da história e outrora figurada como tipo social moralmente degradado porque advindo de espaços inóspitos de nosso território nacional, pode passar por outras imagens de reconhecimento, aptos à sociabilidade, a certos graus de civilidade e urbanidade social. No entanto, para que esta finalidade tenha êxito, tornou-se imprescindível antes entender conceitualmente as definições que Paul Ricoeur apresenta para a categoria

memória, lembrança, rememoração e esquecimento em **A História, a Memória, o Esquecimento** (2007).

Para este fim, foi procedente que eu refletisse sobre as considerações que este filósofo faz a respeito da concepção de memória para a tradição filosófica antiga, e ainda, compreender a fenomenologia da lembrança a partir da “tradição do olhar interior” em Santo Agostinho e do olhar exterior que surge partir do trabalho de sociologia em Maurice Halbwachs. Estes dois “olhares” serão o ponto de partida para Ricoeur discorrer sobre a memória individual e a memória coletiva. Aqui estas memórias que Ricoeur analisa serão compreendidas a respeito das identidades: “proclamada e reclamada” que suponho existir em Antônio Conselheiro respectivamente em **Os Sertões** e em **A Casca da Serpente**.

Ao analisar a importância destas duas memórias Ricoeur salienta que elas não podem ser entendidas como pares opostos, antes, são categorias que precisam ser colocadas como elementos que muito embora pertençam a campos discursivos distintos constroem, em certa medida, um nível de intersecção dialógica. Tem-se por finalidade neste trabalho, conforme ressaltai, investigar este entrelaçamento entre a memória individual e coletiva na constituição identitária de Antônio Conselheiro. Por último, é importante compreender a análise que Ricoeur constrói sobre a “fragilidade da identidade”, resultantes dos “abusos da memória” (RICOEUR 2007, p. 105, 107, 115, 130).

Buscar bases teóricas para a compreensão da memória a partir das narrativas **Os Sertões** e **A Casca da Serpente** tornou-se um dos objetivos indispensáveis neste trabalho, diante da demanda de se compreender os pontos de intersecções entre a história, a ficção, a memória e a imaginação, categorias importantes para este trabalho que se propôs a comparar duas obras, as quais, em épocas distintas, narram a saga de um mesmo personagem histórico. Eis um dos motivos pelos quais as discussões teóricas foram pautadas principalmente a partir das considerações de Paul Ricoeur, não só de sua última obra citada, como também de **Tempo e Narrativa** (1997)

Desse modo, busquei apoio nas questões referentes às distintas conformações de narrativa a partir da análise de **Tempo e Narrativa**. Tive por objetivo também, a partir dessa leitura, promover o cotejamento entre a narrativa de Veiga e a memória

monumentalizada de Conselheiro na obra de Euclides da Cunha. Procurei ainda tratar as interfaces entre história e ficção no âmbito da produção discursiva destes dois autores, a fim de distinguir a memória histórica, “proclamada”, em **Os Sertões**, da memória ficcional, “reclamada” nos domínios do que poderia “ter sido” em **A Casca da Serpente**.

Levando-se em conta que a memória é uma categoria multimodal, vislumbrei nesta pesquisa a vasta possibilidade de compreensão da mesma enquanto objeto de conhecimento literário e histórico, que são as áreas de conhecimento que me interessam por hora, para melhor articulação das idéias comparativas entre as duas obras em análise, considerando-se as interfaces da memória.

A fim de entender com maior conforto esta interseção entre a narrativa de ficção e narrativa histórica, bem como as divergências das mesmas, procurei apoio teórico além da obra de Paul Ricoeur **Tempo e Narrativa**, também nas teorias de Luiz Costa Lima em **História, Ficção e Literatura** (2006) e **Teoria da Literatura em Suas Fontes, volumes I e II** (2002). Nestas duas obras, este crítico literário ressaltará o pensamento de Wolfgang Iser acerca dos “os atos de fingir” e como estes operam no papel de “transgressores dos limites” e de par opositor “ficção / realidade”.

Considerando que **A Casca da Serpente** e **Os Sertões** têm como temática central um acontecimento histórico, a Guerra de Canudos; acredito ser pertinente analisar duas categorias narrativas: ficção e História, a fim de, com efeito, entender melhor o processo de criação literária dos autores das respectivas obras supracitadas. Esta análise partirá da compreensão do “entrecruzamento” da história e da ficção tratado por Paul Ricoeur em **Tempo e Narrativa** (1997, p. 316) tendo em vista que o confluir destas duas categorias compreende, para ele, procedimentos de “refiguração temporal”.

Reservei neste trabalho também um capítulo para analisar o “valor” e da “falta de valor” da história sob a concepção de Friedrich Nietzsche em **Segunda Consideração Intempestiva** (2003). No capítulo reservado a este filósofo explanarei como o mesmo analisa o uso da “força plástica” como necessidade do lembrar e do esquecer, por conseguinte, procurarei relacionar o pensamento de Nietzsche à “reconfiguração” da “identidade” de Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente**.

Por fim, para destacar a linguagem ornada de **Os Sertões**, bem como as permeabilidades discursivas desta obra ao longo de um século, fiz uma breve análise de alguns capítulos da obra de Leopoldo M. Bernucci, **Imitações dos Sentidos** (1996).

Quanto às questões fenomenológicas da memória na perspectiva de Ricoeur, o referente último da memória é o passado. Em Aristóteles, ele busca respaldo para declarar essa especificidade de caráter pretérito da memória: “a memória é passado” afirma Aristóteles (apud RICOEUR, 2007, p.24). Ricoeur propõe em seu livro **A Memória, a História e o Esquecimento**, uma fenomenologia da memória estruturada em duas perguntas, a saber: (*que?*) e (*quem?*). Da primeira ele indaga: “de que há lembrança?” da segunda: “de quem há memória?” (RICOUER, 2007, p. 23) Vê-se assim, a primazia do objeto sobre o sujeito. É o que Ricoeur chama de “abordagem objetual” da memória: “lembramo-nos de alguma coisa”. Ao conceber a memória como sendo do passado, Ricoeur busca pelo referente último da memória: a fenomenologia do “que” e do “quem” intercalados pelo “como” da *anamnesis* (RICOUER, 2007, p.41).

Ele ressalta que a tradição filosófica concedeu amplo espaço à questão do “quem” e fez prevalecer o “lado egológico” da experiência mnemônica. É, no entanto, na fenomenologia da lembrança que se encontra o “momento objetual da memória”. Enquanto “o que?” investiga os recursos cognitivos da lembrança, “o quem?” apropria-se da lembrança por um sujeito capaz de lembrar de si. “o que” e o “quem” são intercalados pelo “como” formulada pela *anamnesis*, recordação, *recolection*. (RICOEUR, 2007, p. 23).

Pautando-se em Aristóteles, Ricoeur trabalha, conforme já foi dito, com a “frase chave” que acompanha sua pesquisa: “a memória é do passado” (RICOUER, 2007, p. 24). Desse modo, ele faz o contraste do passado com a expectativa do futuro e a percepção das sensações oferecidas pelo presente. A memória está ligada diretamente a tempo decorrido. Este contraste do passado é mais entendido a partir das *distention* que promove a dissociação “dos três objetivos do presente” (RICOEUR, 2007, p. 112) como veremos mais a frente.

Neste ponto da análise da “frase chave”, ao fazer o esboço fenomenológico da memória, Ricoeur a distingue da lembrança na linguagem: a memória como “visada” e a lembrança como “coisa visada”. No campo da “fenomenologia da lembrança”, ele

afirma: “dizemos a memória e as lembranças”, para Ricoeur, na “memória- lembrança” o passado distingue-se do presente; desse modo diz: “fica facultado à reflexão distinguir no seio do ato da memória a questão do “o que?” da questão “do como?” e da questão do “quem?””. No âmbito da terminologia husserliana, as distinções acima colocadas por Ricoeur se dá entre a rememoração, “*noese*” e a lembrança, “*noema*” (RICOEUR, 2007, p. 41).

A respeito das lembranças, ainda é válido dizer que Ricoeur destaca a “brilhante descrição” que Santo Agostinho faz delas: “no limiar da memória, elas se apresentam individualmente ou em cachos [...] em seqüências mais ou menos favoráveis à composição de uma narrativa” A partir desse pensamento de Santo Agostinho podemos compreender a distinção que a tradição filosófica estabelece entre memória e lembrança, a primeira aparece no singular como “capacidade de efetuação”, a segunda, no plural, como “formas discretas” que se precipitam na memória (RICOEUR, 2007, p. 41).

Diante disso, pode surgir a pertinente pergunta: qual a distinção que Ricoeur faz entre memória e lembrança? Entende-se que a memória é o lugar onde ocorre a execução do passado, contudo não se deve ignorar que este passado se precipita nesta dita memória por meio das lembranças, voluntárias ou involuntárias. Ricoeur aponta duas possibilidades de compreendermos “as lembranças”. Ele destaca que as mesmas podem aparecer por vezes, sem que seja necessário o esforço de rememoração, ou seja, involuntariamente e por vezes, apenas quando ativadas pela busca, neste último caso, as lembranças podem ser entendidas como “recordação”, por isso Santo Agostinho classificá-las como “formas discretas” que se precipitam na memória” (RICOEUR, 2007, p. 41).

No capítulo “Memória e Imaginação”, em **A Memória, a História e o Esquecimento** Ricoeur enfatiza que, tanto a memória quanto a imaginação recorrem à idéia de imagem *eidelôn*², uma imagem do passado, porém esta imagem é a representação presente de uma coisa ausente, *Eikōn*. Ricoeur argumenta que existe entre a memória e a imaginação uma espécie de “curto-circuito”. Elas são duas afecções

² A Memória, a História e o Esquecimento (RICOEUR, 2007, p, 31)

absolutamente próximas tendo em vista que “a memória” reduzida à rememoração, “*noese*” opera na esteira da imaginação (RICOEUR, 2007, p. 25).

A dissociação de memória e imaginação se constitui em princípio no que Ricoeur chama de “diferença *eidética*”. No campo das intencionalidades pode-se dizer que a primeira visa à realidade anterior, pois a anterioridade é a “coisa lembrada” tal como foi, a memória tem a pretensão de ser fiel ao passado, Ela mantém um vínculo indissociável com o tempo passado. A segunda volta-se para o possível, mas que é ficção, irreal, utópico, engano (RICOEUR 2008, p. 24, 26).

A partir da abordagem fenomenológica Ricoeur trata da diferenciar memória de imaginação. Primeiro destaca que ambas visam um “objeto ausente”, no caso da memória este objeto é o passado, uma imagem do “que foi”; no caso da imaginação o objeto é o irreal, o fictício uma imagem do que poderia “ter sido”.

Quanto à memória como capacidade de realização, entende-se que em termos de intencionalidade ela busca um passado real, que de fato existiu e que pode ser rememorado a partir da lembrança. A distinção que Ricoeur faz sobre memória e imaginação, bem como as diferenciações que ele assinala a respeito dos dois tipos de lembranças, colaboram para a compreensão do processo de constituição das “identidades” distintas de Conselheiro que julgo existir nas obras de Euclides da Cunha e de José J. Veiga.

Levando-se em consideração que a hipótese desse trabalho é entende-se **Os Sertões** como “o que foi”, e em **A Casca da Serpente** como “o que poderia ter sido”; é procedente apreender a “identidade proclamada” a partir dos usos excessivos da memória de Antônio Conselheiro em **Os Sertões** e a “identidade reclamada” como a imaginação do que poderia ter sido em **A Casca da Serpente** se Antônio Conselheiro tivesse sobrevivido ao massacre de Canudos e fundado outro arraial. E toda essa atividade de compreensão da obra veiguiana como “identidade reclamada” de Antônio Conselheiro de **Os Sertões** se dará a partir das concepções que Ricoeur apresenta sobre a “fenomenologia da memória”.

2 A CONSTITUIÇÃO DAS “IDENTIDADES” DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM *OS SERTÕES* E EM *A CASCA DA SERPENTE*.

Em *A Memória, a História, o Esquecimento*, Paul Ricoeur discorre a respeito dos “usos” e “abusos” da memória (2007, p. 93). Como resultantes destas interpretações sobre a patologia da memória destaca o aparecimento das “afecções da memória”, entre estas, a “memória manipulada”. Este tipo de memória revela os “excessos patológicos” da memória não apenas nos seus “usos excessivos”, como também na escassez de seus usos: “insuficiência de memória” que, na concepção de Ricoeur (2007, p. 94), é a responsável por outra “afecção” da memória, o esquecimento, devido aos abusos de memória.

O traço específico da “memória manipulada” situa-se na junção da “problemática da memória e da identidade”, seja em nível coletivo ou pessoal. Esta intersecção apresenta como principal problema a “mobilização” da memória em prol da “reivindicação de identidade” (RICOEUR, 2007, p. 94). Desse modo, nota-se que “os excessos de memória” e a “insuficiência de memória”, entendidas respectivamente, como “abusos de memória e abusos de esquecimentos” são sintomas inquietantes dessa “mobilização” que abre possibilidades de se construir identidades diversificadas a respeito de um mesmo personagem. Por isso, afirma Ricoeur: “é na problemática da identidade que se deve buscar a causa da fragilidade da memória manipulada” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Diante da “problemática da identidade” Ricoeur indaga e ao mesmo tempo já oferece resolução para a questão que levanta:

O que faz a fragilidade da identidade? É o caráter puramente presumido, alegado, pretense da identidade. Esse *claim* como diria os ingleses, esse *Anspruch*, como diriam os alemães, aloja-se nas respostas à pergunta “quem?”, “quem” sou eu? resposta em “que?”, da forma: eis o *que* somos, nós. Somos tais assim e não de outro modo (RICOEUR, 2007, p. 94).

Dessa maneira, é possível compreender que Ricoeur aponta como causa central da “fragilidade da identidade” seu caráter presumido de se definir diante do questionamento: “quem sou eu?”, com a pretensa resposta em “que” conforme o fragmento exposto acima. Provavelmente, o cerne desta “fragilidade” consiste na substituição da pergunta hipotética sobre o “que somos? Para uma resposta categórica e irrefutável: “somos”.

Entende-se com isso que a “fragilidade da identidade” se expressa na instabilidade, ou pouca força argumentativa contida nas respostas em “que”. Aloja-se também neste “que” a pretensão de oferecer a “receita da identidade proclamada e reclamada”, sendo assim, Ricoeur ressalta que este caráter presumido da memória afasta-se da “fragilidade da memória à da identidade” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Como primeira causa da “fragilidade da identidade” está a sua relação difícil com o tempo, devido ao caráter ambíguo da noção deste último, “implícita na do idêntico”³. Em **Tempo e Narrativa**, (1997) Ricoeur defende que a ambigüidade do tempo se dá pela bipartição do mesmo em “tempo cosmológico e “tempo existencial”. Assim, Ricoeur justifica o recurso à memória “enquanto componente temporal da identidade”, bem como a “avaliação do presente e a projeção do futuro” para melhor compreensão desta “fragilidade de identidade” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Desse modo, no que concerne ao romance de José J. Veiga o narrador recorda os fatos ocorridos a Antônio Conselheiro a partir dos relatos obtidos em **Os Sertões**, ou seja, a partir do “tempo cosmológico” de datação específica, contudo, ao longo de sua narrativa, **A Casca da Serpente**, este narrador faz uma “projeção do futuro” e intui outro destino à sua personagem. A construção do tio Antônio se dá em um “tempo específico” o passado lembrado que se inscreveu “antes disso” que está sendo narrado agora. David Pellauer em **Compreender Ricoeur** (2009) ao falar sobre a distinção que Ricoeur faz do “tempo histórico e tempo da memória”, ressalta que no tempo histórico: “o próprio sistema de datação é extrínseco aos acontecimentos narrados”, quanto ao

³ Paul Ricoeur distingue dois sentidos para idêntico: o mesmo como *idem*, *same*, *gleich*- o mesmo como *ipse*, *self*, *Selbst*, sobre isto ele acrescenta: “Direi que a tentação identitária, a 'desrazão identitária', como disse Jacques Le Goff, consiste no retraimento da identidade *ipse* na identidade *idem*” (RICOEUR, 2007, p. 94).

tempo memória, assinala que: “não é cíclico nem linear, mas dependente da história recontada” (PELLAUER, 2009, p.155).

Observa-se neste trabalho que a suposição de um Antônio Conselheiro pós-morte já por si só vincula “o que se passou” à verossimilhança do que poderia “ter sido” caso Antônio Conselheiro tivesse sobrevivido depois de Canudos. Vê-se que a “fragilidade de identidade” que está sujeita à “memória manipulada” oferece meios para a construção textual por Veiga de uma memória mais “justa” de Antônio Conselheiro, mesmo que esta memória seja engendrada nos meandros do discurso literário visando criar um Antônio Conselheiro que embora desarmônico do narrado em **Os Sertões**, depende deste para se constituir uma vez que tem se constatado ser impossível esquecer-se do Antônio Conselheiro da obra euclidiana enquanto se constrói o Antônio Conselheiro /tio Antônio em **A Casca da Serpente**.

A segunda causa da “fragilidade de identidade”, assinalada por Ricoeur, é “o confronto com o outrem”. Na medida em que lemos o romance de Veiga, a “identidade proclamada” construída por Euclides da Cunha cede lugar, a partir do “pacto implícito entre leitor e escritor” (RICOEUR, 2007, 274) à constituição de uma rearticulação de identidade no personagem de José J. Veiga através da “memória reclamada” dentro dos parâmetros da imaginação.

No campo das intencionalidades pode-se dizer que a memória visa à realidade anterior, pois a anterioridade é a “coisa lembrada” tal como foi. Conforme podemos verificar em Paul Ricoeur, desde os filósofos mais antigos, vê-se a memória carregando sobre si o pretense de ser fiel ao passado. Ela mantém um vínculo indissociável com o tempo passado. A imaginação, por seu turno, volta-se para o possível, mas que é ficção, irreal, utópico (RICOEUR, 2007, p. 24). No caso deste trabalho, a memória seria o referencial da “identidade proclamada” em **Os Sertões** e a imaginação o ponto de referência da “identidade reclamada”, em **A Casca da Serpente**.

Aqui, poderíamos pensar que essa capacidade de reconfiguração que José J. Veiga faz do seu Antônio Conselheiro possa ser comparada com “a força plástica” de que fala Nietzsche em **Segunda Consideração Intempestiva** (2003, p.10) quando expõe seus argumentos sobre o “valor” da história para a vida. Sabendo-se que a “força plástica” é a capacidade de absorção que um “homem”, um “povo” ou uma “cultura”

tem sobre aquilo que lhe é “estranho e passado”, pode-se presumir que a “identidade reclamada” de Conselheiro presente na ficção de **A Casca da Serpente** se revelaria como uma espécie de “força plástica” que possibilitou ao narrador desta obra a “absorção” do Conselheiro figurado n’**Os Sertões**.

Na obra de Veiga pode-se supor o uso de um modo de “força plástica” a partir da reconfiguração de Antônio Conselheiro em tio Antônio. O ponto de partida dessa suposta “força plástica” ocorreria quando Veiga se apropria da “identidade proclamada” de Antônio Conselheiro em **Os Sertões** constituída muitas vezes a partir dos “usos e abusos” da memória deste personagem, e a rearticula ficcionalmente a partir da “identidade reclamada” de tio Antônio em **A Casca da Serpente**.

Por fim, a causa terceira da “fragilidade de identidade” está na “herança da violência fundadora”. Na presente pesquisa, esta causa é a mais importante, porquanto não podemos pensar em Canudos e não engendrar uma associação entre seus conflitos com o Exército Republicano e os “atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direitos precários” de que nos fala Paul Ricoeur (2007. p. 95)

Este filósofo destaca que toda comunidade nasce de um relacionamento com a guerra. “Os acontecimentos fundadores”, os quais celebramos são meros correspondentes da “execração do outro”, ou seja, dos vencidos no processo de execução dos atos violentos praticados pelos vencedores. Sendo assim: “Os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros”.

É assim que se armazenam nos arquivos da memória coletiva de um povo “feridas reais e simbólicas” (RICOEUR,2007, p. 95). Podemos entender como “feridas reais” a própria destruição física do arraial e a crueldade com a qual foram executados os prisioneiros que se renderam no final da guerra, esta seria a parte objetiva das feridas. Quanto às “feridas simbólicas” podemos interpretá-las como a própria referência que geralmente as pessoas têm de Antônio Conselheiro como um louco e líder de miseráveis desordeiros. Trabalha-se aqui com a hipótese de que esta imagem se constituiu na memória coletiva de grande parte da população brasileira ao longo de um século a respeito do movimento conselherista e de seu líder, sobretudo em **Os Sertões**. Em última instância, poderíamos dizer que estas são as partes subjetivas das feridas.

Neste ponto das discussões sobre a “problemática da identidade” e sua relação com a “fragilidade da memória manipulada” ocorre certa fusão entre a terceira “fragilidade da identidade”, com a segunda fragilidade, ou seja, respectivamente a confluência entre “a herança da violência fundadora” e o confronto com o outrem” (RICOEUR, 2007, p. 94-95). A partir do confronto com o outro é que se desencadeará a “violência fundadora” dos princípios republicanos, e a justificação da destruição do arraial sertanejo em Canudos pelas forças militares do governo brasileiro.

Ao discutir sobre a célebre obra euclidiana, Leopoldo Bernucci em **A Imitação dos Sentidos** (1995) aponta a capacidade que o beato sertanejo tinha para arrebanhar multidões: “O povo costuma fluir em massa, aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece e resistirá a qualquer ordem legal” (DESCRIÇÕES... apud BERNUCCI, 1995, p. 325).

Observe que as notícias divulgadas pelo jornal da província são de um povo “obstinado” pela prédica de Conselheiro. Povo recalcitrante a tal ponto que “resistirá a qualquer ordem legal”. Futuramente o estado legitimará a destruição total de Canudos amparado neste “estado de direito precário” mencionado por Ricoeur.

2.1 Antônio Conselheiro: histórico, religioso reverenciado, execrado, reconfigurado

Antes de discutir o Antônio Conselheiro histórico, líder religioso reverenciado pelos sertanejos e execrado pelo exército republicano do final do século XIX, é imprescindível esclarecer que, em um período bem anterior à sangrenta guerra de Canudos (1886-1887), já se tem notícia de certo “Santo Antônio dos Mares”⁴, aventureiro santarrão”, “bandido”; que desnordeado vivia como um andarilho vagueando pelos sertões da Bahia e de Sergipe, supostamente por ter cometido algum crime. Walnice Nogueira Galvão faz um minucioso estudo do que os diferentes jornais

⁴ O periódico denominado de **O Rabudo** edição de 22 de novembro de 1874 já faz referência a certo Antônio dos Mares, o saltimbanco misterioso “aventureiro santarrão”, misterioso que usando traje (camisolão de brim azul) e cabelos (sebosos cheios de piolho) anda realizando “aparentes milagres” na Província da Bahia e seduzindo multidões.

da época de Antônio Conselheiro diziam a respeito do mesmo em **No Calor da Hora**, obra publicada em 1974.

Podemos constatar em Walnice Galvão que a Guerra de Canudos teve diversificadas representações na imprensa dos finais do XIX, principalmente no que dizia respeito a Antônio Conselheiro, sua figura de religioso e monarquista inveterado variava entre “representações “galhofeira, sensacionalista e ponderada”. Todo este farto material jornalístico sobre a guerra e conseqüentemente sobre o beato revela segundo a autora: “algumas tendências de manipulações da opinião” (GALVÃO, 1994, p 33; 54; 76).

Sabe-se que esta enigmática figura restaurava igreja e cemitérios, bem como fazia pregações para os inúmeros miseráveis que viviam sob leis do coronelismo ainda bem marcante no sertão do país. Sua figura descrita, na maioria das vezes de maneira esdrúxula, já era divulgada na imprensa da região Nordeste do Brasil, conforme se pode verificar em uma publicação sergipana datada de 1874, denominada “O Rabudo”.

A bom seis meses que por todo o centro desta Província da Bahia, chegado, (diz elle,) da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Santo Antonio dos Mares. Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul que lhe serve de hábito a forma do de sacerdote, pessimamente suja, cabellos mui espessos e sebosos entre os quais se vê uma espantosa multidão de bichos(pôlhos) (sic) (CALASANS, 1997 apud NOVAIS FILHO, 2009, p. 5).

As descrições utilizadas no fragmento, reveladoras de certos abusos e exageros no descritivismo do Conselheiro, aparecem também nos grandes centros urbanos do país, a exemplo do Rio de Janeiro, no jornal **Gazeta de Notícias**, no qual, o célebre romancista, cronista, jornalista, fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, Joaquim Maria Machado de Assis⁵ (1839- 1908), um tanto desconfiado da

⁵ Machado de Assis mencionou Antônio Conselheiro em pelo menos quatro crônicas. A primeira é de julho de 1894, o mesmo ano em que o Conselheiro se instala em Canudos. A segunda crônica é de setembro de 1896, um mês antes da primeira expedição militar, que terminou com o desastre de Uauá. Machado ridiculariza a acusação de que o Conselheiro era um salteador e um ladrão. A terceira crônica é de dezembro de 1896. Agora Machado de Assis compara o crescimento das forças do Conselheiro ao alastramento de uma epidemia de beribéri: “antes eram vinte, hoje são três mil”. A última crônica é de 14

veracidade das informações que lhe chegavam pelo telégrafo a respeito do tal “saltimbanco misterioso”, já dá notícias em suas crônicas semanais.

As crônicas de Machado de Assis sobre a Guerra de Canudos tratam Antônio Conselheiro como se fosse um de seus personagens prediletos, por isso não o vê como inteiramente bom, nem como inteiramente mal, mas como um ser humano complexo e ambivalente pelo qual se deixa fascinar (ALMEIDA, 2001, p. 145).

Na primeira crônica, escrita em 22 de Julho de 1894, Machado de Assis comenta sobre Antônio Conselheiro e seus seguidores. De modo poético e irônico, critica os telegramas enviados da Bahia à capital da República pelo exagero dos conteúdos dos mesmos nas descrições e relatos do religioso e de seus seguidores:

Crede-me, êsse Conselheiro está em Canudos com seus dous mil homens, não é o que dizem telegrama e papeis públicos. Imagine uma legião de aventureiros, galantes, audazes, sem ofício, nem benefícios que detestam os calendários. Os relógios, os impostos e as reverencias, tudo que obriga, alinha e apruma (sic) (ALMEIDA, 2001 p. 146).

Observe que Machado de Assis fala de um religioso, líder de uma seita e alvoraçador das populações flageladas sertanejas, muito antes da ocorrência dos conflitos em Canudos entre os republicanos e sertanejos, porém, diferente das interpretações que os jornais e relatos do governo “telegramas e papéis públicos” fazem, este cronista trata com certo deboche semelhantes relatos, os quais colocam o religioso como líder fanático e seus homens como desordeiros. Ao que parece, em sua opinião, Conselheiro e seus seguidores são apenas homens ansiosos por viver fora dos parâmetros sociais que “aprumam” o homem, a saber: “ofícios, relógios, impostos, reverência...”, sendo assim, entende-se que Machado de Assis trata com ironia aqueles que difundem a idéia de criminosos” e “aventureiros” acerca de Conselheiro e de seus homens.

de fevereiro de 1897. Ele relata a situação cada vez mais grave da campanha que teve em janeiro desbaratada a segunda expedição militar.

Nesta época, nem Euclides da Cunha e nem outros jornalistas tinham sido enviados para o sertão da Bahia. O autor de **Memória Póstumas de Brás Cubas**, entretanto, continuará fazer crônicas relatando as proezas dos jagunços. Sua última crônica descreve a delicada e por que não dizer também grave situação em que se encontra o exército republicano, que em Janeiro de 1897 retira-se do campo de combate sob vaia dos homens de Conselheiro.

Ângela Mendes de Almeida, em **De sertões, desertos e espaços incivilizados: Canudos: Visões Posteriores e Contemporâneas** (2001, p. 145) trata das crônicas machadianas referentes ao movimento conselherista. Segundo a autora, Machado de Assis em suas crônicas revela “sutileza, tolerância, ceticismo e ironia” ao emitir seu juízo de valor sobre o movimento de Canudos no interior da Bahia. Esse ceticismo revela, conforme dito acima, que Machado tinha uma ótica diferente da divulgada pelos jornais sobre Antônio Conselheiro. Ele compreendeu que o discurso político adotado pela imprensa acerca da guerra de Canudos continha certo sensacionalismo e exagero, bem como não revelava o motivo real da guerra que nada mais era o de livrar da morte um grupo que carecia de assistência sócio-política por parte do governo.

Nota-se a partir do fragmento abaixo a polifonia estilística do grande mestre da literatura brasileira oitocentista ao falar da crescente popularidade de Antônio Conselheiro durante o conflito da Guerra Canudos.

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:
 — Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
 — Quem?
 — Me esqueceu o nome dele (DAMULAKIS)⁶.

O fragmento apresentado acima faz parte de uma crônica intitulada **O homem que briga lá fora**, escrita em fevereiro de 1887. Neste fragmento, Machado de Assis ressalta o prestígio do Conselheiro, mas para isso faz outra vez uso da ironia, pois

⁶ O texto de Gerana Damulakis encontra-se no Jornal de Poesia, mas no site não é informada a data de publicação do artigo

apesar do nome do beato não ser lembrado pela mulher quando vai comprar a “folha”. O cronista refere-se ao Conselheiro como “celebridade”, que desta vez volta a ser motivo da curiosidade por parte não apenas da imprensa, como também de populares dos quais o interesse maior é o de guardar uma foto do “homem que briga lá fora”. A primeira e última fala iniciadas por travessões marcam o diálogo da “mulher anônima” com o vendedor de periódicos, bem como demonstram também o nível de instrução que a leitora possui, segundo o cronista, possivelmente nenhum. “A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar das seitas dos Canudos disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do Sertão e foi comprá-lo”.

Machado de Assis acredita que: a “seita de Canudos” por ser descrita com muito “pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda”, ou seja, como algo místico, acabará por se perpetuar na memória do povo, ao que afirma: “esse homem que briga lá fora. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais...” (DAMULAKIS).

Ele não terminará seu comentário acerca do ocorrido na banca de jornal sem antes dar um *piparote* no leitor desatento, “obtusos” e “tapados” que não relaciona o nome de Antônio Conselheiro ao do “homem que briga lá fora”, como identificou a “mulher simples de voz descansada”.

A figura que alguns intelectuais importantes a exemplo de Machado de Assis, já citado, e Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), crítico e ensaísta⁷ constroem de Antônio Conselheiro durante a vida do mesmo é a de um fanático religioso. “Era um missionário ao seu jeito. Com tão pouco recurso fanatizou as povoações que visitou. Estas o tinham por Santo Antônio Aparecido. Já em 1879...”. Observe que Sílvio Romero já dá notícias de Antônio Conselheiro muito antes dos conflitos de Canudos, quando ainda o beato era conhecido por “Santo Antônio Aparecido”. Vê-se que a notoriedade do religioso provocador de fanatismo nas populações sertanejas não será destoante da representação que se engendrará após a sua morte por historiadores, poetas, repentistas, cantadores de cordel, cronistas etc até a sua

⁷ Sílvio Romero (1851-1914), importante figura da chamada crítica naturalista, foi um dos primeiros pensadores intelectuais a se interessar por Antônio Conselheiro, a quem via como missionário vulgar que agregara em torno de si fanáticos depredadores. Seu amigo Euclides da Cunha, tendo sido enviado para Canudos, foi responsável pelo esclarecimento dos fatos ainda nebulosos para muitos intelectuais da época.

memória monumentalizada como a de um fanático religioso, intransigente e anarquista cujo principal objetivo era atacar o novo regime governamental, a República, e restaurar a Monarquia. Aos olhos do crítico Silvio Romero, o “santo Antônio Aparecido” era um “monarquista revolucionário”.

As implicações políticas da religiosidade sertaneja ganham ressonâncias em Euclides da Cunha quando em **Os Sertões** ele faz uso de uma notícia publicada em um jornal da época acerca do intuito político de Antônio Conselheiro de destruir a República: “Não há quem a esta hora compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil” (sic) (GAZETA DE NOTÍCIAS apud CUNHA, 2009, p. 324).

O título de “Conselheiro” que Antonio Vicente Mendes Maciel recebe de seus seguidores não é inédito. Roberto Pompeu de Toledo, em **Caderneta de Campo. Viagens aos Domínios do Conselheiro** (2002) diz que Antônio Vicente Maciel não foi o único “conselheiro a brotar nos sertões”. Ele explica que mais do que uma “alcunha” aplicada ao “patrono de Canudos” este título “corresponde à hierarquia informal dos guias religiosos do nordeste”. Como fora observado, portanto, antes de se “consagrar” como Antônio Conselheiro, este peregrino foi conhecido como “Santo Antônio dos Mares, Irmão Antônio, Santo Antônio ou Bom Jesus” (TOLEDO, 2002, p. 94).

Vê-se desse modo que os mais diversificados relatos engendrados sobre a figura de Antônio Conselheiro sejam eles nos jornais, nas crônicas de Machado de Assis ou Silvio Romero, deixam claro que o caráter religioso de Antônio Conselheiro, muito antes da fundação de Canudos, já era motivo de especulações. Muitas dessas hipóteses são geradas também, a partir de algumas histórias romanceadas sobre sua vida pessoal e religiosa pela população local do sertão e também pelos relatos propagados pela imprensa da época que em alguns casos, como fora exposto nas páginas anteriores, exagerava nos relatos de “rebeldia” de Conselheiro e de seus seguidores. Diante disso fica claro que: “são justamente estes fatos que levaram o fundador da Academia Brasileira de Letras a lançar um olhar de expectativa a respeito do nome do “líder da seita de Canudos” que entrará na memória desta mulher anônima, e não sairá mais...” (DAMULAKIS).

Pode-se pensar que esta “mulher anônima” representa na crônica machadiana o registro da oralidade da população iletrada do país que constrói seu juízo de valor acerca dos fatos ocorridos em Canudos a partir das notícias dos jornais as quais ela só tem acesso pelos relatos orais que muitas vezes lhe chegam cheios de lendas e notícias contraditórias.

2.2 O aparato discursivo de Euclides da Cunha em *Os Sertões* na construção de seu “gnóstico bronco”

Há que se notar, sobre a figuração de Antônio Conselheiro, que esta não só foi construída nos jornais⁸ e crônicas⁹ da época e em boa parte de registros orais, mas teve como um de seus pilares principais o monumental **Os Sertões** de Euclides da Cunha. É pouco provável se falar de Antônio Conselheiro, sem rememorar a figuração desse personagem nesta consagrada obra.

Não foi apenas Euclides da Cunha, entretanto, que tivera a iniciativa de relatar os episódios ocorridos na guerra e Canudos. Em 1900 foi editado pela primeira vez o poema **Tragédia Épica (Guerra de Canudos)** de autoria do poeta baiano Francisco Mangabeira¹⁰. Leopoldo M. Bernucci, também assinala em **Imitações dos Sentidos**, que obras como **Os Jagunços**, (1898) de Afonso Arinos, **Última Expedição a Canudos**, (1898) de Dantas Barreto, **Rei dos Jagunços**, (1889) de Manuel Benício, entre tantas outras importantes produções trataram primeiro dos “temas ligados à campanha e ao movimento messiânico”. É procedente, não obstante, se perguntar: por que unicamente a obra de Euclides da Cunha teve o privilégio de ganhar notoriedade ao falar da sangrenta e árdua Campanha? “**Os Sertões** foi este livro que entrou triunfante para a história das nossas letras” (BERNUCCI, 1995, p. 41).

⁸ Vários foram os jornais que veiculavam notícias sobre os feitos de Antônio Conselheiro, entre os mais importantes estão **Diário de Notícias**, **O Republicano**, **A Semana**, **Gazeta de Notícias**, **O País**, **O Rabudo**, sendo este último o jornal que emitiu a primeira notícia na imprensa sobre Antônio Conselheiro em 22 de novembro de 1874) (CALASANS, 1997 apud NOVAIS FILHO, 2010, p.4)

⁹ Segundo Novais Filho 2010, existem registros de crônicas escritas por Machado de Assis no **jornal carioca Gazeta de Notícias**, em 22 de julho de 1894.

¹⁰ Na apresentação do livro **Tragédia Épica (Guerra de Canudos)** Aleiton Fonseca, professor, Drº em Letras pela (USP) destaca: “Mangabeira, ainda estudante da famosa faculdade de Medicina da Bahia, contava com 18 anos quando se alistou como voluntário e seguiu viagem em 27 de Junho de 1897, para prestar serviços médicos, nas fileiras da IV expedição contra Canudos (2010, p. VIII- IX).

Leopoldo Bernucci entende que, mesmo sendo obras críticas e de tom polêmico, faltou aos primeiros escritores, que precederam Euclides da Cunha, a estratégia retórica, elemento muito bem manuseado pelo autor de **Os Sertões**. Esta estratégia proporciona, por conseguinte, a construção de um discurso persuasivo:

O discurso euclidiano desempenha um papel primordial nas relações entre o livro e o leitor. Nos outros textos, entretanto, estas relações não se dão devido à maneira pouco atraente ou convincente pelo qual neles se faz a apresentação das situações humanas, da natureza e dos episódios da guerra. (BERNUCCI, 1995, p. 41-42)

Leopoldo Bernucci sublinha os “dois eixos problemáticos em **Os Sertões** - a ficcionalidade e a história”. Para o crítico, este livro configura-se como obra que promove certo grau de permeabilidade discursiva, a chave de seu argumento é essa, tendo em vista que tal obra apresenta tessitura que revela diversificados diálogos com escritores contemporâneos seus.

O aparato discursivo, com o qual Euclides da Cunha descreve Antônio Conselheiro e os conselheristas, irremediavelmente, perpassa por crônicas jornalísticas, testemunhos orais, textos precursores sobre a guerra de Canudos e até mesmo obras literárias do período como as obras ficcionais de José de Alencar como veremos abaixo.

Vê-se na estrutura discursiva de **Os Sertões** a permeabilidade de saberes que amparam a discursividade desta obra de Euclides da Cunha, saberes nos quais, ecos sociológicos, geológicos, etnográficos e ficcionais são marcantes. É interessante, entretanto, observar que Euclides da Cunha nega a presença desse último recurso, ou seja, o recurso ficcional que visivelmente utiliza em sua obra. Tal negação pode ser contemplada no seu discurso de recepção na Academia de Letras. “[...] me desviei, sobretudo, dessa literatura imaginosa, de ficção, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo” (CUNHA apud BERNUCCI, 1995, p. 22).

2.3 O olhar científico de Euclides da Cunha perante “um hiato, uma terra ignota”

Está claro que Euclides da Cunha é um autor pautado na supremacia da ciência para entender o sertanejo. Em sua obra, ele discorre sobre a geografia do sertão e tenta

explicar a partir desta o clima totalmente inóspito ao homem sertanejo que recalcitrante teima em não abandoná-lo: “os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos mutuam naqueles lugares as influências características de modo a não se poder afirmar qual o preponderante” (CUNHA, 2009, p. 41).

Euclides da Cunha está situado em um contexto histórico e intelectual em que a supremacia científica, sobretudo o biologismo, é flagrante no mundo letrado. Para o pensamento filosófico do final dos oitocentos, apenas ela, a ciência seria capaz de explicar as relações sociais, psicológicas e econômicas do homem, ou seja, o conhecimento científico era o grande provedor da resolução para os problemas humanos.

O autor de **Os Sertões** concebe o habitante do sertão como produto resultante de inúmeros cruzamentos. Em sua visão preponderantemente positivista, o sertanejo é uma “sub-raça”, empecilho ao progresso civilizatório, uma vez que a “mistura de portugueses, índios e negros constitui um problema representativo de involução biológica”.

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará os esforços dos melhores espíritos [...] os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam-se número igual de subformações [...] em uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o *mulato*, o *mameluco* ou *curiboca* e o *cafuz*¹¹. Teoricamente ele seria o *pardo*, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz. (CUNHA, 2009, p. 73-74).

Para Euclides da Cunha, a religiosidade do sertanejo é tão mestiça quanto o mesmo. O sertanejo é desprovido da “capacidade orgânica de se afeiçoar a situação mais alta”, uma vez que é “um caso de anacronismo psíquico ideativo”. Por isso: “deixa-se facilmente arrebatado pelas superstições mais absurdas”, sua “religião mestiça” é resultante do intercruzamento cultural-religioso feito a partir do “antropismo selvagem, o animismo do africano e o aspecto emocional da raça superior” assegura o autor de **Os Sertões**. (CUNHA, 2009, p.135-136; p. 145-146).

¹¹ Respectivamente, produto do negro e do branco, do branco e do tupi; do tupi e do negro.

Este autor teve por referência acadêmica os ensinamentos do seu antigo professor, Benjamim Constant, de quem absorveu grande parte das influências positivistas e republicanas apresentadas no célebre **Os Sertões**. Euclides da Cunha foi ex-aluno da Escola Militar, “centro de irradiação de idéias positivistas e evolucionistas, que trazem a crença na evolução da humanidade e reforça sua certeza do fim próximo da Monarquia” (VENTURA, 2002, p. 16), Leopoldo Bernucci defende que Euclides da Cunha com um discurso engendrado a partir da visão do litoral cuja herança se faz por meio do “cosmopolitismo”, não tolera semelhante “atraso” que ele considera ser inato ao “jagunço”, colaterais prováveis dos paulistas”, sobretudo dos vaqueiros. (BERNUCCI 1995, p. 27)

O vaqueiro, a quem se refere Euclides da Cunha, durante o século XVII e final do século XVIII, desciam em companhia dos bandeirantes e dos jesuítas no vale médio do rio São Francisco em busca das minas de Moréia¹². (CUNHA, 2007 p. 99) Diferente dos dois últimos, este primeiro, já resultante do intercruzamento do branco com o índio, *um curiboca*, tinha a vantagem de se fixar a terra e assim o fez, “divorciados do resto do Brasil e do mundo” (CUNHA, 2007, p. 101).

As tendências filosóficas difundidas nos finais do século XIX e início do XX fazem parte sem dúvida do aparato teórico absorvido por Euclides da Cunha no início de seu percurso intelectual e utilizado mais tarde na elaboração de **Os Sertões**. Além das influências já citadas existe, também: a “herança de Vitor Hugo bem palpável em Euclides”. O que mais inspirava o autor d’**Os Sertões**, no poeta francês, segundo Bernucci, era “o sentimento da pátria e, sobretudo o consórcio final da Arte da Filosofia”, ou seja, os traços marcantes deste poeta. (BERNUCCI, 2002 p. 27) Tanto é assim que lendo o **Quatrevingttreize**, versão histórica e literária da Revolução Francesa, Euclides da Cunha encontrou o “eco possível” para ligar história e ficção:

¹² Eldorado, que se localizava na serra de Itabaiana. Até hoje há quem creia que haveria ali riquezas em metais e que a área ocultaria um “carneiro de ouro”. Itabaiana (SE), com sua velha serra, atraiu aventureiros em busca da prata que teria sido achada por Belchior Dias Moréia (1540) e durante dois séculos alimentou entre os brasileiros o sonho de riqueza. As primeiras minas de prata haviam sido descobertas no Brasil por Gabriel Soares de Sousa que morreu em 1592, cronista e explorador. A partir de Gabriel Soares de Sousa a perspectiva se transferirá para as cabeceiras do rio São Francisco.

Euclides recorre à terceira parte do *Quatrevingttreize* [...] importava em encontrar uma diapasão¹³ que o colocasse entre a nota da história, como comprovante da veracidade dos fatos e a nota da ficção que suprindo os vazios daquela, acrescentava-lhe na bela expressão de Heine¹⁴ “os sonhos dos homens”. (BERNUCCI, 1995, p. 28)

Como se pode verificar, ao manter estreito vínculo com as correntes científicas emergentes nos finais do século XIX, Euclides da Cunha constrói seu pensamento sob as leis do determinismo e da hereditariedade. Por isso, os seus delineamentos positivistas o fazem compreender o sertanejo como um ser dotado de apego servil a terra, alienado fatalmente a um ambiente de clima totalmente inóspito ao homem que, diante das agruras oferecidas pelo meio, se apega a: “todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas; e as missões e as penitências”. Euclides da Cunha concebe estas “manifestações complexas de religiosidade indefinida”, explicáveis biologicamente, a partir da “fraqueza de consciência” de um povo que na sua concepção é o “resumo degenerativo de três raças”. (CUNHA, 2009, p. 198).

O que se nota até este ponto das investigações é a existência de múltiplas designações elencadas sobre a figura de Antônio Conselheiro em **Os Sertões**. Segundo a interpretação euclidiana, o beato dotado de “um misticismo feroz e extravagante de raças inferiores, herdeiro de uma mentalidade humana marcada pelo recuo no tempo, foi para a história como poderia ter ido para o hospício” (CUNHA, 2009, p. 144). Pois, para Euclides da Cunha, este religioso se situava exatamente na zona limítrofe destas duas personalidades: “Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco [...] sua frágil consciência oscilava [...] nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis” (CUNHA, 2009, p. 146 -148).

Ainda para o autor de **Os Sertões**, os médicos consideravam o beato, “delegado dos céus”, como um caso franco de delírio sistematizado, os antropólogos, por sua vez, ainda sob a ótica euclidiana, “um caso de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização”. (CUNHA 2009, p.146). A Igreja, por seu turno, o concebia como arrebatador de rebanhos, uma vez que por meio de pregações de “doutrinas

¹³ Padrão ou aquilo que é tomado como exemplo ou referencial.

¹⁴ Christian Johann Heinrich (1797-1856) foi um importante poeta romântico alemão sendo conhecido como “o último dos românticos.

supersticiosa, prédicas, excessivamente rígidas”, o beato perturbava a consciência do povo e enfraquecia a autoridade dos párocos locais. (CUNHA, 2009, 167).

Serão transcritos a seguir alguns fragmentos de circular dirigida, em 16 de fevereiro de 1882, ao clero baiano pelo Arcebispo D. Luís, nestes o Arcebispo da Bahia dirige-se a todos os párocos a fim de adverti-los acerca dos discursos e das práticas religiosas de Antônio Conselheiro¹⁵. O chefe religioso pede aos seus religiosos subordinados pouca tolerância ao pregador de “doutrinas supersticiosas”.

As notícias chegadas ao Arcebispo da Bahia são as de que os padres, os quais tinham contato com o peregrino, mostravam-lhe uma margem satisfatória de tolerância, e conviviam sem muito embaraço com os “despropósitos do santo endemoniado”, para usar expressão do próprio Euclides da Cunha. É justamente esta tolerância que o Arcebispo D. Luiz censurará, ao ter conhecimento deste “indivíduo” denominado de Antônio Conselheiro, que “pregando ao povo”, enfraquece “a autoridade dos párocos”. Daí a advertência que faz o chefe dos religiosos, conforme podemos verificar nas páginas de **Os Sertões**: “Ordenamos a V. Revma. que lhes proibimos absolutamente, de se reunirem para ouvir tal pregação” (CUNHA, 2009, p. 167).

Michel Foucault em **A Ordem do Discurso** (1995) investiga a construção dos limites entre a razão e a loucura e suas zonas fronteiriças, bem como procura entender quem foram os “sujeitos dos discursos” que ao longo da história estavam autorizados a vigiar essa “zona tênue” entre a razão e a loucura e indicar a doença mental como situação pertinente à interdição de um ou mais tipos sociais. Ele aponta a Igreja, sobretudo a medieval, como uma das instituições mais atuantes na produção e controle dos discursos. No período medieval, por exemplo, só os indivíduos dotados de razão tinham seus discursos considerados, ao passo que os ditos loucos tinham os seus anulados.

¹⁵ Apesar do cerne dessa pesquisa ser compreender as configurações de identidade em Antônio Conselheiro em **Os Sertões** e as reconfigurações da identidade desse mesmo personagem em **A Casca da Serpente**, creio que são válidas algumas análises presentes neste trabalho sobre o posicionamento da Igreja Católica, no tocante ao controle discursivo que esta se propõe a fazer perante os “discursos desautorizados” de Antônio Conselheiro e seu movimento messiânico. Considero tais análises procedentes na medida que podemos vislumbrar nas intervenções da igreja o controle discursivo tratado por Michel Foucault em **A Ordem do Discurso**, bem como, comparar este discurso com as declarações confirmadas em **Os Sertões** em 1902 sobre o “fanatismo” de Conselheiro e refutadas em **A Casca da Serpente** em 1989, quase um século depois.

No contexto da Guerra de Canudos, final do século XIX, apesar da supremacia do pensamento científico, a igreja ainda usufrui de algum prestígio, portanto procura meios para classificar Antônio Conselheiro como um louco e em última instância, conforme foi visto acima, interditar seu discurso desautorizado. Sobre isto, o Arcebispo D. LUIZ faz a seguinte advertência: “competindo na Igreja Católica, somente aos ministros da religião, a missão santa de doutrinar os povos, um secular quem quer que ele seja ainda quanto muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para exercê-la” (CUNHA, 2009, p. 167).

Conforme pode ser observado, a preleção do beato sertanejo apesar de não se situar na Idade Média não tinha lugar de autoridade reservado aos reguladores do discurso de sua época. Eram “os grupos doutrinários” que ligavam os indivíduos a certos tipos de enunciação, ou seja: “somente aos ministros da religião” eram autorizadas as preleções ao passo que os “controladores do discurso”, no caso, os representantes da Igreja proibiam os discursos de todas as outras pessoas que não faziam parte dos círculos discursivos, pois as julgavam incapazes de se apropriarem adequadamente do discurso religioso e doutrinador, uma vez que alegavam: independente da instrução ou virtude não é autorizado a um “secular” exercê-la.

2.4 O uso do ornato em *Os Sertões* como “esvaziar de tensões” diante de uma “Terra Ignota”

Em nota preliminar de **Os Sertões**, Euclides da Cunha promete ao leitor que na escrita do livro, com “firmeza de espírito, lembrará aquela campanha como um “crime” digno de “denúncia”, para isso, será “o narrador sincero” de Taine¹⁶: “Aquele campanha lembra um refluxo para o passado [...] um crime”. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2009, p. 18).

Ao querer retratar fielmente o que aconteceu na guerra, Euclides da Cunha busca engendrar em **Os Sertões** um relato puramente científico, sem interferência de

¹⁶ Maria Alzira Brum Lemos em **O doutor e o jagunço: ciência, mestiçagem e cultura em Os Sertões** fala da grande importância de Hippolythe Taine (1823-1893) nos textos euclidianos. Segundo esta autora: “Taine se inscreve no movimento de tentativa de transformações do conjunto dos saberes em ciência que se realizou na segunda metade do século XIX. Sua pesquisa abrange os domínios da filosofia, da história, da arte e da ciência” (LEMOS 2000, p. 42).

descrições desprovidas de clareza sobre a Guerra de Canudos. Este “crime digno de denúncia” será narrado em sua obra a partir das lembranças que este autor possui daqueles dias conflituosos.

Há de se notar, não obstante, especialmente no descrever do sertanejo e da vegetação, a criação de um “espaço textual” em cuja caracterização do sertanejo é semelhante em muitos momentos a do vaqueiro em **O Gaúcho** (1870) enquanto a descrição física reservada ao peregrino Antônio Conselheiro assemelhasse a do ancião personagem de **O Sertanejo** (1875) ambos romances ficcionais de José de Alencar. (BERNUCCI, 1995, p. 23). Quanto à vegetação, o autor de **Os Sertões** defende que “as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo” (CUNHA, 2009, P. 223).

É inegável, em **Os Sertões**, que a presença de uma linguagem retórica é constante, como por exemplo, na descrição da caatinga: “trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu”. (CUNHA, 2009, p. 224);

Luiz Costa Lima (apud BERNUCCI, 1995, p. 21) defende a idéia de que a obra de Euclides da Cunha é de cunho sociológico, Bernucci (1995) considera procedente tal análise sobre **Os Sertões**, acredita que Costa Lima faz semelhante afirmação a partir do princípio da predominância, ou seja, analisada em sua inteireza os aspectos sociológicos na obra euclidiana sobrepõem-se aos outros. Mesmo assim, o autor de **Imitações de Sentido** não deixa de ressaltar os “impulsos literários” que ecoam gravemente nos meandros geológicos, antropológicos, históricos e fortemente sociológicos da obra de Euclides da Cunha.

Bernucci salienta que em certos trechos de **Os Sertões** a imaginação os sobrepuja no momento em que: “a ficção do gênio criador de Euclides da Cunha prioriza nas descrições das paisagens circundantes de Belo Monte mais a impressão da linguagem do que o próprio objeto descrito”, neste momento Bernucci considera que Euclides da Cunha “abandona a pena do historiador para tomar a do literato” (BERNUCCI, 1995, p. 22). No entanto, isto não ofusca o discurso pautado nas ideias científicas da época e que Euclides da Cunha lançou mão para explicar a gênese do sertanejo e do sertão.

No entanto, Luiz Costa Lima em **Terra Ignota**, (1997) no capítulo “Terra Ignota: Indícios e Sinais” defende que a literatura aparece em **Os Sertões** como “ornato”, a linguagem poética é utilizada por Euclides da Cunha como um “aliviar de tensões” diante da perplexidade de se contemplar as agruras de uma “terra ignota”. Costa Lima explica como se dá o exaurir de tensão diante das rudes paisagens sertanejas que Euclides da Cunha precisa descrever: “pela torção literária, é esvaziada a tensão que quase se torna insuportável - há uma ciência capaz de dizer de tão estranha terra sujeita a tamanha oscilações?” (sic) (COSTA LIMA, 1997, p. 153).

Toma-se como exemplo de ornato que Costa Lima destaca, este trecho extraído de **Os Sertões**, quando seu autor descreve a vegetação nativa como aliada dos conselheristas: “E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, inatingível [...] As caatingas não o escondem apenas, amparam-no” (CUNHA, 2009, p. 224). Veja neste fragmento, um claro exemplo do uso de linguagem poética euclidiana observada por Costa Lima em **Terra Ignota**, nesta parte do texto de Euclides da Cunha é atribuído à caatinga a capacidade de “amparar os jagunços” e dificultar a ação dos soldados.

Na concepção de Bernucci foi impossível que Euclides da Cunha não se influenciasse pelo “mal de sua época”, a saber, se desvencilhar da consciência dividida entre a confluência de um “romantismo imaginativo” e de um “naturalismo ainda populante” (BERNUCCI, 1995, p. 23) É, por conseguinte, a “conciliação” entre a linguagem científica e a linguagem embebida de figuras retóricas que o autor de **Imitações dos Sentidos** assinala como elemento atenuador da “árdua realidade” presente nas páginas de **Os Sertões**, sobre isso ele assinala: “Se não fosse assim, estaríamos agora diante de um árido livro, tão árduo talvez quanto o sertão que ele se apaixonou”. (COSTA LIMA, 1997, p.23).

Desse modo, na concepção de Bernucci, ao promover a conciliação de “dois mundos díspares” Euclides da Cunha é capaz de atenuar em sua narração os rudes acontecimentos da guerra de Canudos. Neste sentido, vê-se na observação de Costa Lima sobre o uso do ornamento na linguagem euclidiana, a ratificação do pensamento de Leopoldo Bernucci.

No decorrer de sua argumentação sobre a “poética narrativa de Euclides da Cunha” Bernucci atribui o êxito do livro **Os Sertões** ao uso de uma retórica inigualável.

Do ponto de vista estético, ressalta que não há outro da época na qual ocorrera a guerra que trate da mesma temática de modo semelhante a Euclides da Cunha.

Poderia se dizer que E. Da Cunha escreveu *Os Sertões* com a intenção e denunciar o barbarismo do caso Canudos [...] mas do ponto de vista estético, sua obra desdobra também em descrições do meio ambiente elevado a uma categoria excepcional de representação (BERNUCCI, 1995, p.40).

Os Sertões, sem dúvida, é objeto de memória da guerra de Canudos. Há de se notar que o fato da tessitura textual desta obra apresentar-se de modo híbrido cuja linguagem poética em boa parte do livro, muitas vezes, sobrepuja a histórica, filosófica, sociológica, geológica, não se constituiu como empecilho para que a figura de Antônio Conselheiro tivesse sua memória cristalizada em Euclides da Cunha como um caso de “degenerescência intelectual”, um louco que foi para a história por complacência dos médicos e por faltar vaga no hospício. Outros autores, ao longo da história, escreverão sobre a Guerra de Canudos, mas é nas linhas de **Os Sertões**, mesmo com nuances ornamentais, que a “identidade” de Antônio Conselheiro “será proclamada”.

Não obstante, a “permeabilidade das fronteiras discursivas n’**Os Sertões**”, para usar expressão do próprio Bernucci, não ficará restrita ao campo literário do início do século XX, perpassará as primeiras décadas dos XX quando o autor Graciliano Ramos fala do religioso, ratificando o olhar naturalista próprio do contexto histórico e científico que Euclides da Cunha estava inserido: “Antônio Conselheiro um pobre diabo [...] apareceu no sertão da Bahia no fim do século passado [...] louco e meio analfabeto, reuniu sujeitos mais loucos e mais analfabetos do que ele, o pior canalha da roça”, (BERNUCCI, 1995, p. 102).

Outro exemplo dessa cristalização de memória de Antônio Conselheiro como um neurótico “caso de psicose progressiva” fartamente divulgada em *Os Sertões* (CUNHA, 2007 p. 144) é ratificado pelos organizadores da Coleção: **Obras Imortais da Nossa Literatura**; na edição destinada ao célebre **Os Sertões** Volume I e II (1973), os editores¹⁷ fazem a seguinte nota introdutória: “Antônio Conselheiro era um místico neurótico. Em *Os Sertões* Euclides da Cunha o descreve admiravelmente [...]”. Observe

¹⁷ Os editores dessa edição de *Os sertões* em 1973 são Domingos Alzugaray, Luis Carta, Fabrizio Fasano e os coordenadores são Armando Gonçalves e Inácio de Loyola.

que após 71 anos da publicação de **Os Sertões**, a imagem que os editores da obra têm de Antônio Conselheiro é a de uma figura “neurótica”.

A “permeabilidade das fronteiras discursivas” de **Os Sertões** destacada por Bernucci, por fim, chegara também ao século XXI quando o escrito baiano Aleilton Fonseca escreve o romance ficcional sob título **O Pêndulo de Euclides** (2009) a obra narra a história de um professor baiano apaixonado pelo livro **Os Sertões** de Euclides da Cunha. Este professor indignado com um discurso do palestrante que disse: “a guerra é um tema exaurido” decide conhecer a famosa região de Canudos, a fim de escrever seu próprio livro e investigar de fato a impressão que hoje as pessoas do local têm sobre aquela guerra.

Antes desse romance, entretanto, temos também outro escritor utilizando a temática da Guerra de Canudos, trata-se da obra ficcional do escritor José J. Veiga intitulada **A Casca da Serpente**. Inicialmente este autor engendra neste referido romance a reconfiguração do personagem a partir de **Os Sertões** revelando-nos um processo de permeabilidade discursiva bem acentuada.

O discurso euclidiano manifesta-se com evidência em **A Casca da Serpente**. José J. Veiga, logo no início do romance já dá sinais disso ao citar Euclides da Cunha, quando o narrador de veiguiga se propõe a discorrer sobre os recalcitrantes guerreiros cuja dignidade de sertanejo não se dobrou perante a dura face dos republicanos, emissários do “anticristo”: lutadores suicidas que ficaram para morrer combatendo a destruição de Canudos com a tomada do arraial pelos republicanos.

O popular trecho de **Os Sertões** é transcrito no romance **A Casca da Serpente**: “Esse lance da luta está contado em cores vivas pelo repórter Pimenta da Cunha em seu livro de 1902” (VEIGA, 2008. p. 14). Apesar de Veiga não mencionar o título do livro, ele usa o nome “Pimenta da Cunha” e a data “1902” sugerindo tratar-se da obra do escritor Euclides da Cunha e, por conseguinte de **Os Sertões**.

3 JOSÉ J VEIGA: “FANTÁSTICO MESMO É O DESRESPEITO AO PRÓXIMO”

Uma vez que já reservamos as primeiras partes deste trabalho para expor o modo pelo qual Euclides da Cunha produziu sua obra sobre Antônio Conselheiro, agora falaremos da produção ficcional de José Jacinto Pereira Veiga, não só de **A Casca da Serpente**, mas também de outras que a antecederam.

Em grande parte de suas obras, Veiga cria um espaço ficcional em que na maioria das vezes, o cenário interiorano nos remete a um estranhamento cultural suscitado por fatores sempre invasivos e intrigantes. A intimidação, o receio, o horror são constantes ameaças exteriores desencadeadas independentes do consentimento da população, que de uma vida pacata, passa subitamente a viver molestado por intransigente vontade alheia. A quebra de acontecimentos prosaicos que dirigem a vida das pequenas populações onde se passam as narrativas veiguiana provém de estranhos, “gente de fora” que lhes impõem um regime de violência não apenas física, mas, sobretudo, psicológica. Estes órgãos opressores são geralmente representados por “Homens da Companhia” conforme pode ser verificado a seguir em trecho extraído do romance **Sombra de Reis Barbudos**: “Então começou aquela romaria de gente de fora uns homens muito prosa no vestir e no falar [...] tratavam a gente como se fôssemos índios ou matutos [...]” (VEIGA, 2004, p.16).

Em trabalhos anteriores constatei que José J. Veiga, na maioria das vezes, situa suas personagens no âmbito do nebuloso, indistinto. Suas personagens, progressivamente, passam a compartilhar ações surreais que se fundem com as prosaicas. A literatura do mesmo, na maioria das vezes, tende a uma relação entre opressor e oprimido, nestas narrativas ocorrem certa invasão de acontecimentos que a crítica literária resolveu por muitos anos a nomear por fantásticos, ou realismo irrealista.

Estes fatos apresentam-se de maneira progressiva, ou seja, começam de jeito sutil e encerram de modo tenso, exagerados, algo que beira o bizarro, o grotesco, o

absurdo, conforme podemos verificar com um fragmento a seguir retirado de seu romance **A Hora dos Ruminantes**:

[...] ali fora, na claridade do sol da tarde, veio-me a dúvida. Teria eu visto mesmo tamanho absurdo? Se não era homem, o que seria – com pernas, braços, cabeça, nariz e dedos? Mas anjo vestido e calçado como gente, e fumando? Fumo não é vício? (VEIGA, 2004, p.123).

Há de se notar neste fragmento a ocorrência da fusão de elementos prosaicos expressos através de palavras: “homens, pernas, braços” ao elemento estranho expresso na palavra “anjo vestido de calça e fumando”.

Os personagens de Veiga, em boa parte de suas narrativas, aparecem em ambientes bucólicos, pequenas cidades ou vilarejos. Nos romances **A Hora dos Ruminantes e Sombra de Reis Barbudos**, por exemplo, é possível notar-se a progressiva sujeição das populações de duas cidades às regras impostas por invasores que os olhavam com inferioridade. Nos dois romances chegaram pessoas estrangeiras e por meio da opressão reorganizaram a vida da população, tanto no âmbito público como no privado. Em ambas aparecem palavras, tais como sombra, fiscais, punição, muros, nuvens e muitos outros signos que nos remetem diretamente à idéia de medo, desconfiança, olhar alheio, vigilância e punição.

Alcmeno Bastos em **A história foi assim: o romance político brasileiro dos anos 70/80** defende que o mundo veiguiano apresenta o insólito no qual irrompe “um poder novo, impessoal, [...] mas sempre autoritário, que não recua no emprego das várias formas de violência física e/ou psicológica para fazer valer suas prerrogativas, [...]” (BASTOS, 2000, p. 109).

As duas obras reproduzem em suas estruturas um clima de extrema tensão, um mundo absurdamente vigiado, seja por cachorros, bois, urubus, ou homens, sendo que estes últimos, em grande parte preferem se submeter aos domínios estrangeiros a sofrer perseguições das autoridades:

Não se podia mais sair de casa, os bois atravancavam as portas e não davam passagem, não podiam; não tinham para onde se mexer. Quando se abria uma janela não se conseguia mais fechá-la, não havia força que empurrasse para trás aquela massa elástica de chifres, cabeças e pescoços vinha preencher o espaço (VEIGA, 2004, p.120).

Nestes romances, nada está aberto a debates, as ações desencadeiam-se a partir das determinações arbitrárias sancionadas por um órgão fechado e repressor. Em **Hora dos Ruminantes**, este órgão é o “Acampamento”, em **Sombra de Reis Barbudos**, é a “Companhia de Melhoramentos de Taitara”.

Em suas obras, o ambiente interiorano ilustrado é uma transcrição pacata de uma situação apazível, subitamente molestada por fatos alheios, como se sofresse uma contaminação/infestação. Partindo desse ponto de vista, boa parte dos romances e contos de Veiga apresenta um tom ameaçador e que, por conseguinte, sufoca a liberdade dos personagens. Conforme temos frisado, a busca, por vezes violenta, pelo poder de determinado espaço é realizada pelos métodos da invasão, seus executores são agentes externos às relações comunitárias dos personagens, estes invasores promovem a quebra da rotina calma e pacata do universo ficcional dos personagens veiguiano:

Proibições e exigências há muito tempo esquecidas foram desarquivadas. [...] muita gente se complicou por se queixar demais do calor, ou dizer que não está fazendo tanto calor [...] por se abaixar para apanhar um objeto caído na rua, ou por ver um objeto caído na rua e não abaixar para apanhá-lo (VEIGA, 2004, p. 69).

Selma Calasans Rodrigues destaca a maneira pela qual o tema do “fantástico” e do “absurdo” é explorado pelo escritor brasileiro:

J. J. Veiga [...] situa seus personagens num espaço rural, mas que acaba por ser um espaço alegórico que quer falar sempre da relação entre opressor e oprimido ou da possibilidade de viver a liberdade apenas no sonho [...] (RODRIGUES, 1988, p.65).

Sobre José J. Veiga, Alfredo Bosi assinala que o autor “(...) encrava situações de estranheza em um contexto familiar, que evoca discretamente costumes e cenas regionais” (BOSI, 1987, p. 20-21). Exemplo do que Bossi fala pode ser observado em **Hora dos Ruminantes** na invasão dos bichos na pequena Manarairema: “Os cachorros surgiam nos quintais quebrando plantas, revolvendo hortas, derrubando cercas, pulando

muros, perseguindo galinhas, matando pintos, [...] vinham de todos os lados, nem tomavam conhecimento da gente” (VEIGA, 2001: p. 53-54).

A opressão e a violência retratadas por Veiga nestas obras citadas e em seus outros romances e contos também estão bem vivíveis em **A Casca da Serpente**, principalmente por se trata de um romance que tem como núcleo narrativo um acontecimento bélico:

Era impossível resistir mais, e também não podia se entregar aos sitiantes, que degolavam todos os prisioneiros sem piedade [...] os soldados impunha invariavelmente à vítima um viva a República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobravam-lhe a cabeça, escangalhava-se o pescoço; e, francamente exposta-lhe a garganta, degolavam-na. (VEIGA, 2008, p. 10)

Conforme se pode observar nos fragmentos selecionados até agora, o cenário interiorano composto por Veiga revela os horrores vindos de fora, não desencadeados pelo desejo de seus habitantes. Em outras obras, principalmente **A Hora dos Ruminantes** e **Sombra de Reis Barbudos** como temos visto, Veiga enfatiza este ambiente de extrema e permanente ameaça cujo ponto culminante também são os atos de tortura e por vezes morte, conforme pode ser verificado neste fragmento de **A Hora dos Ruminantes**: “Eles me amarraram. Me jogaram numa grota no quintal. Olhe as marcas das cordas. Me davam comida numa gamela no chão. Eu tinha de comer enfiando a cara, como cachorro”. (VEIGA, 2001: 128).

A literatura de Veiga nestas duas obras lança mão do grotesco, do absurdo, do fantástico, mas que não estão situados em um tempo determinado, as ações desencadeiam-se atemporalmente. Em **A Casca da Serpente**, ao contrário ele já utiliza um fato histórico, Guerra de Canudos, situado em um tempo determinado, 1897, para falar da violência que provém do elemento externo. Neste caso, “os homens do governo”, os invasores são representados pelo Exército Republicano.

Veiga oferece o espaço certo às suas palavras dentro do texto, “o espaço” que elas de fato necessitam como “força de expressão”¹⁸. Observe abaixo que na cena da degola dos conselheiristas pelos soldados aparecem verbos que por si apenas denotam ação violenta, agarrar, dobrar, escangalhar, degolar: “cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobravam-lhe a cabeça, escangalhava-se o pescoço; e, francamente exposta-lhe a garganta, degolavam-na”. (VEIGA, 2008, p. 10).

É comum a crítica literária optar por classificar a obra de Veiga como fantástico realista como é o caso de Selma Calasans Rodrigues a qual coloca a produção romanesca veiguiana como obra de cunho alegórico, especificamente alegoria dos ditos anos de chumbo: “Seu fantástico, que começa leve, se adensa, avizinando-se do absurdo (...) e, a par das reflexões de caráter existencial, parece ser a alegoria da sociedade brasileira dos anos de ditadura e opressão”. (RODRIGUES, 1988, p. 66). Não obstante, é válido lembrar que o próprio Veiga rejeitava este emblema de fantástico para a sua produção literária, bem como o rótulo de “romance denúncia” à sua literatura, ou seja, como denúncia dos acontecimentos políticos ditatoriais instalados nos “anos de chumbo”, por isso destaca “Esse fantástico precisa ser muito pensado, estudado, porque não é tão fantástico assim”.¹⁹

Sobre o fantástico ele lembra que bem antes da publicação de **A Hora dos Ruminantes** e **Sombra de Reis barbudos**, este clima de insólito está presente em sua obra inaugural **Os Cavalinhos de Platiplanto** (1959). Para Veiga, a designação de fantástico para a sua ficção deve ser usada com precaução, pois aquela hesitação entre o natural e o sobrenatural, funesto, fantasmagórico que se faz presente em Tzvetan Todorov em **Introdução à Literatura Fantástica** (2004)²⁰ talvez não funcione aqui no

¹⁸ ARAGÃO, Octavio & FERNANDES, Fábio. *Levantando o lençol da realidade: entrevista com José J. Veiga*. Disponível em <<http://intemblog.blogspot.com/2008/11/levantando-o-lenol-da-realidade.html>> Entrevista concedida a 2008. Acesso em 1º set. 2008.

¹⁹ ARAGÃO, Octavio & FERNANDES, Fábio. *Levantando o lençol da realidade: entrevista com José J. Veiga*. Disponível em <<http://intemblog.blogspot.com/2008/11/levantando-o-lenol-da-realidade.html>> Entrevista concedida a 2008. Acesso em 1º set. 2008.

²⁰ Em **Introdução à Literatura Fantástica** (2004) Tzvetan Todorov defende que a narrativa fantástica produz acontecimentos que não podem ser explicados pelas leis do mundo familiar. Muitas vezes, as ações das personagens são incompreensíveis para si mesmas, pois estas questionam se o que estão presenciando não passa de um sonho. Geralmente, na narrativa fantástica o episódio possível e o impossível imbricam-se irremediavelmente. O questionamento é inevitável: - o acontecimento é verdadeiro, o mundo que circunda o personagem de fato é realidade, ou se trata de uma ilusão que muitas vezes toma a forma de sonhos? A resposta, raramente satisfatória nas narrativas, tenciona o ponto central

Brasil, pois, segundo Veiga é nosso costume, desde a mais tenra idade, termos contato com o mundo de casos sobrenaturais, os quais passam a povoar nosso cotidiano em forma de pesadelo. Veiga lembra que assim as “estórias” de assombração não nos parecem tão estranhas quando crescemos:

[...] nos lugares pequenos do interior, ao menos para as pessoas do meu tempo [...] Quando fazia frio, as crianças ouviam, ao pé do fogo na cozinha, as pessoas mais velhas contando estórias de assombração, coisas inexplicáveis que aconteciam. A gente ia dormir preocupado com aquilo. E sonhava, tinha pesadelos incríveis em função daquelas estórias que ouvia (ARAGÃO & FERNANDES, 2008).

Diante disso, Veiga enfatiza que em nosso país o fantástico está mais perto do que podemos imaginar:

Esse fantástico precisa ser muito pensado, estudado, porque não é tão fantástico assim. É o que acontece Mesmo. [...] coisas incríveis como a lepra, erradicada de muitos países, acontecem ainda aqui. O desrespeito pela pessoa exercido pelos poderosos..., fantástica mesmo é a existência de sociedades que ainda toleram isso no mundo de hoje, com um pé já no novo milênio. Dizia-se que o ano dois mil seria um marco. Desde criança, ouço falar nisso, no "admirável mundo novo". Mas, para nós, parece que estamos ainda lá atrás. Vai custar a chegar (ARAGÃO e FERNANDES, 2008).

É válido ressaltar ainda sobre a classificação da produção literária de José J Veiga como fantástico que a esse respeito Antonio Candido defende que bem antes de o “modismo” do realismo fantástico se instalar “José J. Veiga tinha publicado Os

do gênero, estruturado através da ambigüidade, que se mantém firme até o fim da narração. Esta é uma das marcas mais importantes da narrativa fantástica. O personagem indaga o tempo inteiro acerca dos acontecimentos: realidade ou sonho, verdade ou ilusão? Consoante salienta Todorov, o sujeito da percepção deve optar por duas soluções possíveis: “ou se trata de uma ilusão dos sentidos, um produto da imaginação; ou o acontecimento de fato ocorreu, mas é regido por leis desconhecidas por nós” (TODOROV, 2004, p. 30). Para Todorov, o fantástico caracteriza-se por inserir de modo brutal, no mundo sensível, acontecimentos misteriosos, inexplicáveis e inadmissíveis. O gênero fantástico é um gênero provido de um caráter diferencial do estranho e do maravilhoso. Estes dois últimos são gêneros vizinhos ao primeiro.

cavalinhos de Platiplanto (1959) – contos marcados por uma espécie de tranqüilidade catastrófica” (CANDIDO, 1987, p. 211).

Quanto à literatura de resistência, José J. Veiga diz que quando deu um fim otimista **A Hora dos Ruminantes** achava que aquela ditadura não duraria muito, lembra que até recebeu algumas críticas pelo final “otimista” que deu ao livro, ao que justifica: “Eu não acreditava que aquela ditadura tivesse condições de durar muito. Achei que ela ia se dissolver. Demorou muito mais do que eu esperava [...]”²¹.

O autor explica que a criação de **Sombras de Reis Barbudos** foi uma espécie de continuidade de **A Hora dos Ruminantes**, uma vez que o regime permeado por restrições do governo militar marcado pela “repressão e o esmagamento” demorou mais tempo do que ele realmente imaginava que duraria. Veiga acha que foi impossível não se contagiar com o momento político do país quando escreveu suas obras, no entanto ressalta que seu texto está longe de buscar ser “apenas” um “romance-denúncia”, diante disso acrescenta:

É claro que *Sombras, Os pecados, Vasabarro*s foram contaminados pelo clima político contemporâneo deles, e a coincidência entre o clima interno destes livros e o clima externo, facilitou a leitura política. Mas meu projeto de escrevê-los não era ficar na mera denúncia de um regime de opressão: se fosse, os livros ficariam datados quando o regime se exaurisse, como se exauriu (aliás, durou mais do que eu calculava) (SOUZA A., 1990, p. 154)

Críticos como Luís André Nepomuceno defende, em artigo publicado na revista **Trama**, (1999) que a posição histórica dos primeiros romances de Veiga favorece a inevitável leitura de sua obra como “resistência contra as políticas ditatórias advindas do Golpe de 64” (NEPOMUCENO, 2007, p. 99).

²¹ ARAGÃO, Octavio & FERNANDES, Fábio. *Levantando o lençol da realidade: entrevista com José J. Veiga*. Disponível em <<http://intemblog.blogspot.com/2008/11/levantando-o-lenol-da-realidade.html>> Entrevista concedida a 2008. Acesso em 1º set. 2008.

Gregório Dantas, em contrapartida apesar de concordar que o rótulo de “romance denúncia” reservado a muitos romances pós 64, seja em alguns casos procedente, acha que em outros esta categorização torna-se perigosa e injusta uma vez que se pode incorrer na falácia de “reduzir uma obra de ficção de qualidade a mero panfleto ideológico”. O autor ainda esclarece que no caso de Veiga o título de “romance denúncia” tomou corpo graças à “ausência de estudos de fôlego” que relativizassem estes conceitos, os quais eram comuns nas análises breves de grandes críticos (DANTAS, 2004, p. 124).

Alcmeno Bastos assinala, todavia que se considerarmos a data de publicação de **A Hora dos Ruminantes**, 1966 “é grande a tentação de ler no romance uma representação alegórica do Brasil pós-1964, por isso afirma: “[...] A solução, porém, é demasiado simplista [...]”, pois esta temática veiguiana já se faz presente tanto em **Cavalinha de Platiplanto** quanto em **A Usina Atrás do Morro**, e estes romances foram escritos bem antes do golpe militar brasileiro (BASTOS, 2000, p. 113).

Ele ainda ressalta que o romance de Veiga experimentou em seus últimos anos “novas fórmulas” e por isso: “[...] Pode-se dizer que suas preocupações basilares com as relações de poder [...] não desapareceram, mas exigem uma reflexão mais demorada [...]” (BASTOS, 2000, p. 130).

Para finalizar estas distintas observações acerca da obra de José J. Veiga, vejamos a posição de Agostinho Potenciano de Souza a respeito deste autor. Potenciano distingue um “novo modelo” na obra veiguiana. Este crítico literário faz a leitura de tais obras com um olhar que vai bem além do “romance denúncia” influenciados pelo momento histórico:

Ler J. Veiga como uma reflexão do Brasil dos últimos anos não descarta uma outra reflexão: a situação universal da condição humana sob regimes de opressão. Situação que não é exclusiva dos brasileiros, mas diz respeito à liberdade e à existência de todos enquanto humanidade (SOUZA, 1990, p. 61).

A respeito do que Souza destaca acima poderíamos pensar que a luta dicotômica entre liberdade e opressão existe desde tempos imemoriais. O desejo de conquistar e

impor suas idéias como primordiais e verdadeiras é algo inato ao ser humano. Nesse sentido, o autor de **A Casca da Serpente** engendra em suas obras ficcionais um mundo constantemente permeado por invasores, os seus personagens, geralmente habitantes de pacatas cidades nos oferecem a oportunidade de refletir os limites entre a liberdade e a opressão, não em sentido restrito, mas genérico.

Esta opressão e violência devem ser entendidas na construção veiguiana como algo que transcende os limites temporais e espaciais, uma vez que podem ser identificadas em todas as sociedades e em todos os tempos, pois se trata de sentimentos e ações universais. Por isso, Veiga diz: “não há como fugir a essa realidade: toda obra literária é a interpretação do artista da alma humana e do mundo e, portanto, ela está sempre impregnada da maneira de o escritor encara a vida. Mesmo quando ele pensa que está fugindo a isso, como ocorreu comigo” (VEIGA apud AMÂNCIO, 1982, p. 87).

A partir desta perspectiva, pode-se compreender que o sonho pela liberdade transcende as fronteiras de uma comunidade, de um povo, de uma nação; não obstante, o desejo de dominar e impor seus conceitos de modo único, também, é algo universal e faz, às vezes, o homem ignorar, quando assim lhe convém, todos os paradigmas que o instruem sobre o respeito e a liberdade em relação ao outro.

Observa-se nesta pequena mostra da fortuna crítica de José J Veiga que se torna imprescindível dissociar-se a obra deste autor de uma visão ingênua que “rotula” seus romances e contos como uma manifestação literária que, apenas, “espelha a passagem temporal de uma época histórica do Brasil”.

Vê-se até o momento que os críticos de Veiga, na maioria das vezes, promoveram uma espécie de “circulo vicioso”, olhar unilateral de sua obra como “romance denúncia” relegando, por conseguinte, outras possibilidades de leitura. Como o próprio autor reforça: “O meu projeto era mostrar situações mais profundas do que aquelas impostas por um governinho de uns geraizinhos cujos nomes a nação depressa esquecerá.” (SOUZA, 1990, p. 154).

Observa-se desse modo que Veiga tem por finalidade retificar esta leitura uniforme que os críticos fizeram de sua obra como romance denúncia: “[...] eu estou

querendo fazer muito mais que uma simples denúncia de arbitrariedade. [...] Porque o que faço é ficção, é literatura, é arte” (PRADO, 1989, p. 46).

Esta observação de Veiga autentica a crítica que Agostinho Potenciano de Souza faz ao modo raso que geralmente acontecem às análises em relação às leituras das obras veiguiana. As críticas automatizadas das obras de José J. Veiga como escritor “fantástico” ou romancista “político”, pelo menos até o final da década de 90, estão refletidas nos comentários a respeito de **A Casca da Serpente**, que ainda se mostram modestos. Percebe-se que esta obra de Veiga até o momento permanece à sombra dos “romances denúncias” e José J. Veiga um escritor à sombra da literatura fantástica.

Ao escrever **A Casca da Serpente**, percebe-se o final de um “ciclo sombrio” da produção literária de José J. Veiga e o início de uma literatura mais arejada. Agostinho Potenciano de Souza classifica os livros anteriores a **Torvelinho dia e noite**, (1985) como constituintes do ‘ciclo sombrio’. A literatura que Veiga escreve até este “ciclo” coincidentemente, nos lembra Dantas, localiza-se em uma época marcada pelo processo de redemocratização na política brasileira: “os enredos de Veiga tornam-se mais leves, menos fatalistas, colocando em segundo plano a temática da opressão e o autoritarismo que caracterizaram a maior parte das narrativas do ‘ciclo sombrio’” (DANTAS, 2004, p. 130).

Sobre a classificação de **A Casca da Serpente** vêm-se divergências no campo crítico desta obra. Malcon Silverman, por exemplo, no livro **Protesto e Novo Romance Brasileiro** (2000) afirma que Veiga e outros autores brasileiros: “ênfaticamente um regionalismo brasileiro indefinido, apesar de reconhecível, ou a loucura urbana, aliada com a imprecisão cronológica” (SILVERMAN, 2000, p. 344). Sobre **A Casca da Serpente**, ele defende que esta obra veiguiana é uma obra “mágico realista”, tendo como princípio basilar esta hipótese, acrescenta: “e, no caso de Veiga, uma fantasia solta na forma de uma visitação mágica e sobrevivência fictícia de Antônio Conselheiro Canudos.” (SILVERMAN, 2000, p. 420).

No entanto, esta classificação de mágico realista²² que Silverman oferece para **A Casca da Serpente** é contestado por Mauricio César Menon, ele também tece comentários sobre esta mesma obra e em artigo intitulado “Dois mitos sob a ótica pós-moderna”, defende a idéia de que este romance veiguiano apresenta aspectos de romance histórico, uma vez que o enredo proporciona tema de cunho histórico: “[...] *A Casca da Serpente* (1989) de José J. Veiga, livro cujo enredo é também trabalhado em torno de uma figura histórica – Antônio Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro como se prefira chamar.” (MENON, 2001, p. 03). Para Menon, esta obra de Veiga é um romance pós-moderno.

Esta mesma idéia de **A Casca da Serpente** ser um romance pós-moderno é compartilhada também por Maria Luiza Ferreira Laboissière de Carvalho e Maria Wellitania de Oliveira Cabral em artigo intitulado “História e Metaficção na Novela *A Casca da Serpente*, de José J. Veiga: “nas notas introdutórias do artigo as autoras afirmam: “Este estudo pretende ressaltar os aspectos ficcionais no livro *A Casca da Serpente*, de José J. Veiga, e comenta a história de Canudos a partir da noção de Pós-Modernidade” (CARVALHO & CABRAL, 2008, p. 1).

Alcmeno Bastos também defende esta idéia de pós-modernidade²³ do Romance **A Casca da Serpente**, ao que afirma “[...] José J. Veiga publicou *A Casca da Serpente*, centrado na figura de Antônio Conselheiro, o líder de Canudos, sim, mas apresentado de um ponto de vista pós-moderno [...]” (BASTOS, 2000, p. 130).

²² Segundo William Spindler, em *Magic Realism: A typology*. Quem utilizou o termo *realismo mágico* pela primeira vez foi o alemão Franz Roh, referindo-se à pintura. Roh e outros pintores propunham um retorno à realidade, mas sob uma nova luz. Em literatura, o realismo mágico parece surgir entre 1940-1950, constituindo-se a sua fase áurea somente a partir de 1955. A nova tendência, na literatura romanesca, proporcionou uma ruptura com o esquema tradicional do discurso realista, que deixara fortes resquícios no século XX. Essa nova estética é o reflexo da renovação ficcional que se iniciara no século XX e que aos poucos foi tomando “corpo” e avançando em direção a um terreno que nos anos 40 e 50 era de domínio do realismo-naturalismo. Esta tendência caracteriza-se por uma composição crítica interpretativa que engendra a narrativa sob uma nova visão da realidade, a saber, a visão mágica.

²³ Estudos recentes classificam **A Casca da Serpente** como um romance pós-moderno, por exemplo, o trabalho de João Paulo Moreno Dias (2009), em sua dissertação de mestrado “Antônio conselheiro não morreu; ficção histórica e pós-modernidade em a casca da serpente, de José J. Veiga” ele analisa o romance **A Casca da serpente** (1989), de José J. Veiga, sob dois aspectos distintos: como ficção histórica e como ficção do pós-modernismo. Para tanto são tratadas questões pertinentes à composição da narrativa e à utilização da matéria de extração histórica, bem como processos discursivos típicos do pós-modernismo, vistos como ponto de apoio para a re-análise e reconstrução da figura de Antônio Conselheiro, no plano histórico e no plano ficcional. O estudo de Moreno Dias mostra como o autor utiliza essas duas bases como apoio para a representação do Conselheiro transformado e renovado. Por questão de tempo não poderei analisar também tais questões neste trabalho, fica, no entanto, a possibilidade de em trabalhos posteriores este assunto ser tratado.

Para a autora de **Imagens do Brasil na literatura**, Sônia Ramalho de Farias (2005) ²⁴ **A Casca da Serpente** explora uma: “reedição crítica” de Canudos sob uma perspectiva revisionista, filtrada pela ótica de um narrador anônimo em terceira pessoa, distanciado dos eventos romanescos”. Esta autora acredita que neste projeto ficcional, José J. Veiga cria “a utopia anarquista de uma sociedade sem governo”, ela afirma que a mudança gradual de Antônio Conselheiro para tio Antônio denota a passagem de um “messias e líder teocrata conservador, voltado para o mundo endógeno do sertão, a liberal democrata aberto às inovações da ciência e ao progresso da realidade exógena”. Sendo assim, a autora salienta que é em nome de tal “utopia” que é possível erigir-se uma Nova Canudos, a Concorrência de Itatimundé.

Sônia Ramalho Faria ainda frisa que há em **A Casca da Serpente**: “a criação de uma sociedade penetrada pela modernização e pelo progresso, mediante a tradução crítica daqueles valores identitários arcaicos [...]”. Estes valores a autora ressalta que são representados pelo antigo reduto messiânico o seu líder espiritual, o Conselheiro, porém agora na figura do tio Antônio tem-se a criação de uma Nova Canudos “projetada para um futuro que se concretiza no presente textual”.

Certamente estas questões que permeiam a literatura de José J. Veiga são interessantes e oferecem campo amplo de análise crítica das obras veiguianas que, aliás, se faz ainda de maneira bem modesta no campo da crítica literária brasileira, sobretudo, no que concerne aos seus livros publicados depois de 1985, do chamado “ciclo sombrio”. Nesta pesquisa tive imensa dificuldade em encontrar materiais teóricos que comentassem de maneira ampla sobre **A Casca da Serpente**. Quando muito se encontrava algo sobre a produção literária de Veiga percebia-se que as análises priorizavam quase sempre a problemática da relação dessa obra a categoria de “romance denúncia” ou romance alegórico.

²⁴ *Imagens do Brasil na Literatura*. Recife: Programa de Pós Graduação em Letras da UFPE, 2005. <http://soniaramalhodefarias.blogspot.com/2009/01/em-05-de-outubro-de-1897-termina.html>

3.1 A construção romanesca de José J. Veiga

Conforme tenho exposto até o momento, a maioria dos romances e dos contos escritos por José J. Veiga cria uma atmosfera cujo cotidiano, o fantástico, o alegórico e o humorístico se cotejam de modo absolutamente harmonioso.

Em **A Casca da Serpente**, Veiga também utiliza o humor nos cinco capítulos que narram a saga de Antônio Conselheiro, o qual sob a “(re) apresentação” dos conflitos entre os republicanos e os sertanejos, “morre” gradativamente e cede lugar a outro Antônio Conselheiro, “desde que saíram de Canudos só rezavam duas vezes, ou melhor, uma vez e meia (VEIGA, 2008, p. 26).

Conforme pode ser verificado, o fragmento acima descreve a rotina do beato e seus fiéis após a retirada estratégica de Canudos. Não obstante, a expressão “Desde que” denota tempo decorrido, ou seja, ao passar do tempo que fora considerado morto pelos republicanos, o beato passara a mudar as idéias “desembaraço na mente”, bem como mudara também sua aparência física “tirara a barba” esta “metamorfose” do beato dos sertões será exposta no decorrer deste trabalho.

O uso das palavras em José J. Veiga, não é feito de modo aleatório, havia neste escritor a preocupação com a seleção das palavras e o espaço que lhes era reservado na sua construção narrativa, “as palavras demandam espaço, mais espaço do que o espaço físico que ocupam na linha. Tem que arejar o texto tirar a palavra que entrou sem licença, clandestina, sem pagar entrada”.²⁵

Na representação literária de **A Casca da Serpente**, vê-se a constituição do personagem Antônio Conselheiro um tanto reflexivo e descentralizador, o Conselheiro de Veiga acha interessante a opinião de seus seguidores no ato da construção da nova Canudos. No decorrer da narrativa observa-se que a “serpente solta a velha casca”, o tio Antônio é um líder democrático. O narrador veigiano ao discorrer sobre o líder religioso de Canudos apresenta-nos um personagem que gradativamente abandona a “praxe” de chefe centralizador, as decisões agora serão tomadas coletivamente. O

²⁵ Entrevista com José. J. Veiga publicada no portal literário WEBLIVROS, <http://www.weblivros.com.br/entrevista/jos-j.-veiga.html>.

Antônio Conselheiro/ tio Antônio a caminho de Itatimundé acha mais procedente que a fé ceda lugar ao diálogo e à razão: “Vamos acabar com a praxe antiga de uma pessoa só, por mais chefe que for baixar decisões para o grupo. Por causa dessa praxe muita coisa andou torta em Canudos”. (VEIGA, 2008, p. 48). Na ficção de José J. Veiga, o interessante para o “chefe” dos sertanejos sobreviventes de Canudos era o desenvolvimento de uma experiência democrática: “discutir os assuntos em reunião [...] todo mundo opina, depois se conta os votos e o que a maioria decidir, fica valendo”. (VEIGA, 2008, p. 48).

Na Nova Canudos, a Itatimundé, a palavra é dada ao Antônio Conselheiro sob “nova casca”, a do tio Antônio, nesta nova comunidade, o líder de Canudos, com nova aparência recebe visitas importantes como Dr. Orville, cientista estrangeiro que a serviço do governo realizava pesquisas sobre os minerais que compõe a geografia do sertão, a cantora Francisca Edwirges, a polêmica Chiquinha Gonzaga, o renomado fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, que pretendia “registrar nas chapas o estado em que ficara Canudos depois da guerra” e sabendo da existência de uma nova comunidade desejava conhecer também o lugar onde estavam os “guerreiros sobreviventes, os “remanescentes da guerra de Canudos” (VEIGA, 2008, p. 112 e 120, 134-135)

Diante do que tem se investigado sobre a construção romanesca de José J. Veiga e também a respeito das discussões teóricas sobre a memória constituída de Antônio Conselheiro em **Os Sertões**, poder-se-ia perguntar: Por que serpente? Para quem efetivamente o beato de Canudos seria a presentificação de um ofídio, de um ser popularmente conhecido por sua constituição peçonhenta e sua índole traiçoeira? Que segredo há na fascinante casca da serpente?

Por que Veiga opta pela imagem de uma serpente para intitular o romance que descreve o jeito e narra ações da interessante figura de Antônio Conselheiro? Qual era a aparência da “casca da serpente”? Por que tantos a buscavam de maneira venerável, enquanto outros queriam exterminá-la como se esta figura tivesse alto grau de periculosidade? Quem realmente temia o célebre Conselheiro que, segundo Euclides da Cunha, era apenas o “resumo degenerativo de três raças?” (CUNHA, 2009, p. 198).

Se quando ofereceu ao seu romance o título **A Casca da Serpente**, José J. Veiga tivesse por finalidade utilizar a serpente como alegoria de Conselheiro, é inevitável a pergunta: que tipo de cobra seria Antônio Conselheiro? Uma cascavel²⁶?

A partir da hipótese de que a serpente em Veiga seja a representação figurativa de Antônio Conselheiro, então há de se investigar os benefícios e os malefícios que as cobras podem trazer aos seres humanos, principalmente para os que têm por *habitat* natural o sertão. Falo de “benefícios” e “malefícios” porque o Antônio Conselheiro descrito por Euclides da Cunha só representava perigo apenas aos que exerciam o poder, fossem estes os emissários dos domínios clericais; governamentais, o exército republicano; ou latifundiários coronéis do sertão nordestino, isolados politicamente do Brasil. Para os sertanejos, Conselheiro era a esperança de um mundo mais justo, o atenuador das agruras do homem do sertão.

A possibilidade de neste romance de Veiga a serpente ser a alegoria de Antônio Conselheiro, sem dúvida é vastíssima, não obstante, esta questão não será aprofundada nesta pesquisa. Fica aqui, a probabilidade de investigação desta hipótese em trabalhos futuros. No entanto, será feita nas próximas linhas, apenas uma pequena reflexão sobre duas aparições da cobra em dois momentos distintos em **A Casca da Serpente**.

Várias referências sobre as cobras aparecem no romance **A Casca da Serpente**, inclusive como remédio para curar “malina poder²⁷”. Apesar das serpentes mais temidas e evitadas serem as que possuem veneno, portanto passíveis de causarem acidentes e até morte em pessoas vitimadas por elas, são também estes bichos que representam, às vezes, a esperança para vida. “Já há, no mercado, drogas para tratamento cardíaco e neurológico, desenvolvidas a partir de propriedades de princípios ativos encontrados em veneno de cobra” (ABRANCHES, 2006).

Em **A Casca da Serpente** A cobra pode ser entendida como arquétipo de Antônio Conselheiro de **Os Sertões** em dois sentidos, neste romance de Veiga este réptil

²⁶Segundo os pesquisadores do **Projeto Anfíbios e Répteis**, as serpentes denominadas cascavéis habitam comumente em regiões de campos abertos, os cerrados, ou em áreas secas, pedregosas e arenosas, paisagens típicas do sertão. Elas só atacam quando se sentem ameaçadas, efetuando o ataque porém, seu bote é violento. O veneno propagado pela cascavel é neurotóxico, ou seja, atua no sistema nervoso central, impossibilitando que a vítima respire e se locomova com facilidade.

²⁷ Uma espécie de febre.

tem duas aparições distintas: A primeira se dá em forma de remédio, um “caldo” o qual Conselheiro ingere e fica curado da febre que o estava assolando. Dona Marigarda, depois de oferecer uma cobra ao Conselheiro e perceber que o mesmo havia melhorado da moléstia, reflete: “caldo de cobra é bom para reanimar doente de malina podre” (VEIGA, 2008, p. 87). A outra aparição da cobra em **A Casca da Serpente** acontece em um contexto de cadeia alimentar, quando este réptil é capturada por uma ave. No lance de captura da cobra pela ave, a primeira é surpreendida pela segunda, ameaça que vem do alto “pousando em volta da cobra e circulando ligeiro em volta dela” (VEIGA, 2008, p. 109)

Se na primeira aparição no romance a cobra tem utilidade medicinal, na segunda ela é uma vítima desarmada ante um inimigo mais forte que depois de atacá-la, três vezes, faz a decapitação da cabeça do ofídio. “Súbito, solta uma bicada na cabeça que praticamente separa a cabeça do corpo, ficando presa apenas de um lado pela pele” (VEIGA, 2008, p. 109).

Conforme Veiga afirmava, as palavras não eram colocadas aleatoriamente em suas narrativas, cada uma tinha um espaço necessário, “as palavras demandam espaço, mais espaço do que o espaço físico que ocupam na linha”²⁸. Observe que ele faz uso da figura da cobra em duas perspectivas antagônicas, na primeira, a mesma representa vida, “cura” da malina podre, a cobra neste contexto é algo que representa esperança, na segunda representa “morte” que se dá por decapitação depois de três ataques, nesta situação ela é vulnerável aos ataques do inimigo.

Pode-se inferir em **A Casca da Serpente** que a cobra seja o protótipo de Antônio Conselheiro de **Os Sertões** em duas perspectivas antagônicas. No primeiro caso, este réptil é a representação de Conselheiro, esperança de vida para os sertanejos miseráveis os quais viviam à revelia do novo regime governamental. Na segunda passagem, este animal rastejante configura-se como arquétipo do Conselheiro que teve seu arraial atacado três vezes e depois foi degolado “pelos federais”. O Exército Republicano seria

²⁸Entrevista com José J. Veiga publicada em *literário* WEBLIVROS, <http://www.weblivros.com.br/entrevista/jos-j.-veiga.html>.

neste episódio, o protótipo da ave que degola a cabeça da cobra a qual se contorce no chão do “serrado do sertão” perante o ataque do inimigo.

Dá a possibilidade da inclusão da cobra em dois contextos distintos na narrativa veiguiana representar “mais do que o espaço físico que ocupa na linha”. A figura da cobra tem espaço bem mais amplo nas linhas da narrativa de Veiga: “E com a decisão muito acertada de Conselheiro de mudar de casca [...], ninguém iria acreditar que ali estivesse um ‘gnóstico bronco’[...] e que mesmo assim quase derrotara com sua gente três expedições militares bem armadas” (VEIGA, 2008, p.121).

Como foi exposto acima, fica a possibilidade de investigações posteriores sobre a serpente e sua “casca” mencionadas na obra de Veiga ser a alegoria de Antônio Conselheiro em **Os Sertões**.

3.2 Antônio Conselheiro: facínora ou herói?

Por que José J. Veiga utiliza o adjetivo “bom” para qualificar a figura de Antônio Conselheiro em seu romance? Não era esta figura aos olhos da sociedade “civilizada”, do final do século XIX, um fanático religioso, louco e sebooso? Seria um convite ao leitor ao jogo ficcional, que dentro dos limites da imaginação tornaria possível desmistificar a figuração concebida de Antônio Conselheiro na memória coletiva do país, principalmente a partir da sua representação em **Os Sertões**?

Paul Ricoeur destaca que a concepção de memória coletiva parte da “audaciosa decisão de pensamento” de Maurice Halbwachs com a publicação em (1950) de **A Memória Coletiva**, nesta obra, Halbwachs defende a idéia de que a memória está “ligada diretamente a uma entidade coletiva” representada por um grupo ou uma sociedade (RICOEUR, 2007, p. 130).

Será que José J. Veiga fazendo uso da figuração de Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha procura estabelecer em **A Casca da Serpente** relações de semelhança com **Os Sertões** para depois, se justapondo a esta, promover também relações de afastamento, de diferença, de transformação com o intuito de engendrar nos limites do “pacto implícito entre escritor e seu leitor” uma memória mais justa” para seu Antônio Conselheiro/ tio Antônio?

Por falar em possibilidade de construção de uma memória mais “justa”, torna-se pertinente indagar-se: que memória a população guarda de Canudos? A propósito, esta foi a pergunta que Roberto Toledo fez ao padre Lívio Picolin pároco da atual Canudos. O religioso do pequeno lugarejo, emancipado em 1985,²⁹ acha que “o prestígio do Conselheiro” decaiu em relação ao que desfrutou entre os canudenses de outrora, afirma que hoje alguns o consideram uma “espécie de ditador habituado a dispor da vontade dos outros” (TOLEDO, 2002, p. 105).

Roberto Pompeu Toledo constata: “tem-se uma gama de Conselheiros para todos os gostos” (TOLEDO, 2002, 105). Desse modo, pode-se pensar que a memória coletiva acerca de Antônio Conselheiro configura-se a partir de certa polifonia, pois, nos dizeres de Toledo, “Antônio Conselheiro é uma obra aberta”, a figura do beato historicamente constituída nestes cento e poucos anos possibilita diversificadas interpretações, ou seja: “humilde penitente e louco, santo e fanático raivoso, reacionário e profeta do atraso, flamante cavaleiro da utopia e delirante sebastianista, manso consolador de almas e perigoso acirrador de conflitos” (TOLEDO, 2002, 105).

Observa-se que existem vários Conselheiros, cada um constituído a partir dos diversificados discursos estabelecidos pelas instituições reguladoras dos discurso. Defendida e cultuada principalmente pela Igreja Católica Romana, a imagem do Antônio Conselheiro atualmente é a de santo: “Na Canudos de hoje, a imagem de Conselheiro é defendida e cultuada, sobretudo pela Igreja Católica. [...] O Conselheiro é uma espécie de santo” (TOLEDO, 2002 106).

No contexto atual, no entanto, apesar dos esforços da Igreja em Canudos por querer preservar a memória de Antônio Conselheiro, há, segundo os representantes da Igreja no local, a persistência de uma memória pejorativa, “entre a população local persiste a ‘memória negativa’” a respeito de Antônio Conselheiro. Assegura a irmã Cirila, que com muito empenho trabalha na defesa da memória do Conselheiro na cidade. A religiosa relata existir a “teoria de que ele atraiu a multidão de seguidores a seu povoado, como se atraem os ratos a uma ratoeira para matá-los” Irmã Cirila garante

²⁹ Canudos em 1985 deixou de ser um vilarejo chamado de Cocorobó e tornou-se município e, aproveitando a fama do nome, foi rebatizada de Canudos, tornando-se a terceira cidade com este nome.

trabalhar contra essa “visão remanescente” apregoada pelos proprietários de cem anos passados, por isso afirma celebrar: “a vida que houve em Belo Monte” (TOLEDO, 2002 p. 106).

O padre Lívio, pároco da atual Canudos, acredita que a “má imagem do Conselheiro” é fruto dos “epítetos” que Euclides da Cunha, em **Os Sertões** designou ao religioso, a saber: “Messias de Feira, bufão arrebatado em uma visão do apocalipse”, infeliz que foi para a história como poderia ter ido para o hospício”. (TOLEDO, 2002, p. 106). Essa “má imagem do Conselheiro” pode ser entendida como manifestações das “feridas reais e simbólicas” armazenadas nos arquivos da memória coletiva assinalada por Ricoeur (2007, p. 94).

Com se pode verificar, tanto o padre Lívio, quanto a irmã Cirila, ambos representantes da Igreja Católica local da atual Canudos atribuem a “má reputação” do Conselheiro, respectivamente, aos fazendeiros daquela região, contemporâneos do beato, e ao livro **Os Sertões** de Euclides da Cunha, nenhum deles atribui esta memória negativa a igreja.

Conforme salienta Ricoeur em **A memória, a história e o esquecimento**, as “afecções da memória”, entre estas, a “memória manipulada” são seqüelas dos “usos” e “abusos” da memória, e em última instância podemos compreender que são estes dois últimos elementos, entre outros obviamente, os responsáveis pelas “feridas reais e simbólicas” presentes nas representações da figura de Antônio Conselheiro e já comentadas nas páginas anteriores desse trabalho (RICOEUR, 2007, p. 93).

Entende-se a partir da realidade descrita pelos religiosos da atual Canudos que houve de modo pejorativo “usos excessivos da memória” a respeito de Antônio Conselheiro, tanto que até hoje, ressoa na população local a idéia negativa sobre as verdadeiras intenções do Conselheiro quando fundou Belo Monte. Os representantes da Igreja atualmente, entretanto, acham que as “seqüelas” deixadas na figuração da memória de Antônio Conselheiro não são de responsabilidade também dos relatos negativos proferido pela Igreja sobre o religioso.

Ultimamente, a cidade de Canudos dispõe de três memoriais sobre o evento histórico “um federal, um estadual e outro eclesiástico” Estes “lugares de memória”,

para se usar uma expressão de Pierre Nora, abrigam a escultura do Conselheiro; balas, pedaços de armas e ossadas, peças tais encontradas nas escavações arqueológicas feitas no “palco da guerra”, bem como um dos mais importantes objetos útil como suporte de memória “a cruz de madeira que enfeitava a praça da igreja” (TOLEDO, 2002, p 107).

Pierre Nora em **A problemática dos Lugares** (1984) defende que os lugares da memória material, simbólica e funcional coexistem sempre. Para este teórico, um lugar de memória só existe a partir da fusão entre o material e o simbólico; ou seja, um lugar apenas entra na categoria de “lugar de memória” se tiver um aspecto ritualístico que garanta a cristalização da lembrança e sua transmissão, e também que denote um aspecto simbólico, no qual caracterize um acontecimento ou experiência vivida de um determinado grupo.

O simbólico possibilita a abertura de “um novo livro para a história” (NORA, 1984. p. 22). Entende-se com isso que os elementos presentes nos memoriais de Antônio Conselheiro, como por exemplo, as balas, pedaços de madeira e a cruz de madeira que enfeitava a praça da igreja são (re) significados no momento em que acionam a memória e a previne do esquecimento.

4 FIGURAÇÕES DA “IDENTIDADE PROCLAMADA” E DA “IDENTIDADE RECLAMADA” A RESPEITO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Efetivamente, em **A Casca da Serpente**, o Antônio Conselheiro, “fetiche de carne e osso”, “bonzo claudicante³⁰”, “resumo degenerativo de três raças”, descrito por Euclides da Cunha em **Os Sertões** (2009, p. 198) desaparece irremediavelmente. Em seu lugar, surge um tio Antônio ficcional: “Era claro que ventos novos vinham soprando com desembaraço na mente de tio Antônio. Desde que tirara a barba e jogara fora o camisolão de penitente” (VEIGA, 2008, p. 151). O que se nota no tio Antônio de José J. Veiga é a ocorrência de convergências e divergências do Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha.

Este Antônio Conselheiro de Veiga é o que Euclides da Cunha nomeia em **Os Sertões** de “regressão ancestral da espécie, mas que paulatinamente se reverte em uma espécie de evolução da espécie”. Faço uso aqui do vocábulo “evolução” me opondo a afirmação de “regressão” adotada por Euclides da Cunha, posto que, em **A Casca da Serpente**, não há negação de que outrora existira um Antônio Conselheiro intransigente e de aspecto aterrador e misógino conforme pode ser constatado em Euclides da Cunha. Existe nesta narração veiguiana um beato inflexível, intolerante. Quando o narrador faz menção de Antônio Conselheiro antes da derrocada de Canudos pelos republicanos, a figura do beato não se difere do Antônio Conselheiro de Euclides, da Cunha até no trato que o mesmo reservava às mulheres.

Em Canudos ninguém viu o Conselheiro conversar com mulher frente a frente, e parece que ele considera essas criaturas como portadoras de malefícios para homens. [...] mulher para ele, qualquer mulher, era encarnação do pecado, da maldade, de tudo que é ruim. Na hora das rezas, desde o primeiro dia do arraial, ele estipulou que o povo devia

30 Sacerdote manco.

formar duas procissões separadas, mulher de um lado, homem de outro (VEIGA, 2008, p. 74)

Veja no fragmento acima que a atitude de Antônio Conselheiro de **A Casca da Serpente** não se destoa do Antônio Conselheiro de **Os Sertões** no tocante ao pensamento e atitudes que o mesmo reservava às mulheres que viviam no arraial: “A beleza era-lhes a face tentadora de Satã... falava de costas mesmo com as beatas velhas feitas para amansarem sátiros” (CUNHA, 2009, p. 163).

No decorrer da narrativa de Veiga, todavia se notará a ocorrência de um processo de transformação do “apostolo extravagante” apresentado em **Os Sertões** (CUNHA, 2009, p. 181) para um agradável e flexível tio Antônio: “agora ele querendo falar com D^a Marigarda, mulher até puxada para bonita, por conseguinte as da que ele devia mais evitar”. (VEIGA, 2008, p. 74). Veja como esta mudança de comportamento de Antônio Conselheiro se delineia explicitamente, na obra de Veiga. Se quando habitava em Canudos, o chefe religioso evitava contato com mulheres, já na Serra do Ariranga, a caminho da Nova Canudos ele causa estranhamento ao seu bando quando conversa sem nenhum embaraço com uma delas.

No transcorrer da narrativa veiguiana, quando Conselheiro já é descrito com um visual diferente “sem barba” e com “cabelos curtos” ele aparece desconcertado pelo elogio de sua sobrinha, dona Marigarda, filha de sua tia Helena Maciel. “E o tio Antônio? Como ele é bonito! Era a primeira vez que se ouvia ali o tratamento de tio dado ao Conselheiro” (VEIGA, 2008, p.122).

É importante, no entanto ratificar que apesar do Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha passar por uma profunda transformação no mundo ficcional de José J. Veiga, necessário é que ocorra uma continua ligação entre ambos para se completar a mudança do tio Antônio. A partir da *distentio*³¹, no qual já fizemos uma pequena introdução neste trabalho, que segundo Ricoeur, acontece a “dissociação dos três

³¹ *Distentio* “dessemelhança de si a si”, esta definição que Ricoeur usa em **Tempo e Narrativa** para diferenciar os tempos tem origem em Santo Agostinho quando este trata da questão da medida do tempo *Distentio animi*, a alma como lugar de inscrição para, as *effigia* deixadas pelos acontecimentos passados, em suma, para as imagens (RICOUER, 2007 p. 112).

objetivos do presente”. É por essa dissociação que poderemos entender melhor a necessidade de apropriação por parte de Veiga do Conselheiro de Euclides da Cunha

Em **Tempo e Narrativa**, Ricoeur nos lembra que “os três objetivos do presente” são: a memória, a expectativa e a atenção. Analisemos a refiguração de Antônio Conselheiro a partir destes três objetivos. A rememoração do que Antônio Conselheiro foi no passado é a garantia do que ele é no presente, e do que será no futuro, ou seja, no “presente do passado ou memória” de Antônio Conselheiro descrito em **Os Sertões** é que se realizará a construção de outro Antônio Conselheiro que gradativamente está “mudando de casca”, ele é do “presente do presente ou atenção”, a partir dele que será construído finalmente o tio Antônio, o “tempo presente do futuro, ou expectativa” em **A Casca da Serpente** (RICOEUR, 2007 p. 111-112)

Em **A memória, a história e o esquecimento**, no tocante às “manipulações da memória”, Ricoeur afirma que elas são resultantes do fenômeno da ideologia. Ele assinala que o processo ideológico é opaco, pois dissimula e justifica um “sistema de ordem e de poder”. Dissimula, porquanto é dotado de um “caráter inconfessável”, e no “confronto com o outro” é sempre este que “atola na ideologia”. Justifica, conquanto na estrutura política hierárquica entre os que governam e os que são governados cria-se uma espécie de “pacto de crença”.

A “problemática da memória manipulada” cruza-se com a da identidade e com esta se confunde, principalmente por meio da ideologia. Os “abusos de memória”, também são “abusos de esquecimentos”, devido à função mediadora da narrativa, pois, segundo Ricoeur, só depois que é feito o “uso” “seletivo da narrativa”, ocorre o “abuso” (RICOEUR, 2007, p.455). Compreende-se assim que o processo seletivo da narrativa é inevitável, diante da impossibilidade de se narrar tudo, tendo em vista que é preciso esquecer um acontecimento para me lembra de outro e narrá-lo: “A idéia de narrativa exhaustiva é a idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (RICOEUR, 2007, p 455).

A seleção narrativa possibilita a manutenção da “relação estreita” com as seguintes “configurações narrativas”: “memória declarativa”, “narratividade”, “testemunho” e “representação figurada do passado histórico”. Esta última configuração narrativa mencionada é a que mais interessa neste trabalho, pois é por ela que procuro

compreender o processo de “ideologização da memória” e as suas implicações na formação do que chamo aqui de “identidade proclamada” n’**Os Sertões** e “identidade reclamada” em **A Casca da Serpente**, romance no qual ocorre a reconfiguração dos protagonistas da ação da Guerra de Canudos. É também por estes recursos de variações presentes nas configurações narrativas que as “estratégias de esquecimento” também se implantam. Nos dizeres de Ricoeur: “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando-se as ênfases, reconfigurando diferentemente os protagonista da ação assim como os contornos dele” (RICOEUR, 2007, p 455). Observe que este último item que consiste em reconfigurar “os protagonistas das ações” está presente em **A Casca da Serpente**: com a reconfiguração do protagonista da ação da Guerra de Canudos.

No que concerne ao esquecimento, Ricoeur nos lembra que estes recursos de reconfigurações narrativas possuem uma forma “ardilosa” cuja manifestação se dá quando a história “autorizada”, “celebrada” “comemorada”, ou seja: a história oficial “maneja o recurso narrativo”, a partir do uso da “intimidação”, da “sedução”, do “medo”, da “lisonja”. Estas ações coercivas revelam o que Ricoeur chama de “desapossamento dos atores sociais” de seu poder originário de narrar a si mesmos. Por outro lado, ressalta Ricoeur que estas ações têm certo grau de “consentimento” por parte desses “atores sociais” por um “não querer saber”, de contar sobre seu próprio passado, uma espécie de “esquecimento passivo”. Pode ser o que acontece na Canudos atual em que a população local prefere aceitar a “teoria de que ele atraiu a multidão de seguidores a seu povoado, como se atraem os ratos a uma ratoeira para matá-los” (TOLEDO, 2002 p. 106).

Com o intuito de buscar por respostas que pudessem confirmar ou refutar as hipóteses iniciais já mencionadas até aqui, tornou-se imprescindível que eu compreendesse o porquê Veiga construiu uma espécie de rememoração por parte do seu narrador que se lembra de Antônio Conselheiro e dos fatos ocorridos em Canudos, na maioria das vezes, a partir dos relatados de certo repórter “Pimenta da Cunha”, cabe a pergunta: o Antônio Conselheiro de **A Casca da Serpente** é a representação poética do conselheiro de **Os Sertões**?

Até o momento, noto que ao lembrar-se dos “relatos”, do “tal repórter”, o narrador “desconstrói”, gradativamente, a imagem austera, monumentalizada do beato depois da derrocada da comunidade sertaneja, sem, contudo deixar de preservar na

referida construção textual algumas figuras importantes que fizeram parte do conflito de Canudos.

No romance de José J. Veiga, há referência, segundo já foi dito, a um determinado repórter “Pimenta da Cunha”, que também tece comentários acerca de certo João Abade, conforme o exposto a seguir: “‘João Abade’, o ‘sinistro’, segundo o comandante Pimenta da Cunha” (VEIGA, p. 78). Verifica-se neste trecho citado anteriormente que a palavra sinistro traz aspas dentro do corpo da própria citação que o narrador de Veiga constrói, denotando que esta adjetivação referente a João Abade não é do narrador de **A Casca da Serpente**, mas do repórter Pimenta da Cunha.

Segundo o exposto anteriormente, este trabalho está sendo erigido sob a hipótese de este romance ser a reprodução poética da imagem póstuma de Antônio Conselheiro, apresentada aqui como uma espécie de “identidade reclamada” criada a partir do “pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor”. Neste ponto da investigação, é inegável que só é possível construir-se uma nova personagem de Antônio Conselheiro, o tio Antônio, se tivermos por referencial a rememoração do Antônio Conselheiro que foi constituído em **Os Sertões** e aos longos dos anos teve sua “identidade proclamada” a partir da canonização desta obra. Desse modo, toda reconfiguração de Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente** manifesta-se acoplada à figuração deste personagem em **Os Sertões**.

4.1 Por que silenciar o “chocalho da serpente”?

Anular o discurso do Conselheiro sobre a população sertaneja era necessidade urgente das autoridades republicanas, afinal, como assinala Jaques Le Goff em **Memória e História** (1996): “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Ao fazer tal afirmação, Le Goff acredita que “os esquecimentos” bem como “os silêncios da história” constituem-se elementos “reveladores” dos mecanismos responsáveis pela “manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996. p, 426).

A vida pessoal e social do beato convergia-se com a do homem do sertão de maneira vertiginosa (CUNHA, 2009, p.161). A sua história pessoal marcada por

infortúnios de ordem afetiva era motivo de especulações constantes acerca do seu passado. É notável que o público e o privado imbricavam-se veementemente, de modo que em meio as suas peregrinações, a imaginação popular sertaneja romanceia-lhe a vida a partir de lendas pautadas em sua misteriosa figura de peregrino. Quanto mais popular se tornava a figura do beato para o sertanejo, maiores eram as histórias fantasiosas que se perpetuavam no imaginário popular deste povo sobre o redentor dos miseráveis.

E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face encaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano [...] é desconhecida a sua existência durante tão longo período (CUNHA, 2009, p. 156).

Segundo Dawid Danilo Bartelt³² (1997), os jornais da época, tanto da Bahia, quanto do Rio de Janeiro e São Paulo apontavam suas críticas, de modo bastante pragmático, para um beato extremamente fanático que incitava seus seguidores a praticar atos criminosos contra a República, ou seja, Canudos nada mais era, na visão da imprensa, do que um reduto de "fanáticos", "monarquistas" e "criminosos", pessoas de alta periculosidade que deveriam ser destruída a todo custo, uma vez que se constituíam rebeldes perturbadores, ameaçadores da ordem pública.

A percepção que o Estado constitui dos sertanejos conselheristas avança para a justificação das futuras atrocidades que seriam empregadas contra os seguidores do religioso. Vê-se, portanto que “o confronto com o outrem” que não reconheço em mim, autoriza-me “praticar ações que se aparam na violência fundadora”, elemento imprescindível para a manutenção da “ordem pública” (RICOEUR, 2007, p. 94 -95).

Diante disso, entende-se que o foco da atenção da imprensa, da política e até mesmo da Igreja era o beato e alguns miseráveis sertanejos isolados política e socialmente das autoridades oficiais do Brasil. Estes miseráveis, diante da segregação social e política constituem-se como fundadores de uma comunidade denominada de

³² Historiador e jornalista de Berlim (Alemanha). Realiza pesquisa de doutorado sobre Canudos.

Belo Monte que ainda vive sob as leis oligárquicas na República Velha em cujo regime político operante é o coronelismo.

Em meio a vegetação de caatinga, existia um velho e decadente povoado a beira do Rio Vaza-Barris rodeado de imponentes morros denominados Cambaio, Caipã, Canabrava, Cocorobó, Poço de Cima, Sauí e Angico. É este o lugar escolhido por Antônio Conselheiro para construir sua última morada. O nome do lugar era Canudos, devido a uma planta chamada Canudos-de-Pito, com a qual os antigos moradores, fumavam longos cachimbos, Conselheiro o rebatizou de Bello Monte. Chegou com algumas centenas de fiéis seguidores e se estabeleceu, iniciando assim, a construção de uma comunidade sertaneja com o uso coletivo da terra, sem polícia e sem impostos e onde não tinha patrão nem empregado (TAVARES, 1993).

A posição da igreja a respeito de Antônio Conselheiro era de estigmatizá-lo como “herege” e “doente mental”:

O arcebispo de Salvador chegou a solicitar em 1887 uma vaga no "Asilo de Alienados" para o Conselheiro, já que este sofreria de um "ataque de monomania religiosa". A administração pública levou este pedido ao absurdo alegando que não havia vaga no referido Asilo. Quanto a heresia do Conselheiro, ninguém sabia melhor do que a própria igreja que ele se mantinha, teologicamente, dentro da doutrina católica. A igreja dispunha, portanto, de apenas um argumento intrínseco forte contra o Conselheiro e seu séquito: o "fanatismo". Separava-a deste movimento o seu "fanatismo religioso" (BARTELT, 2007).

Em a **Ordem do Discurso** (1995), Michel Foucault supõe que em toda sociedade a produção do discurso é submetida a controle, seleção, organização e redistribuição. A atitude de pôr em “xeque” a sanidade mental do beato era algo bem conveniente para justificar toda perseguição aos canudenses e a captura do “rebelde beato”, bem como para justificar as atrocidades, tais como, estupros e degolas à miserável população; tristes fatos ocorridos no final do conflito e pouco divulgados nos relatos oficiais.

Sem dúvida, “a casca serpente sertaneja” era bastante controversa; ora fascinava centenas de miseráveis, ora, como já exposto até aqui, representava ameaças às instituições governamentais e eclesiásticas do final do século XIX. O beato, que preferia desenvolver em seus fiéis atitudes morais que valorizassem mais a vida pela

cooperação das ações comunitárias, às teorias de caridade desenvolvidas pela Igreja; causava em algumas pessoas atrações e em outras repugnâncias. Seu comportamento poderia até ser “veneno letal” para quem tivesse interesses políticos e/ou religiosos, não obstante, para os famintos sertanejos era um eficaz “antídoto” para o veneno dos desprezos governamentais devido aos quais milhares de miseráveis viviam entregues às próprias sortes, na “Jerusalém de taipa” conforme designação euclidiana de Canudos (CUNHA, 2009, p. 119).

Segundo os relatos euclidianos, Antônio Conselheiro representava uma ameaça aos religiosos do sertão do final do século XIX. Estes lançam um olhar distinto sobre as prédicas desse religioso, sob a alegação de que o mesmo não possui “autoridade, nem doutrina segura para pregar”. Ademais, é desconcertante para as autoridades religiosas o modo pelo qual Antônio Conselheiro “inquieta as consciências” quando sai peregrinando por inúmeras povoações fazendo uso de “prédicas supersticiosas” (SILVA, 2002, p. 205). As prédicas de Antônio Conselheiro, neste caso, representavam uma ameaça aos ensinamentos que colocavam em “xeque” a eficácia do discurso religioso propagado pela Igreja.

Enquanto os outros religiosos comprometidos com os coronéis do sertão pregavam “gozos futuros nas regiões celestiais” para os sertanejos que padeciam nesta terra, assolados pela miséria, fome e abandono político; “o bom Conselheiro” falava das agruras terrenas em suas prédicas. Ainda que falasse também das glórias futuras nas regiões celestiais, suas mensagens eram cheias de palavras em latim, mas que não deixavam de fazer alusão aos problemas terrenos.

Observa-se até aqui que Antônio Conselheiro incomodava praticamente todo o aparelho do estado: exército, polícia, igreja e administração social. Não obstante, é na obra de Euclides da Cunha, autor enraizado profundamente nas estruturas sociais de uma sociedade com fortes nuances positivistas, que a memória de Antônio Conselheiro dará os passos mais concretos para o processo de cristalização de uma “identidade proclamada” como fanático religioso, louco que entrou para a história assim como poderia ter ido para o hospício (CUNHA, 2009, p.144).

Para Michel Foucault (1999. P. 16), a “força da verdade” organiza-se em torno de contingências históricas, que não são apenas modificáveis, antes, estão em perpétuo

deslocamento, sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e as reconduzem. Foucault salienta que semelhante a outros sistemas de exclusão tais como, separação, sujeição e segregação, a vontade de saber também se apóia sobre um suporte institucional. No contexto que se encontra Antônio Conselheiro, uma das instituições que lutava para deter essa “vontade de verdade” sem dúvida era a Igreja Católica.

Semelhante ao que acontecia no contexto da Igreja medieval, na Igreja do final do século XIX, ocorre a “rarefação do sujeito”, ou seja, só entrava na “ordem do discurso” o indivíduo que atendesse algumas exigências discursivas e se mostrasse qualificado para “manutenção, modificação ou apropriação dos discursos” (FOUCAULT, 1999, p. 38). Ele necessitava ter os mecanismos de controle e coerção do discurso. Em suma, são as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais que garantem a distribuição dos sujeitos que falam, nos diferentes tipos do discurso.

Está claro que Antônio Conselheiro nomeado por Euclides da Cunha como “gnóstico Bronco”, não está, sob a ótica da Igreja, “qualificado” a proferir discursos doutrinários. No contexto religioso em que o mesmo estava inserido competia puramente à “Igreja Católica”, somente aos ministros da religião, exercer tal ministério, situação que, por conseguinte, conforme salienta Euclides da Cunha, motiva o Arcebispo D. Luiz a escrever carta de advertência aos párocos com igrejas situadas no sertão da Bahia no final do século XIX: é negado a um “secular a missão santa de doutrinar os povos”, por mais que este fosse “instruído e virtuoso”, logo, para os controladores discursivos desta instituição religiosa, o peregrino sertanejo era inapto a participar do discurso, pois lhe faltava “autoridade para exercê-la” (CUNHA, 2009, p. 167).

Segundo Candido da Costa Silva, em artigo intitulado **O peregrino entre os pastores** (2002), as autoridades eclesiásticas “párocos ou vigários e Arcebispos” sentiam-se desrespeitados “por quem se recusava deixar as exortações habituais, pois não tinha autoridade, nem doutrina segura para pregar”. Devido a isto, inicia-se uma inquietante troca de informações que já se mostra crescente no primeiro semestre de 1876, já “envolvendo autoridades policiais”, a estes, os representantes eclesiásticos pediam “providências enérgicas” contra um homem que com “prédicas supersticiosas”, “inquieta as consciências” (COSTA SILVA, 2000, p. 204-205).

Em **Os Sertões**, Antônio Conselheiro era considerado o representante natural das aparições mais elevada pela multidão de miseráveis. Eles se deleitavam nas longas pregações do líder. Para estes “acervos de trapos”, usando aqui um entre muitos epítetos de Euclides da Cunha para fazer referência a Antônio Conselheiro (CUNHA, 2009, p.190) ele era o “Bom Jesus”, muitas vezes, a última pessoa honrados pelos “prisioneiros curibocas” capturados ou que se rederam no final da guerra, presos cujos destinos era a degola, a terrível gravata vermelha³³, executada prazerosamente pelos soldados republicanos: Na iminência da “gravata vermelha quando o ferro embotado lhe rangia nas cartilagens da glote, a primeira onda de sangue borbulhou, escumando, à passagem do último grito gargarejando na boca ensangüentada: _ Viva o Bom Jesus!” (CUNHA, 2009, p. 435).

A citação acima trata da narração que Euclides da Cunha faz sobre o momento em que um dos conselheristas é capturado e logo em seguida, degolado; nem diante da terrível morte o prisioneiro recua, antes, agonizando presta seu último tributo ao “Bom Jesus”.

A expressão “Viva o Bom Jesus” pode ser entendida como a evidência do imenso valor que a figura do Conselheiro representava para seu povo, representatividade que ia além da “religiosidade e fanatismo”, manifestações às quais Euclides da Cunha coloca como principais razões dessa expressão. Vislumbra-se a possibilidade desse tributo ser antes uma “espécie de monumento inaugural” cujo objetivo maior dos ”jagunços” prisioneiros era o de perpetuar a memória do Conselheiro como um líder que ensinou princípios irrefutáveis e inalienáveis dignos de serem preservados até mesmo pela posteridade como sinal de admiração à liderança de Conselheiro. Para Nietzsche até os fatos mais aberrantes do nosso passado não podem ser totalmente esquecidos, pois, eles fazem parte de nossa herança, somos herdeiros do nosso passado, ainda que este seja feito de “erros e crimes”, como foi o caso da guerra de Canudos, eles estão aqui.

³³ "gravata vermelha" - execução sumária de prisioneiros já subjugados, que eram posicionados de joelhos e degolados. Estima-se que parte da população civil rendida, que ainda não havia sido dizimada pela fome e pelas doenças no arraial, e não somente os prisioneiros combatentes, tenha sido executada dessa forma por tropas federais na sangrenta Campanha de Canudos.

Mais à frente quando tratamos das histórias “monumental, antiquária e crítica” em Nietzsche, falaremos com maiores detalhes da herança do passado que nos acompanha e das razões pelas quais ela não pode ser totalmente descartada no processo de construção memorialístico de um povo ou de uma cultura (NIETZSCHE, 2003, p. 30-31).

Antes de continuarmos falando de Antônio Conselheiro e do seu “domínio carismático”³⁴, retornaremos um pouco sobre a “problemática da identidade” e a suas implicações na constituição da memória tanto no campo privado como no público, ou seja, tanto a memória individual quanto a coletiva. Falarei no capítulo subsequente destas duas categorias memorialísticas por entender que as mesmas são imprescindíveis para se compreender a constituição da memória de Antônio Conselheiro no livro **Os Sertões** e por extensão em **Casca da Serpente**.

4.2 Antônio Conselheiro e tio Antônio: imagens (des) harmônicas?

No capítulo reservado entre “Memória Pessoal e Memória Coletiva”, Ricoeur discorre sobre o caráter privativo da memória e afirma que a mesma configura-se a partir de três traços distintos: o primeiro deles consiste em ressaltar o pretense desejo de singularidade. Pensar em memória individual é dizer que a lembrança da experiência vivenciada por um indivíduo é intransferível. “não se pode transferir a lembrança de um indivíduo para o outro” (RICOEUR, 2007, p. 107). O segundo aspecto, por seu turno, ressalta que é na memória que parece residir o “vínculo original” da consciência, o passado. Por fim, o terceiro traço o qual destaca o caráter privativo da memória, trata-se do vínculo que a memória mantém com o sentido de passagem do tempo, passagem bilateral, pois, pode ocorrer do passado para o futuro representando respectivamente “lembrança e expectativa” ou movimento inverso: futuro para o passado, conseqüentemente da expectativa para a lembrança. Esta orientação temporal de “mão dupla” é feita através do “presente vivo”.

A tradição do “olhar interior” se constitui sobre os pilares destes “traços” reveladores do caráter privativo da memória. Ricoeur destaca que essa tradição que prima pela análise mais particular da memória foi inaugurada por Santo Agostinho.

³⁴ Designação de Max Weber ao falar dos três tipos de domínios usados pela ideologia.

Posteriormente, no século XVII, Jonh Locke “inventou” a tríade “*identidade, si e memória*”. No entanto, é com Husserl que a escola do “olhar interior” alcançará o seu ápice. Entende-se por “olhar interior em Santo Agostinho, como “o homem que lembra de si mesmo”. À medida em que esta perspectiva do olhar interior se consolida, cria-se um “impasse” rumo a memória coletiva que será analisada por Ricoeur principalmente a partir do que este chamará de “olhar exterior” de Maurice Halbwachs, no século XIX para definir memória coletiva (RICOEUR , 2007, p.108).

Segundo o que já verificamos, é inócua a tentativa de se conceber o Antônio Conselheiro/tio Antônio, sem antes rememorar as atitudes deste personagem em **Os Sertões**, pois o que se vê no personagem de Veiga é o esforço de rememoração do que ele foi no passado, para garantir a sua negação no presente. O tio Antônio relembra os erros de Antônio Conselheiro na antiga Canudos com o intuito exclusivo de prevenir-se de cometê-los na sua nova comunidade. Sempre é válido ratificar que uma das metas centrais desta pesquisa é investigar os motivos pelos quais José J. Veiga optou por construir a imagem de Antônio Conselheiro, em boa parte desarmônica da idéia figurada deste beato n’**Os Sertões**.

É importante observar que na constituição figurativa do tio Antônio ocorre a orientação temporal de “mão dupla” de que Ricoeur trata (2007, p. 107) e que foi apresentada a algumas páginas acima. É uma conexão memorialística estabelecida entre passado e futuro em cujo eixo central é do “presente vivo”. Poderemos entender esta “mão dupla” a partir do paralelo entre o Antônio Conselheiro de **Os Sertões** e o de **A Casca da Serpente**, vejamos: o Antônio Conselheiro sobrevivente da guerra representa o “presente vivo” da narrativa. Antônio Conselheiro de **Os Sertões** é representante do “passado” vivenciado na guerra de Canudos. No entanto, o esforço de rememoração por parte de tio Antônio, representante do futuro, é de salutar importância, para que na Nova Canudos não ocorra mais os erros que fizeram as “coisas andarem tortas” no passado.

Diante disso observa-se que a memória do Antônio Conselheiro de **A Casca da Serpente** mantém um vínculo indissociável com o Antônio Conselheiro de **Os Sertões** a partir do “sentido de passagem do tempo bilateral”, quando “lembrança e expectativa” são operacionalizadas a partir do “presente vivo”, contudo esta imagem será feita em grande parte de modo desarmônico.

Fica manifesta, no entanto a impossibilidade de se falar em “tio Antônio” de José J. Veiga como negação total de Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha. Consta-se nesta pesquisa que a existência do tio Antônio está condicionada ao ato de rememoração do que ele já foi um dia, “um gnóstico bronco”, e que não é mais. No entanto, é válido ressaltar que faço uso do termo: construção de imagem desarmônica, levando-se em conta que apesar de ocorrer à rememoração do tio Antônio sobre o passado em Canudos, ele, o tio Antônio, na Nova Canudos procura não reproduzir o comportamento exato do que ele era no passado em Belo Monte e o líder que ele é no “presente” na retificação de Canudos”.

No antigo arraial dos conselheristas tínhamos um beato de “barba e cabelos grandes, sebosos e cheios de piolhos” na retificação do arraial, Concorrência de Itatimundé temos um tio Antônio “cara limpa e cabelos cortados”, em Belo Monte existia um líder “bufão arrebatado nas visões apocalípticas” em Itatimundé, um paraíso entrevisto contemplamos um “homem de olhar discernido” que viu a guerra e não “enlouqueceu” (VEIGA, 2008, p. 124).

Neste ponto das investigações, ao contrário do que suspeitei inicialmente, torna-se mais visível que em José J. Veiga não ocorre categoricamente uma “identidade reclamada” que tenha pretensão de ser oposição total a “identidade proclamada” construída sobre Antônio Conselheiro em Euclides da Cunha, pois, na narrativa veiguiana, o beato só deixa de ser o “gnóstico bronco” e passa a ser o descontraído tio Antônio quando se torna limpo e abandona o hábito de entender tudo “sob o compasso da bíblia”. No entanto, é válido ressaltar que de fato, em **A Casca da Serpente** acontece a tentativa de constituição de outra identidade diferente daquela que acredito existir em **Os Sertões**.

Na reconfiguração que Veiga promove de Antônio Conselheiro ocorre uma espécie de dependência identitária da construção desse beato sertanejo em Euclides da Cunha. Explicando melhor, poderíamos entender que estamos diante da “problemática da identidade” que Ricoeur nos chama a atenção quando nos fala das “afecções das memórias” causadas não só pelo uso, como também pela escassez do uso da memória, “os usos e abusos” resultam em última instância nos excessos de memória ou esquecimento.

Dentro da proposta desse trabalho de analisar as constituições de “identidades” de Antônio Conselheiro nestas duas obras poderemos compreender que a “identidade reclamada” não tem plena autonomia devido a “escassez de uso da memória” de Antônio Conselheiro vista por outro ângulo, ou seja, pela perspectiva dos vencidos. Em toda a história da Guerra de Canudos, todas as possibilidades de construções memorialísticas foram favoráveis para a resposta categórica em o *que* foi Antônio Conselheiro, “um gnóstico bronco” e não em *quem* contou sobre ele, (é fato notório que no âmbito da história oficial foram os *vencedores* que contaram a história de Conselheiro).

Para ser aceito e reconhecido como um líder verdadeiro (por outras pessoas que não fossem os conselheristas) tornou-se necessário o Antônio Conselheiro “mudar de casca”, ou seja, tomar banho, cortar os cabelos sebosos e cheios de piolhos, tirar o camisolão de zuarte e deixar de rezar tanto, ou seja, converter sua figura repugnante em um homem alinhado, asseada e de linguagem coerente.

Vê-se diante disso que tanto quanto Euclides da Cunha, José J. Veiga também considera Antônio Conselheiro, líder dos conselheristas um “gnóstico bronco”, por isso a criação de tio Antônio, “a casca da serpente”. Efetivamente, a serpente será sempre o Antônio Conselheiro, a casca é o tio Antônio.

Desse modo, poderemos pensar que Veiga também assume a posição de vencedor e isto, efetivamente compromete a construção de uma identidade totalmente “reclamada” de Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente**. O desafio inicial desta pesquisa era descobrir o que há por baixo da “casca da serpente” e mais, averiguar como se constrói um regime memorialístico cravado num diálogo entre ficção e história, em meio a estas duas produções literárias brasileiras ligadas às distintos contextos históricos.

Neste ponto das investigações, posso adiantar que de fato a “identidade proclamada” de Antônio Conselheiro parece está tão cristalizada pelos usos “excessivos da memória” que qualquer tentativa de construção identitária desse personagem histórico ficará sempre à sombra da memória constituída deste em **Os Sertões**. Em outras palavras, poderíamos dizer que temos por “baixo da casca da serpente” o Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha. Nesse sentido, o que “foi” e o que “teria sido”, ou

seja, história e imaginação estão entrelaçadas de tal modo nestas duas obras que é viável a constituição não apenas de duas identidades como propus inicialmente, mas de inúmeras identidades sobre Antônio Conselheiro; identidades possíveis de ser engendradas tanto pela ótica dos vencedores quanto pela ótica dos vencidos, pois, como afirma Roberto Pompeu de Toledo: “Há uma gama de Conselheiro para todos os gostos” (TOLEDO, 2002, 105).

O “sentimento de dívida” de que nos fala Ricoeur está claro na constituição memorialística de Conselheiro, neste trabalho tal sentimento pode ser percebido em Euclides da Cunha quando ele fala que vai narra um “crime digno denúncia”, em Veiga percebemos este sentimento quando o mesmo diz que vai narrar “o que gostaria que tivesse acontecido”. Nas linhas subsequentes quando tratarmos do que Ricoeur chama de memória como “sentimento de dívida” e “ideia de justiça”, então falaremos mais sobre isso.

Há de se notar que **Os Sertões** e **A Casca da Serpente** constituem-se como dois pontos de divergências sobre a história oficial de Canudos. No plano ético-político, Ricoeur fala-nos a respeito da memória obrigada, investiga qual é o “pretense dever” da mesma. Para este filósofo, a memória é “guardiã” da problemática relação representativa do presente com o passado (RICOEUR, 2007, p. 100).

Ricoeur enfatiza, portanto, que o “dever da memória” se formula a partir de três aspectos. O primeiro dele é a “ideia de justiça”, esta nunca voltada para o “eu”, mas para o outro: “o dever de memória é o dever de fazer justiça pela lembrança de outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p.101). Se compreendermos o “dever de justiça” por este prisma, então é procedente ratificar que não só em José J. Veiga ocorre esta “ideia de justiça” a partir do “pacto implícito entre escritor e leitor”, mas também em Euclides da Cunha, que promete ser o “um narrador fiel”. É verificável que tanto em **Os Sertões** quanto em **A Casca da Serpente** ocorrem atos de rememorações que visam se escrever uma história diferente da oficial, traçada pelos meandros discursivos dos vencedores.

Em Euclides da Cunha vê-se essa “ideia de justiça” no intuito de se contrapor à versão oficial da guerra apresentada pelo exército republicano. Em José J Veiga pode-se contemplar a “ideia de justiça” nas conjecturas de Veiga ao elaborar outro fim que não fosse aquele relatado pela história n’**Os Sertões**: “O que apresentei em **A Casca da**

Serpente era o que eu gostaria que tivesse acontecido de verdade” (VEIGA apud SILVA, 2009, p. 01).

O segundo aspecto que Ricoeur destaca é o “sentimento da dívida com os outros”, aqueles que morreram e não vislumbraram um horizonte de justiça em seus destinos históricos. “A idéia de dívida” é inseparável da herança. O dever da memória para Ricoeur se proclama como “porta-voz” da demanda de justiça das vítimas. Tanto este último aspecto quanto os outros são responsáveis por transformar o uso da memória em abuso (RICOEUR, 2007, p. 98).

Daí cabe a pergunta: o que seria o livro **Os Sertões** senão o “porta-voz” ou o que Euclides chamava de o “livro vingador” dos verdadeiros acontecimentos da guerra? E o que seria **A Casca da Serpente** senão o “porta voz” de um mundo que é imaginário, mas que poderia “ter sido” real. E que tem por finalidade a partir da “suspensão da realidade” (RICOEUR, 2007, p. 274) fazer justiça, à memória dos “jagunços” que lutaram heroicamente e tiveram terrível final: “Quando li Os sertões, de Euclides da Cunha, ficava torcendo pelos jagunços, (...) mesmo sabendo que o triste fim seria inevitável” (VEIGA apud SILVA, 2009, p.1). Poderíamos pensar que este “torcer pelos jagunços”, expresso no desejo de Veiga pode ser compreendido como oportunidade de se pensar a história de Canudos a partir de outras possibilidades, de outros lugares, de outras vozes, enfim por outros vieses. Possibilidades estas que se não são capazes de eliminar os ecos euclidianos sobre Conselheiro, espera-se que sejam pelo menos capazes de abafá-los, ainda que isto se faça pelos meandros do discurso ficcional pela construção de um Antônio Conselheiro desarmônico daquele figurado n’ **Os Sertões**.

O “dever de memória” é requerido n’ **Os Sertões** quando conta uma versão diferente da oficial e em **A Casca da Serpente** quando Conselheiro não morre e tem a possibilidade de construir um novo arraial. A memória requerida no livro de Euclides da Cunha perpassa os meandros da história oficial, mas também expõe fatos que esta deixou de selecionar. Por seu turno, a memória requerida por José J. Veiga perpassa os meandros narrativos de **Os Sertões**, em contrapartida cria um jogo ficcional que desmente tanto a história oficial quanto a história retificadora da obra de Euclides. Em **A Casca da Serpente**, Antônio Conselheiro tem 70 anos de idade, com uma “nova casca” assume outra identidade, a de tio Antônio e ratifica a declaração que os “federalis” lhe dão de morto e decapitado, conforme podemos observar:

Era tempo também de ir largando a casca de Conselheiro, que dali para frente podia até estorvar. Se os federais o tinha declarado morto com documento e tudo, não convinha ele ficar se apresentado como desmentido. A verdade verdadeira era que o Antônio Vicente Mendes Maciel de hoje não correspondia mais ao de Canudos, isso qualquer sobrevivente de guerra podia perceber. Era preciso soltar a casca antiga, mas não de supetão para não assustar (VEIGA, 2008, p.104).

Desse modo, Veiga, a partir da “reconfiguração da identidade” de Antônio Conselheiro, paga a partir do pacto ficcional uma espécie de “dívida moral” com o outro que foi “execrado” tanto pela história oficial quanto pelo **Os Sertões**. Procedendo assim, o fundamento do dever de memória envolvendo tio Antonio para Veiga é o de oferecer uma versão alternativa para a história da Guerra de Canudos, ou seja, um final em que Antônio Conselheiro e “seu bando” são os vencedores, pois conseguiram burlar o Exército Republicano e finalmente criar uma sociedade justa e sem governo.

4.3 O “Bom Jesus” Conselheiro e o Marechal “mão de ferro”: arquétipos de memórias triunfantes

Em última instância, Ricoeur acredita que a ideologia que se encontra explicitamente agregada na construção da memória de um povo possibilita e legitima as formas de dominação que um líder exerce sobre ele. Sendo assim, compreende-se melhor de onde sobrevém a ideologia na perspectiva de Paul Ricoeur:

Pode-se presumir que a ideologia advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença. A ideologia acrescentaria uma espécie de *mais-valia* à nossa crença espontânea, graças à qual esta poderia satisfazer às demandas de autoridade (RICOEUR, 2007, p. 96).

A concretização da “dominação consiste no reconhecimento da autoridade que os liderados têm em seu líder. Este ato de reconhecer o líder no comando “legitima o sistema de autoridade”, não obstante, este reconhecimento só é possível por meio da “crença” em um elemento capaz de transformar positivamente a realidade do presente,

em um porvir triunfante. Exemplo dessa relação de dominação e reconhecimento pode ser encontrado em **Os Sertões** a respeito das distintas “ideologias” que defendiam os soldados republicanos e os conselheristas.

Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos, tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito em memórias de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto, e morrendo saudavam a sua memória- com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro (CUNHA, 2009, p. 413).

No excerto supracitado, Euclides da Cunha relata a reverência com a qual os soldados tombavam nos campos sangrentos dos sertões, quando lutavam para exterminar “os matutos broncos” ameaçadores do neófito regime governamental. Nota-se que tanto os soldados, quanto os sertanejos, ambos tipificando os liderados, lutam na defesa da ideologia dos seus líderes, respectivamente marechal Floriano Peixoto e Antônio Conselheiro. Tanto um quanto o outro representam a via de acesso a um futuro triunfante. Eis a razão de por um lado os soldados emitirem seu último suspiro entre delírios saudando a memória de Floriano e por outro lado os conselheristas bradarem vivas ao “bom Jesus” ao terem suas cabeças degoladas pelos soldados republicanos.

A partir desse ponto estão satisfeitas as demandas da autoridade, e a ideologia dos líderes, por conseguinte, estabelecida. O processo de reverência que os liderados, soldados republicanos tombando em campo de guerra, e os conselheristas na iminência da degola têm de seus ídolos, respectivamente, Marechal Floriano Peixoto e Antônio Conselheiro demonstra o reconhecimento de autoridade que os primeiros possuem destes últimos.

Pode-se contemplar na figura de Antônio Conselheiro o exercício da “dominação carismática e tradicional. O seu modo de agir com seus seguidores transforma-o em um líder carismático. O carisma para Max Weber, em **Ciência e Política: Duas Vocações** (2000) é concebido como “autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários

de um indivíduo. É a credibilidade que um indivíduo ou um grupo tem por aquele cujas atitudes revelam prodígios, heroísmos e ações exemplares³⁵.

Euclides da Cunha em **Os Sertões** percebe este poder legitimado através da “dominação carismática” que arrebatou a multidão de “miseráveis sertanejos”, no final do século XIX, e a faz seguir o Conselheiro. A dominação tradicional se dá a partir da repetição dos ritos e tradições da Igreja, tais como realizações de batismos, procissões, pregações escatológicas. Esta dominação legitima-se em Conselheiro pela repetição do passado na manutenção do tradicional em Belo Monte. Ainda que este peregrino seja considerado pela igreja como um indivíduo desprovido das preceptivas necessárias para se proclamar as tradições religiosas das santas escrituras, o povo o aclama como mensageiro de Deus aqui na terra. Daí o epíteto “delegado dos céus”, aplicado por Euclides da Cunha, ao se referir ao beato sertanejo.

Já o Marechal Floriano Peixoto exerce sobre os soldados, mencionados acima, a dominação nas três esferas observadas por Max Weber³⁶: a legal, a tradicional e a carismática. No que diz respeito à “dominação legal”, o Marechal exercia sua ideologia a partir da “eficiência burocrática” no posto de Presidente da República; na “dominação tradicional”, pode-se entender que ele buscou defender o regime governamental, ou seja, a República, por meio da tradição militar, tendo em vista que o regime monárquico foi deposto, quando ele se encontrava no posto de Major-General do exército; quanto à “dominação carismática” pode-se dizer que provinha da sua forma enérgica e ditatorial de governar e combater inúmeras insurreições que marcaram os primeiros anos de República no Brasil, atuações estas que lhe renderam a alcunha de “marechal de ferro”.

³⁵ Max Weber, (p.56-57) definiu nesta obra três tipos distintos de dominações: “dominação racional legal, dominação carismática e dominação tradicional”.

³⁶ Max Weber definia o estado moderno como uma “dominação racional legal legitimado pela lei e pela eficiência burocrática”. Este tipo de dominação faz oposição a dois “tipos ideais” de dominação: tradicional e a carismática, a primeira baseada na “repetição dos comportamentos costumeiros e nos hábitos” tal dominação é para Weber “legitimada pela repetição do passado”. A segunda dominação é a carismática, na qual as qualidades “supostamente especiais” do líder lhe garantem um séquito de seguidores (DOMINGUES, 2005, p. 88-89).

5. VESTÍGIOS DOS ATOS DE FINGIR DE WOLFGANG ISER EM *A CASCA DA SERPENTE*

Quando José J. Veiga oferece para o seu “Antônio Conselheiro, tio Antônio” um sentido desarmônico daquele apresentado por Euclides da Cunha, pode ser possível que ele esteja provocando o que Iser denomina de “transgressão dos limites” um dos atos de fingir.

Neste ponto da argumentação sobre o inter cruzamento da obra **Os Sertões** com **A Casca da Serpente**, é pertinente falar-se um pouco sobre os **Atos de Fingir** de Wolfgang Iser na ótica de Luiz Costa Lima e a “oposição entre realidade e ficção”. Em **A História – ficção - Literatura** (2006) Costa Lima trata no capítulo “Um instante com Wolfgang Iser” sobre “os atos de fingir” e “a operação dos atos de fingir” dos quais Iser põe em evidência sua tríade “real-fictício e imaginário”.

No referido capítulo, Luiz Costa Lima destaca o questionamento de Iser acerca da tradicional relação entre “realidade e ficção” que em grande parte da crítica literária aparece sempre como par opositivo. Diante de semelhante dicotomia Iser indaga se há de fato ausência total de realidade em um texto ficcional, por outro lado também, questiona se um texto que não se caracteriza como ficcional é totalmente desprovido de ficcionalidade. Perante tal questionamento, substitui o par opositivo ficção/realidade pelas categorias real, fictício e imaginário.

A movimentação dessa tríade se dá por meio dos “atos de fingir, os quais Iser classifica como “transgressão dos limites” e “Imaginação” desprovida de objetos de referenciais. A tríade de Iser propõe o seguinte percurso: “apropriação” de uma parcela da realidade, “repetição” desta parcela repetida tendo como objetivo promoção do primeiro ato de fingir, a “transgressão de limites” em cujo sentido se faz com a “desautomatização” da função convencional: “o recorte de uma cena documentada, agora integrada em uma situação fictícia promove a “irrealização do real (COSTA LIMA, 2006, p. 283). A segunda transgressão resultante do ato de fingir é o imaginário

desprovido de “objetos de referências”, é o “reino da fantasia”. Ao sofrer o ato de transgressão, o imaginário ganha aparência de realidade e “torna real o imaginário.

As transgressões dos limites para Iser oferecem tanto a condição de “reformulação de um mundo formulado” como também a “compreensão de um mundo reformulado” (ISER apud COSTA LIMA, 2006, p. 284). Luiz Costa Lima adverte, no entanto, que a “reformulação” proposta por Iser não se trata de uma “reformulação prática e efetiva do mundo”, mas que exige de seus receptores a “quebra do automatismo nas intenções cotidianas e se faça verossímil³⁷” (ISER apud COSTA LIMA, 2006, p. 284).

Diante dos atos de fingir que movimentam a relação triádica: “real, ficção e imaginário”, há de se perguntar: na visão veiguiana, seria o Belo Monte de Antônio Conselheiro *a civitas sinistra do erro, a urbs monstruosa de barro, a Tróia de taipa dos jagunços*, que se construía a esmo, adoidadamente, como o vê Euclides da Cunha? (CUNHA, 2009, p. 104).

Para Veiga, Antônio Conselheiro seria também um “caso de Anacronismo psíquico e ideativo”? Um exemplo incontestável de retrocesso evolutivo, “retrogrado dos sertões”? (CUNHA, 2009, p. 145-146). E Canudos? Seria apenas uma “tapera babilônica” povoada por “matutos brancos”? (CUNHA, 2009, p. 394; 385) ou seria a Canudos construída por José J. Veiga “o recorte de uma cena documentada”, que dentro desse contexto poderíamos entender como (a Guerra de Canudos) agora integrada em uma situação fictícia (construção de uma nova Canudos retificada), uma sociedade sem governo? Desse modo poderíamos pensar que a ficção de Veiga apropriou-se de uma parcela da realidade, “repetiu” esta parcela apropriada e finalmente promoveu a “transgressão de limites” que neste contexto significaria a negação da morte de Antônio Conselheiro apresentada em **Os Sertões**.

A **Casca da Serpente** representa nesta situação o imaginário, o “reino da fantasia”, (a criação de uma sociedade sem governo). Este imaginário ao sofrer o “ato de transgressão” ganha aparência de realidade e “torna real o imaginário”, ou seja, a

³⁷ Para conceituar verossímil, Luiz Costa Lima recorre a definição que Friedrich Schlegel utiliza para o termo: ‘o que positivamente parece verdadeiro’. Esta designação de verossímil contraria aquela que entende verossimilhança como ‘uso corrompido’ da linguagem, ou seja: ‘tanto quanto quase verdadeiro’, ou pouco verdadeiro, ou ainda pode se tornar verdadeiro’ (Costa Lima, 2006, p. 284).

fuga de Antônio Conselheiro e sua transformação em tio Antônio ultrapassam os limites do imaginário e ganha aparência de realidade. Ocorre, pois na ficção de Veiga a “reformulação de um mundo formulado” como também a “compreensão de um mundo reformulado e a experimentação de tal acontecimento” que se dá na transformação do “gnóstico bronco de Euclides da Cunha” em o tio Antônio de Veiga, bem como a retificação da “tróia de Taipa” descrita em **Os Sertões** em Concorrência de Itatimundé, um “paraíso entrevisto” em **A Casca da Serpente**.

5.1 As operações dos “atos de fingir” reconhecidas em Iser

As operações dos atos de fingir podem ser reconhecidas em **A Casca da Serpente**. São os “atos de fingir” que movimentam a relação triádica: “real, ficção e imaginário”, nota-se que o escritor de **A Casca da Serpente** promove a “reformulação de um mundo formulado” converte o conhecido, a saber: “um caso paranóico de degenerescência intelectual “descrito em **Os Sertões** em um homem lúcido cujo maior desejo era olhar para frente e passar Canudos a limpo: “[...] agora só queria olhar para frente. Canudos parecia uma página virada para ele também” (VEIGA, 2008, p. 130).

Para que aconteça a “reformulação” do desfecho da Guerra de Canudos em **A Casca da Serpente** é necessário antes haver por parte de seus receptores a “quebra do automatismo nas intenções cotidianas, para assim, a reformulação se concretizar como algo verossímil. Ainda discorrendo sobre os atos de fingir, Iser os distingue a partir de três modos de operação, os quais são denominados por ele como: “seleção, combinação e auto-indicarão”. Neste trabalho falaremos apenas do primeiro tipo de operação, fica aqui a expectativa de em futuros trabalhos aplicarmos as duas operações restantes à narrativa veiguiana em questão.

Falemos então da seleção, o primeiro modo de operação sobre o qual Iser discorre. Esta operação está relacionada à “transgressão da realidade”, e ocorre quando os elementos da realidade são “desligados da estruturação semântica” da qual foram tirados. Este tipo de operação, segundo Luiz Costa Lima, “afeta” o campo da referência e por consequência os “desautomatiza” (COSTA LIMA, 2006, p.285).

Dentro da “reformulação” verificável em **A Casca da Serpente** este modo de operação advém efetivamente, na versão que os conselheristas dão sobre a morte de seu líder no dito romance: “O Conselheiro havia morrido em consequência do bombardeio de 06 de setembro que derrubara a torre da igreja nova [...]” (VEIGA, 2008, p.8) e não, no dia 22 de setembro, vítima de uma diarreia “caminheira” relatada em **Os Sertões** (CUNHA, 2009, p.526).

Observe que neste trecho ocorre em **A Casca da Serpente** a “apropriação” da realidade tida em **Os Sertões** “a queda das torres da igreja nova em 06 de setembro”; em seguida ocorre a “repetição” dessa “realidade” na narrativa de Veiga: “a queda das torres também sucede em 06 de setembro e por fim acontece a “promoção” do ato de fingir, ou seja, “transgressão da realidade” contida em **Os Sertões**, Antônio Conselheiro morreu dia 06 de setembro e não em 22 de setembro conforme relatado em **Os Sertões**. Vê-se assim que a data 06 de setembro é desligada da estruturação semântica a que pertence em **Os Sertões**, porque junto a ela seleciona-se outro acontecimento que inexistente no relato euclidiano, a morte do Conselheiro dia 06 de setembro de 1897. Assim, o “campo de referência da data 06 de setembro é desautomatizado pela operação presente nos atos de fingir, a seleção”. Este tipo de recurso narrativo, ou seja, a seleção, no parecer de Luiz Costa Lima: “descongela os componentes dos campos de referências, os torna perceptíveis por si só” (COSTA LIMA, 2006, p. 285).

6. O USO DA “FORÇA PLÁSTICA” COMO NECESSIDADE DO LEMBRAR E DO ESQUECER NA “RECONFIGURAÇÃO” DA “IDENTIDADE DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM A CASCA DA SERPENTE.

Ao falar do “valor” e da “falta de valor” da história em **Segunda Consideração Intempestiva**, Friedrich Nietzsche (2003, p. 5) ressalta em que medida nós precisamos dela “para a vida e para a ação”. Ele acredita na “utilidade da história”, apenas quando esta se mostra a serviço da vida. Neste caso, justifica-se que também queiramos servi-la. Não obstante, ele salienta que: “padecemos de uma ardente febre histórica” e nem sequer reconhecemos que somos afligidos por semelhante padecimento: “o peso do que passou”. Mesmo assim, ele está ali como um fardo “invisível e obscuro” (NIETZSCHE, 2003, p. 8) proporcionando à existência humana algumas “afecções” como: melancolia, dor, desprazer etc.

Neste sentido, Nietzsche frisa a “inveja” que o homem tem do animal, pois este, ao contrário daquele não é provido de noção temporal, seu sentido de tempo é fugaz, fato que na concepção deste filósofo, faz o animal viver de modo “a - histórico”³⁸ e, por conseguinte, ignorando o “prazer e desprazer”, bem como a “melancolia e o enfado”. O homem, ao contrário, carrega o “peso do passado”: isto o angustia e paradoxalmente o faz se autoadmirar por “não poder aprender a esquecer” e pela capacidade de estar “preso ao que passou” (NIETZSCHE, 2003, p. 7-8).

Nietzsche explica, porém que o esquecer é necessário à vida e ao agir humano, uma vez que o elemento facilitador da “felicidade do homem” é “o poder esquecer-se”, por isso, ressalta de modo contundente: “é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver em geral sem esquecimento” (NIETZSCHE, 2003, p. 9-10). Sob a ótica da filosofia de Nietzsche, a lembrança ininterrupta “degrada e sucumbi” não apenas o homem, mas

³⁸ Friedrich Nietzsche em **Segunda Consideração Intempestiva** define a-histórico como um “invólucro”, uma espécie de névoa espessa importante para o começo e recomeço das ações humanas. Ao que ele afirma: “ O a-histórico é similar a uma atmosfera que nos envolve e na qual a vida se produz sozinha, para desaparecer uma vez mais com a aniquilação dessa atmosfera (2003, p.12).

também “um povo e uma cultura” (NIETZSCHE, 2003, p 10). Daí ele ressaltar a necessidade do homem viver de modo a - histórico, pois é no “invólucro” que envolve o “a - histórico” que se formaram todos os acontecimentos históricos (NIETZSCHE, 2003, p. 13).

Este “pacto implícito”, tal qual enfatizado por Ricoeur (2007, p. 274-275) constitui-se elemento no qual se estrutura as expectativas diferentes que o leitor constrói sobre o “par antinômico” narrativa histórica, narrativa ficcional. Na primeira adota a “conduta de devorador de arquivo”, na segunda “aceita entrar no jogo do como se”. O que se percebe na constituição de **Os Sertões** é que houve, desde seu lançamento, um público com olhar de “devorador de arquivo”, ávido por conhecer todos os detalhes da terrível Guerra de Canudos.

Ao abrir a obra euclidiana o leitor espera desvendar o que realmente aconteceu. O mesmo não acontece quando o leitor se propõe a realizar a leitura de **A Casca da Serpente**, nesta narrativa ficcional, o leitor “aceita o jogo”, suspende de “bom grado” sua desconfiança e se lança ao mundo do “como se” fosse verdade que Antônio Conselheiro escapou ileso da Guerra de Canudos e se transformou no amistososo tio Antônio.

Nota-se, portanto que entre a leitura de **Os Sertões** e a leitura de **A Casca da Serpente** o leitor estrutura-se sobre “expectativas diferentes”, porque também a “promessas diferentes” por parte dos autores. Quando Euclides da Cunha escreve **Os Sertões**, ele promete ao leitor ser o narrador sincero, quando Veiga escreve **A Casca da Serpente** ele diz que narrou o que gostaria que tivesse acontecido.

Houve no decorrer da construção representativa social de Antônio Conselheiro “abusos no uso da memória” de um lado, o que Ricoeur chama de “excessos de memória”, como também por outro lado, ocorreu o que este filósofo denominará de “insuficiência de memória”.

A concepção de “abusos no uso da memória” Ricoeur busca compreender a partir do ensaio de Nietzsche: **Segunda Consideração Intempestiva, Da utilidade e desvantagem da história para vida**, Nietzsche aponta três modos pelos quais a história pode apresentar vantagens para a vida, a saber: a “Monumental”, a “Antiquária” e a

“Crítica”. Destaca também os prejuízos e os benefícios que cada modo deste pode provocar pelo saber da história.

Para Nietzsche, a “história monumental” só reserva lugar para o “grande” e que, por conseguinte, precisa ser “eterno”. Desse modo, o olhar do historiador monumental é para a imortalidade dos feitos grandiosos do passado. O homem que se apega unicamente a história monumental busca a “fama”, com o intuito de perpetuar seus atos como magníficos. Eis aí, a importância da consideração do passado para este. Por outro lado, a história monumental também pode causar “danos” ao homem, quando manuseada por “mãos e cabeças” “imponentes e indolentes”, quando estas se apropriam e se servem dela inadequadamente (NIETZSCHE, 2003, p. 23-24). Há de se considerar então que o grande temor do homem que se apóia unicamente na história monumental é que surja outro “grande e poderoso” do seu tempo e sucumba o “grande e poderoso do passado” que ele admira e diz saciá-lo. Por isso, Nietzsche acredita ser a história monumental um “traje mascarado” cuja desvalorização do grande e poderoso na contemporaneidade ocorre sempre por conta do grande e poderoso já canonizado. É sempre do passado, ou seja, da “história monumental” que ele parte quando pretende criar, “gerar”, “algo grandioso” (NIETZSCHE, 2003, p. 25).

Quanto à história “antiquária”, Nietzsche considera que o importante para ela é preservar a vida passada e não gerá-la sob a égide do passado como faz a “história monumental”. O homem “antiquário” na concepção de para Nietzsche, é aquele que não deseja transpor as “barreiras do familiar”, antes, insiste em permanecer na “veneração do antigo”, pois é dono de uma “alma preservadora e veneradora”. Em última instância, isso o faz ter uma visão restrita do presente, uma vez que não consegue se desvencilhar dos objetos e acontecimentos que fizeram parte da sua história, e por isso os funde ao seu próprio “eu”, criando-se assim uma espécie de “nós” (NIETZSCHE, 2003, p. 25-26).

A “desvantagem” que Nietzsche aponta na “história antiquária” é a de que esta “enrijece” o sentido histórico, no momento em que: “a fresca história da vida do presente não a entusiasma mais”. Ocorre, pois a “degeneração” da história quando o sentido histórico “mumifica” a vida ao invés de conservá-la, quando o homem “antiquário” não vê nenhuma necessidade de se gerar expectativa para o presente, pois a

sua maior preocupação é manter o “ato de piedade” e a “veneração” do passado (NIETZSCHE, 2003, p. 27-29).

O último modo de história de que o homem pode apropriar-se é a “história crítica” que na concepção de Nietzsche: “julga e condena o passado”, o homem que pretende julgar os atos passados precisa de uma “história crítica”. O dano, entretanto que este modo de história pode nos causar é o aniquilamento do passado.

Nietzsche ressalta que os homens ou épocas que servem à vida por este modo de história são perigosos e arriscados, pois uma vez que somos “resultados de gerações anteriores”, ou seja: somos frutos do passado, não é fácil nos desvencilharmos das “cadeias” que o constituem. Desse modo, mesmo se quisermos desobrigar-nos de vínculos com o passado, muitas vezes composto por “aberrações, paixões, erros e crimes”, não poderemos afastar nossa origem dele.

Esta impossibilidade de desligamento total do passado, segundo Nietzsche, ocorre porque muitos dos nossos conhecimentos são herdados do passado, e tem uma “natureza hereditária”, assim é necessário a todo homem e todo povo certa dose de conhecimento sobre seu próprio passado. No entanto, se o passado é só analisado sob a ótica da “história crítica”, Nietzsche adverte-nos que: “crava-se com uma faca as suas raízes, caminha-se por cima de toda piedade” (NIETZSCHE, 2003, p. 29).

Entende-se assim que é necessário possuir-se certa dose de equilíbrio entre o ato de esquecimento e lembrança. O homem ou um povo precisa pensar o passado, porém, pensá-lo não de modo contemplativo, e sim, fazendo uso moderado de um dos modos de história apresentados acima. Para ter bom êxito nestes “usos de história”, seja a monumental, antiquária ou crítica, um homem, um povo ou uma cultura necessita fazer uso da “força plástica”, ela é a medida tênue da necessidade do que é verdadeiramente importante de se lembrar e de se esquecer do nosso passado (NIETZSCHE, 2003, p. 25,30-32). Defendo neste trabalho a idéia de que José J Veiga fez uso da “força plástica” na construção de uma nova figura de Antônio Conselheiro. A nova identidade construída no âmbito da ficcionalidade em **A Casca da Serpente** de certo modo desautomatiza a figura de “bufão arrebatado nas visões apocalípticas” apresentada a respeito do beato em **Os Sertões**.

No romance de Veiga, diante da decisão de levar o chefe moribundo, mesmo sem o consentimento do “santo Conselheiro”, o seu bando criou uma farsa, a saber, deixou no lugar do bom Conselheiro o corpo de um dos fiéis, o carapina³⁹, vítima do bombardeio da igreja nova ocorrido dia 22 de setembro de 1897, era um sujeito ideal tendo em vista que se parecia muito com o “santo guia”, a ponto de algumas crianças e até muitas beatas confundir os dois (VEIGA, 2008, p.8). Observa-se, que neste ponto da narrativa, inicia-se um processo de reconfiguração de que fala Ricoeur; o narrador utiliza em princípio a data oficial da morte de Antônio Conselheiro, e em seguida, desmente em sua ficção a informação histórica, posto que o morto dia 22 de setembro não foi o Antônio Conselheiro, mas um homem parecido com ele. Um carapina que foi então enterrado no fundo da igreja. Ao se lembrar do episódio da morte oficial de Antônio Conselheiro em Canudos, o narrador de Veiga faz a “reapropriação” do passado e o reinterpreta. No confronto entre o “universo do intérprete” e o “universo interpretado” ocorre o que Ricoeur chama de *Reconfiguração* (GAGNEBIN, 2009, p. 168).

Jeanne Marie Gagnebin (2009, p.167), ao tecer comentários a respeito dos livros de Paul Ricoeur: **Da Interpretação. Ensaio sobre Freud**, de 1965, e **O Conflito das interpretações, ensaios de Hermenêutica**, de 1969, destaca a importância do conceito de interpretação construído por este filósofo.

Para Ricoeur, as produções de sentidos simbólicos e culturais não são feitas partir de construção linear e tranqüila de significados acumulados, assim, também, a relação entre o intérprete de uma determinada obra e o tempo em que esta se situa não se limita ao simples processo de aceitação e transmissão. Muitas vezes, neste processo de interpretação podem ocorrer conflitos, deslocamentos entre o presente do intérprete, neste caso específico, **A Casca da Serpente**, e o passado do objeto em análise / interpretado, **Os Sertões**. Neste processo de “reapropriação” que o intérprete faz da obra, no confronto entre o “universo do intérprete” e o “universo interpretado” ocorre o que Ricoeur chama de *Reconfiguração* (Gagnebin, 2009, p. 168).

Nota-se que Veiga utiliza duas características de Antônio Conselheiro descritas anteriormente em Euclides da Cunha para reconfigurá-lo em **A Casca da Serpente**.

³⁹ O carpinteiro chamado Bilduíno.

Uma vez que em **Os Sertões**, os traços físicos destacados do beato são a “barba” e o “camisolão de brim”, “cabelos crescidos até aos ombros”, “barba inculta e longa”; face encaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito ‘azul de brim americano” (CUNHA, 2009, p. 156). Neste fragmento, o narrador revela que o beato adotou outra aparência física com a retirada da barba e o abandono do tradicional camisolão de brim.

Com efeito, o beato de Canudos descrito por Veiga, depois da retirada estratégica, “muda de casca” gradativamente. “Desde que tirara a barba e jogara fora o camisolão de penitente, parecia que ele andara fazendo uma limpeza também nas idéias: Ademais, deixara o exagero das rezas e a mania de entender tudo pelo compasso da Bíblia” (VEIGA, 2008, p.151 e 156).

Compreender a “força plástica” como “medida tênue” entre o ato do “lembrar” e do “esquecer” é importante para se afirma o tio Antônio como identidade reformada do Antônio Conselheiro cuja identidade é “proclamada” em Euclides da Cunha. “A força plástica é a medida tênue da necessidade do que é verdadeiramente importante de se lembrar e de se esquecer do nosso passado” (NIETZSCHE, 2003, p. 32). O narrador de Veiga apresenta um Antônio Conselheiro/tio Antônio que demonstra vontade de esquecer as aberrações da guerra, no entanto, se vê obrigado a lembrar-se das tais, nem que seja para não cometê-las novamente. Desse modo, o tio Antônio procura manter na maioria das vezes, atitudes diferentes do “gnóstico bronco”, mas não consegue esquecê-lo totalmente. Como nos lembra Nietzsche, somos produto do nosso passado, portanto, é pouco provável que consigamos nos libertar das “cadeias” que o compõe, mesmo que este passado seja a representação de “aberrações, paixões, erros e crimes” dos nossos antepassados, conforme vimos acima quando discutíamos sobre a história crítica (NIETZSCHE, 2003, p. 29).

6.1 A Casca da Serpente: modelo de confluência entre ficção e história

No primeiro capítulo de **A Casca da Serpente**, intitulado “A Retirada”, já é possível perceber a reconfiguração tratada acima. O narrador de Veiga apresenta o Antônio Conselheiro que em meio à batalha contra o exército republicano consegue enganar os soldados e escapar do terrível massacre que teve por ponto de culminância o

dia 04 de outubro de 1897, quando finalmente o “os federais” conseguem acabar com os quatro recalcitrantes “jagunços”, defensores de Canudos. (VEIGA, 2008, p. 08). Estes “recalcitrantes jagunços” nos relatos de Euclides da Cunha não passavam de “três ou quatro titãs famintos” (CUNHA, 2009, p. 416).

Em **A Casca da Serpente**, o beato e alguns conselheristas fogem dois dias antes, em 02 de outubro de 1897. As providências para que se engendre uma fuga do líder religioso começam pela fala de beatinho: “precisamos achar um jeito de levar aos ouvidos dos federais que o bom Conselheiro já morreu” (VEIGA, 2008, p. 12). Conforme poderá ser observado no fragmento citado a seguir, em princípio, o beato tinha a intenção de ficar para um confronto final, frente a frente com o “anticristo”⁴⁰, que em sua visão era representado pelo exército republicano: “[...] _ e o nosso bom Conselheiro? O que tenciona fazer? Fico para ver de perto a cara do Anticristo” (VEIGA, 2008, p.11).

Seus seguidores, no entanto, não aceitaram tal decisão do “santo guia”, mesmo correndo o risco de serem considerados subversivos pelo bom Conselheiro, não o deixaram ficar, pois temiam que o corpo do “bom Jesus Conselheiro”, naquele momento bastante debilitado, fosse capturado pelos representantes do “anticristo” “[...] os federais iriam judiar dele demais da conta [...] Nem que ele morresse de hoje para amanhã nem o corpo deixariam” (VEIGA, 2008, p. 11-12). O termo “anticristo” representa aqui na narrativa toda a aversão que os sertanejos tinham ao regime republicano.

A República para eles é a personificação do anticristo, já anunciado na “santa escritura”, lida durante inúmeras “prédicas” (CUNHA, 2009, p. 162) realizadas pelo “profeta dos sertões”, “bufão arrebatado numa visão do apocalipse” em suas peregrinações no interior do sertão. Quando o Antônio Conselheiro de **A Casca da Serpente** repudia as leis instauradas pelo regime republicano e quer escorraçar do meio de seu povo as idéias do casamento civil e o pagamento de imposto, ele está renegando e afrontando o próprio “inimigo de Deus” que se manifestaria nos últimos dias por meio do atual regime governamental materializado na terra pela figura do Exército Republicano.

⁴⁰ Último perseguidor da doutrina de Cristo no fim do mundo.

Uma vez que houve sucesso da farsa instaurada e o “santo guia” estava em segurança, o bando de Antônio Conselheiro procura refúgio nas montanhas do sertão da Bahia. Passado alguns dias, Conselheiro restabelece a saúde, então sugere que ele e seus fiéis comecem a pensar na possibilidade da reconstrução de Canudos, não mais em Belo Monte, lá estava infectado pelos “cascos do anticristo”. O líder dos sertanejos desafortunados recomenda outro local do sertão para recomeçarem a nova comunidade. O intuito do “Bom Jesus” era de “passar Canudos a limpo” (VEIGA, 2008, p.49).

A idéia de Conselheiro agora era formar uma nova Canudos que diferente da Cidade de Belo Monte, fundada em 1893, “Jerusalém de Taipa” (CUNHA, 2009, p. 219) contará com maiores intervenções humanas e menos rezas suplicantes por influência divina para a vida do sertanejo melhorar: “O tempo que antes era gasto em orações, agora seria empregado em obras para melhorar a vida das pessoas [...]” (VEIGA, 2008, p. 53). Lá não teria tanta “lamuriação” mal apresentada a Deus.

O fragmento acima é a reconstrução da figura de um Conselheiro com pouca ou nenhuma disposição religiosa, destoante da relatada em **Os Sertões**. O Antônio Conselheiro de Veiga só rezava com seus fiéis na nova Canudos depois que fizesse coisas “úteis”. Isso demonstra que, em Belo Monte eles perderam muito tempo com coisas “inúteis”, muitas rezas, lamuriações”, com o intuito de obter interferência divina decisiva à sorte deles. Nas palavras de Euclides, “miseráveis do sertão, mártires da fé” (CUNHA, 2009, p. 263).

O Antônio Conselheiro de Veiga acredita ser apenas o trabalho árduo e a alimentação decente elementos capazes de mudar a vida do sertanejo. Sendo assim, falar com Deus só teria validade depois que todos tivessem realizado tarefas “úteis” no arraial. Na Nova Canudos, as pessoas iriam falar a Deus com clareza, já depois de ter trabalhado em benfeitorias para elas, e comido com decência. “Canudos seria passada a limpo, melhorada com as lições aprendidas com a derrota” (VEIGA 2008, p. 49). Logo, a primeira canudos só estaria na memória de Conselheiro como exemplo de fracasso a não ser seguido mais, “as lições aprendidas com a derrota” seriam memoradas como exemplo para na “Canudos retificada” o tio Antônio e os conselheristas não incorrerem nos mesmos erros que os levaram a derrocada em Belo Monte.

6.2 Caminheira ou bombardeio? O Bom Jesus já está no céu!

Efetivamente, a Nova Canudos idealizada em **A Casca da Serpente** é “o mundo retificado” que Antônio Conselheiro sonhava criar: um mundo igual ao prenunciado nos escritos sagrados pelo Isaiás, lembra Antônio Conselheiro ao “bando”: um “novo céus e uma nova terra”, onde não haverá mais “lembranças das coisas passadas”. No novo arraial, a “Canudos retificada”, depois que o trabalho árduo fosse feito, a Bíblia seria lida, ela substituiria as rezas a “esmo como antigamente”, não seria lida misturada de lamúrias sem nexos, mas explicada e ampliada. Para Antônio Conselheiro de Veiga: “era preciso entremostrear ao “bando” o mundo retificado que ele sonhava criar”. Itatimundé, um paraíso entrevisto representava um “mundo novo”. O novo lar de tio Antônio e de seus companheiros seria a “Jerusalém de Taipa” de **Os Sertões**, “reconfigurada” em **A Casca da Serpente** (VEIGA, 2008, p. 55, 61).

Ao tratar da confluência entre ficção e história em **Tempo e Narrativa**, Ricoeur defende que o confluir destas duas categorias são compreendidas como procedimentos de “reconfiguração temporal”. Por isso, ele ressalta que o “intercâmbio” entre tempo da ficção e tempo histórico concretiza-se, a partir do “ato da leitura”, no qual predomina a interação entre “representância do passado histórico” e a “transferência de um mundo fictício do texto ao mundo efetivo do leitor”. Por meio desse ato, é possível vislumbrar-se a “divergência” e a “convergência” entre narrativa ficcional e narrativa histórica. O que antes gerava aporia do “tempo fenomenológico sobre o “tempo cósmico”, a partir dessa confluência gera uma espécie de paralelismo temporal (RICOEUR, 1997, p. 315-316).

Em **A Casca da Serpente** estão presentes tanto os nomes dos comandantes das expedições, o coronel Antônio Moreira César e o General Artur Oscar, respectivamente chefes da III e IV expedições, quanto os nomes de alguns dos conselheristas que comandavam os combates contra os hostis ataques dos republicanos em Belo Monte, a saber: Macambira; o impetuoso Pajeú, “mestiço de bravura inextinguível e ferocidade rara”; João Abade, Chefe da “*legio fulminata*” que combateram contra os republicanos em Tabuleirinho em 18 de janeiro de 1897 e Antônio Beato, “figura ridícula, adelgado pelos jejuns, muito da privança do Conselheiro, meio sacristão, meio soldado, meio

misseiro de bacamarte”, ou seja, um dos responsáveis por ajudar o Conselheiro nas tarefas espirituais do arraial (CUNHA, 2009, p. 191, 257, 261).

Ricoeur sustenta que tanto a história quanto a ficção tem a narrativa como estrutura comum, defende que estas duas categorias convergem-se no ato da leitura. Ao falar da relação entre história, narrativa e ficção, Ricoeur apóia-se na teoria que o fato de pertencer à estrutura narrativa não diminui o caráter científico da história; é, pois este estatuto científico da mesma que se configura como elemento distintivo entre história e a ficção.

Desse modo, os nomes históricos que aparecem na narrativa veiguiana também fazem parte da história factual, não obstante na ficção eles são “reformulados”. Segundo o que declara Ricoeur, a narrativa histórica visa representar da forma mais fiel possível o passado. A narrativa histórica tem sempre o passado como limite dos acontecimentos que serão narrados, pauta-se nas experiências vividas que em alguns casos ainda estão presente em rastros como documentos. Assim, o historiador está limitado ao que um dia foi, mas que não existe mais, ele se vê como possuidor de uma dívida com os homens do passado, com os mortos, com os vivos antigos.

Diferente da narrativa ficcional que pode ser auto-referente, a narrativa histórica apega-se sempre a mecanismos externos: relatos, moedas, fotografias etc com o intuito de promover a “reinscrição” do tempo vivido no tempo universal. Neste caso, vê-se a vantagem da narrativa ficcional que engendra alterações imaginativas as quais exploram de forma conveniente as falhas entre o “tempo cosmológico e o fenomenológico”. Toma-se como exemplo disso a data da morte de Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente**, o narrador brinca com algumas datas oficiais presentes na cronologia da Guerra de Canudos. A respeito do “par antinômico” narrativa - histórica / narrativa-ficcional Ricoeur defende:

Só do historiador se pode dizer, falando absolutamente, que se refere a algo de ‘real’, no sentido de que aquilo que ele fala pôde ser observado pelas testemunhas do passado. Em comparação, os personagens do romancista são simplesmente ‘irreais’(...) Entre a ‘realidade do passado’ e a ‘irrealidade da ficção’, a dissimetria é total (RICOEUR, 1997, p.273).

Vejamos, pois esta “dissimetria” de que nos fala Ricoeur, no interior da narrativa veiguiana no tocante às contradições das datas da morte e exumação do corpo de Conselheiro em relação à história oficial:

O Conselheiro havia morrido em consequência do bombardeio ocorrido no dia 6 de setembro que derrubara a Igreja nova e fizera grandes estragos no arraial, tiveram que arranjar um cadáver da mesma estatura e compleição que ele [...] o cadáver foi vestido com um camisolão de Zuarte do Conselheiro e reenterrado em um casebre da periferia, para ser exumado depois pelos federais se o plano vingasse (VEIGA, 2008, p. 8).

Conforme pode ser verificado no trecho selecionado acima, o narrador de **A Casca da Serpente** informa ao seu leitor outra data da morte de Antônio Conselheiro, 06 de setembro. Usa a data 22 de setembro para dizer que realmente houve alguém que morreu lá. De acordo com a história oficial e também **Os Sertões**, Antônio Conselheiro morreu vitimado por uma “caminheira”, disenteria, dia 22 de setembro e teve seu corpo exumado em 06 de outubro (CUNHA, 2007, p. 526, 533). Nota-se aqui a “realidade do passado” e a “irrealidade da ficção” (RICOEUR, 1997, p.273).

O que se percebe diante desta discussão entre “a relação de contraponto” entre de história e ficção é que no ato da leitura, ocorre “um pacto implícito entre escritor e leitor”. Fica visível que tanto na narrativa histórica quanto na ficcional, as zonas fronteiriças são demarcadas distintamente, tendo em vista que ao ler uma obra de história o leitor pretende adentrar no mundo do que um dia realmente foi, “ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente [...] o leitor não quer lidar com um mentiroso”, no entanto, conforme já vimos neste trabalho, o mesmo leitor ao “abrir um romance [...] suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade e aceita entrar no jogo do como se” (RICOEUR, 2007, p. 275).

A sucessiva alusão da narração histórica às fontes documentais desperta no leitor um olhar crítico, que espera desta fidelidade total dos fatos rememorados. Diferente da narrativa ficcional, que o “prazer da leitura” aparece como requisito indispensável à ficção, na narrativa histórica, o prazer da leitura não é imprescindível, dependendo da

recepção que o leitor tiver com o livro pode até ocorrer, mas apenas como um “acréscimo”, nunca como fator preponderante de uma narrativa histórica.

A experiência do leitor é remodelada pela história baseando-se nos “rastros” deixados por esta no ato de reconstrução do passado. A refiguração é a transformação da experiência viva sob o efeito da narração. É também o momento que pode ser compreendido como remanejamento de uma experiência temporal. Esta experiência é transformada pela ficção que faz uso da irrealidade. Neste momento também Ricoeur afirma ser possível distinguir as maiores diferenças entre narrativa histórica e narrativa ficcional.

Desse modo, sob a ótica de Ricoeur, a partir dessa simetria, a história promove a “reconfiguração do tempo” servindo-se “de algum modo” da ficção e esta última por seu turno, utiliza-se do mesmo recurso, ou seja, apropria-se da história para promover a sua reconfiguração no mundo ficcional. Ricoeur destaca que o imaginário tem papel imprescindível nesse processo de “ficcionalização da história” que é outra forma de olhar o “ter-sido tal como foi” por outra possibilidade de interpretação, a saber: o “ver - como” (RICOEUR, 2007, p. 317)

Neste caso, é delegado ao imaginário a tarefa de olhar o passado “tal como foi” e incorporar neste o “ter sido” sem que com isso se promova o enfraquecimento da intenção “realista”.⁴¹ O “ter sido” é uma espécie de reinscrição de algo que deixou de ser observado no passado, mas que poderia perfeitamente ter acontecido. Este é, por assim dizer, um acionador do imaginário que possibilita o “ver como” análogo a um acontecimento que poderia “ter sido”.

No romance **A Casca da Serpente**, Veiga finge este intercâmbio entre história e ficção e faz uma simulação de como seria os restos dos dias de Antônio Conselheiro “se” este não tivesse morrido na Guerra de Canudos. Ele faz uso em **A Casca da Serpente** da história contrafactual para construir uma identidade reformada de Antônio Conselheiro, seu tio Antônio.

⁴¹ Ricoeur usa o termo realista para explicar que a história submete a sua cronologia à única escala de tempo, comum ao que chamamos “história” da terra, “história” das espécies vivas e “histórias” dos sistemas solar e das galáxias.

As histórias contrafactuais, segundo Osvaldo Pessoa Júnior: “são histórias possíveis” que não aconteceram, (2004, p. 341), ou seja: consistem em “suposições, especulações” que criam uma espécie de história alternativa. Ela é a possibilidade de um novo desfecho, caso algo diferente tivesse acontecido. Nessas conjecturas, o autor trabalha com a possibilidade de distorção ou mesmo inviabilização dos desfechos apresentados principalmente pelos vencedores e poucas vezes pelos vencidos nos discursos históricos oficiais.

A história contrafactual não se constitui até o momento como parte integrante do discurso histórico, ficando tão somente a mesma o legado de história imaginária, conforme pode ser conferido no excerto abaixo.

Não existe uma maneira direta de investigar história “contrafactuais”, ou seja, histórias possíveis que não se realizaram. Alguns historiadores têm se dedicado a esse tipo de “história imaginária”, mas o consenso na área, conforme salientado por E.H.Carr, é que tais “jogos de salão”, apesar de logicamente corretos não constituem o modo de discurso da história (PESSOA JR., 2000, p.175).

A respeito da morte de Antônio Conselheiro, em **A Casca da Serpente**, é possível observar o cotejamento do discurso ficcional com o histórico quando o narrador diz: “um documento da época conta como isso se deu” (VEIGA, 2008, p. 8).

Observe que o autor utiliza o argumento de que o fato contado pelo seu narrador foi relatado por um “documento da época”, em seguida, aparece a citação deste suposto documento, detalhando o momento em que o cadáver do líder religioso sertanejo fora encontrado pelos republicanos e finalmente exumado: ‘removida breve camada de terra, apareceu no triste sudário de um lençol imundo... o corpo do ‘famigerado bárbaro’ estava hediondo, mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida’ (VEIGA, 2008, p. 08).

O uso da aspas revela com clareza que Veiga simula que o narrador está utilizando uma citação de autoridade, um “documento da época”. Em princípio, o narrador de Veiga busca respaldo histórico ao falar do achado do corpo, em seguida, ele utiliza, na mesma narrativa, palavras que põem em “xeque” a legitimidade do achado, pois salienta o estado “hediondo do corpo exumado”, situação que dificultava o reconhecimento do mesmo “até pelos mais chegados”. Admira-se o fato de que se “os

mais chegados” não conseguiram reconhecer o corpo do seu líder com facilidade, como poderiam os federais sem nenhuma familiaridade com o “ famigerado bárbaro ” reconhecê-lo?

O episódio do reconhecimento prossegue suscitando dúvidas a respeito da veracidade histórica sobre a morte de Conselheiro. “A comissão de oficiais aceitou que aquele era o cadáver do Conselheiro. Precisava que fosse. Tinha que ser. Todos os membros queriam encerrar logo o assunto e voltar para casa como heróis”.

Efetivamente, neste trecho é como se houvesse um acordo implícito entre os “jagunços” rendidos e a “comissão de oficiais”, o termo “Precisava que fosse” utilizado pelo narrador deixa patente este acordo velado. Veja o que o narrador de Veiga continua insinuando a respeito da morte oficial do Conselheiro: “Para que estragar a arrumação que convinha a todos?” A construção ficcional que Veiga produz sobre a morte de Antônio Conselheiro sugere que a história pode ser tão imaginativa quanto é sua ficção, ou seja, apenas uma “arrumação”.

A partir desses diálogos teóricos apresentados até aqui, foi possível investigar os procedimentos utilizados por José J.Veiga para construir o Antônio Conselheiro que burlou o exército republicano, permaneceu vivo após a guerra de Canudos e fundou uma Nova Canudos, completamente diferente da cidade destruída pelos federais. “A nova Canudos não seria feita em um dia [...] mas no que dependesse dele, Conselheiro, sairia melhor do que a outra. Para começar lá não se ia rezar tanto, isso já estava decidido”.

Enfim, ler o romance **A Casca da Serpente** é uma viagem fascinante, principalmente quando depararmos com a “Canudos retificada, passada a limpo” Nesta nova cidade, tudo é possível, até mesmo a visita de Chiquinha Gonzaga⁴², polêmica figura feminina do século XIX e o Dr. Orville⁴³.

⁴² Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935), compositora, pianista, autora da primeira marcha carnavalesca. Chiquinha era uma figura extremamente polêmica no seu tempo por levar uma vida fora dos padrões exigidos para as mulheres de sua época.

⁴³ Provavelmente tratar-se de Dr. Orville Derby importante naturalista que fez vários estudos sobre a geografia brasileira no século XIX, este pesquisador foi um dos amigos de Euclides da Cunha e alguns de seus relatos foram utilizados pelo autor de **Os Sertões** quando a escrita de seu célebre “livro vingador”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a análise do romance de Jose J Veiga verifiquei que esta obra aponta uma mudança gradual de Antônio Conselheiro, o líder dos conselheristas passará por quatro ciclos: Antônio Maciel: cidadão comum sertanejo, filho de Vicente de Maciel; Antônio Maciel: andarilho, marido traído; Antônio Conselheiro: “gnóstico bronco” e finalmente, tio Antônio: líder democrático, descentralizador, cidadão comum sertanejo. Parafraçando o pensamento de Nietzsche a respeito da utilidade da história; nos meandros da ficcionalidade, podemos dizer que Veiga trabalhou não a “serviço do conhecimento puro e sim da vida” De uma vida nova para Antônio Conselheiro e seus fiéis, em Itatimundé, “Paraíso entrevisto” (VEIGA, 2008, p. 61).

Semelhante a uma serpente, especificamente, a cascavel que durante sua vida troca de pele várias vezes, Antônio Conselheiro de Veiga também “troca de pele”, principalmente, depois da derrocada de Canudos quando passa a ter um relacionamento mais descontraído com seus seguidores: Antes ele resolvia tudo sozinho e comunicava a decisão aos seguidores; agora falava no plural, nós resolvemos depois para onde ir” (VEIGA, 2008, p. 19).

Edmundo Moniz (1987, p. 47) explica que eram as pessoas atraídas pelo beato do sertão que tanto incomodavam as autoridades políticas e religiosas detentoras do poder.

Corriam para Canudos, os descontentes, os que se julgavam inseguros: pequenos proprietários ameaçados pelos grandes, artesãos, vaqueiros, emigrantes, ex-escravos e inúmeros camponeses inconformados com a pobreza e o desamparo (MONIZ, 1987, p. 47).

Seriam as prédicas do beato os “guizos” cujos sons tanto incomodavam a igreja e a política republicana, por sinalizar nestas, perigo de insurreição por parte dos conselheristas? Afinal, entre os sertanejos a palavra que tinha sentido e, por conseguinte, valor era a do “Bom Jesus Conselheiro”. Homem simples que diante da

igreja e da política não possuía preceptivas necessárias para se tornar sujeito do discurso, mas ainda assim, fascinava milhares de miseráveis no sertão baiano.

Nas considerações sobre as sociedades dos discursos, na **Ordem do Discurso** (2005) verificamos que são as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais que, segundo Michel Foucault, garantem a distribuição dos sujeitos que falam, nos diferentes tipos do discurso. São, pois, os sistemas de restrição que definem gestos, comportamentos e circunstâncias que, por seu turno, devem definir o discurso que será dito e os sujeitos que proferirão este discurso. Estes procedimentos de controle discursivo é o que, para Foucault (1999, p. 37) garantem a circulação restrita de um discurso, ou seja, seu controle e sua coerção.

O Antônio Conselheiro descrito pela história e por Euclides da Cunha fala de um lugar desprivilegiado, pois não faz parte dos grupos doutrinários que regulam “os sujeitos do discurso” do final do século XIX. Daí a proposta desse trabalho de analisar se em **A Casca da Serpente** nos era possível vislumbrar a possibilidade da “identidade reclamada” em substituição da “identidade proclamada” em **Os Sertões**. Em busca de responder esta indagação proposta que norteie minhas investigações.

Podemos constatar nesta pesquisa que de fato a figura de Antônio Conselheiro cristaliza-se na memória coletiva do país, sobretudo, a partir da publicação do livro **Os Sertões**, onde termos, tais como “Psicose progressiva”, “doente paranóico”, “caso franco de delírio sistematizado” (CUNHA, 2009, p. 145-146) são fartamente utilizados por Euclides da Cunha ao referir-se ao religioso. Bem como, “matutos broncos”, “bandidos encurralados” adjetivos de que o autor também faz uso para se referir aos conselheristas. Como se pode perceber trata-se de adjetivações que são utilizadas, conforme a psicologia social-científica da época, por Euclides da Cunha ao se referir aos sertanejos defensores de Canudos e ao seu líder Antônio Conselheiro.

No entanto, como verificamos, Euclides da Cunha se prendeu às leis deterministas para explicar os fatores hereditários e as influências do meio sobre Antônio Conselheiro e o sertanejo em geral. Milton Hatoum, em artigo intitulado **Expatriados em sua própria pátria** (2002) destaca que os jornalistas e o próprio Euclides da Cunha “imbuídos das mais modernas idéias do evolucionismo europeu”,

caluniavam “os canudenses” povo que segundo ele “se definiam a si mesmos principalmente pela sua religiosidade, autônoma, mas nada herética” (HATOUM, 2002, p. 342).

Antes de escrever **A Casca da Serpente**, José J. Veiga realiza a leitura de **Os Sertões**, e “torce pelos jagunços”:

Quando li Os sertões, de Euclides da Cunha, ficava torcendo pelos jagunços, (...) mesmo sabendo que o triste fim seria inevitável. O que apresentei em A Casca da Serpente era o que eu gostaria que tivesse acontecido de verdade (VEIGA apud SILVA, 2009 p. 01).

Partindo do modo que José J. Veiga interpreta o passado de Antônio Conselheiro, fica patente que ele queria reconstituir a memória desse personagem histórico, a partir de certa desarmonia deste em relação a sua figuração em **Os Sertões**. Ao reconfigurar a memória de Antônio Conselheiro, o autor de **A Casca da Serpente** procura meios de se desvencilhar da fatalidade do passado e projetar para o futuro um desfecho diferente para o Conselheiro. Acontecimentos que poderiam “ter sido” (RICOEUR, 2009, p. 317).

Antônio Conselheiro / tio Antônio “reconfigurado” ficcionalmente por Veiga a partir de **Os Sertões** também morre, porém acidentalmente, aos noventa e quatro anos, vítima de “marrada de um bode” que o Roger, filho de Cotenile e Marigarda, sobrinha de Antônio Conselheiro, filha de Helena Maciel, criava como animal de casa” (VEIGA, 2008, p. 159).

Quanto ao novo arraial batizado por tio Antônio por Concorrência de Itatimundé, também a semelhança do que aconteceu com Canudos em 1897, foi destruído totalmente “pelo invasores de 1965⁴⁴” e a cabeça da estátua do tio Antônio, que aperfeiçoava o panorama da praça principal da Concorrência de Itatimundé, “foi dinamitada pelos invasores e seus pedaços jogados terra abaixo”. Assim como a antiga Canudos que tio Antônio achava que não poderia mais ser habitadas por ele e seu bando por estar infectada “pelos cascos do Anticristo”; o chão onde foi a Concorrência de Itatimundé, também não foi mais habitada depois da invasão em 1965, “é agora

⁴⁴ Observe que no final do romance **A Casca da Serpente** José J. Veiga volta a uma temática que é bem recorrente em grande parte da sua obra, o período ditatorial do Brasil (1964-1989).

depósito de lixo atômico administrado por uma indústria química com sede fictícia no Principado de Mônaco” (VEIGA, 2008, p. 158/159).

Pode-se também contemplar-se nesta obra de Veiga o uso da “força plástica” de que fala Nietzsche, (2003, p. 32) como elemento imprescindível na busca da medida do que realmente precisa ser lembrado e esquecido pelo narrador para constituir outra identidade de Antônio Conselheiro neste romance.

No início da presente pesquisa cogitei a possibilidade de **A Casca da Serpente** ser a representação poética ou a ficção de um Antônio Conselheiro vivo, mesmo depois de sua morte oficial, uma espécie de “identidade reclamada”, requerida estritamente nos limites do discurso ficcional, a partir do “pacto implícito entre leitor e escritor” (RICOEUR, 2007, p. 274) mas que operacionalizava sua construção textual por meio da relação dialógica com a figuração que Antônio Conselheiro recebeu em **Os Sertões**.

Suspeitei que a configuração criada por Euclides da Cunha para Antônio Conselheiro em **Os Sertões** possibilitou em certa medida, a construção de uma espécie de memória cristalizada desse polêmico beato sertanejo. Trabalhei assim com a hipótese de que esta cristalização memorialística favoreceu a constituição de uma “identidade histórica” que a sociedade brasileira do século XX teve e a do século XXI tem a respeito do beato líder do movimento conselherista. Neste trabalho, esta identidade foi entendida por mim como “identidade proclamada”, termo emprestados do filósofo Paul Ricoeur em **A memória, a história e o esquecimento** publicada em 2000. Uma das perguntas que busquei responder foi a seguinte: em que medida a memória de Antônio Conselheiro constituída socialmente é o reflexo da “identidade proclamada” erigida nele no livro de Euclides da Cunha?

Ao promover a comparação da memória constituída de Antônio Conselheiro em **Os Sertões** e em **A Casca da Serpente** precisei responder esta pergunta que julguei pertinente para o processo de compreensão de construção das prováveis “identidades” de Conselheiro. Em certa medida acredito não ser oportuno analisar as identidades “proclamada” e “reclamada” como categorias totalmente antagônicas, antes creio ser mais coerente concebê-las como processos de construções de identidades, os quais precisam ser colocados como saberes que muito embora pertençam a campos

discursivos distintos⁴⁵ engendram em determinados momentos um patamar de intersecção dialógica no que dizem respeito à memória da Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente** como também em **Os Sertões**.

Assim, poderemos entender no campo dialógico das linguagens das narrativas de **Os Sertões** e **A Casca da Serpente** as construções de saberes que partem de duas linhas distintas, as quais, ora se inter cruzam ora de desarmonizam. Daí o porquê da afirmação de que estas identidades não são totalmente antagônicas. Poderíamos pensar que o ponto de intersecção destas distintas linhas será sempre a memória cristalizada de Conselheiro como “gnóstico bronco”, o ponto de desarmonia, por seu turno será as construções das identidades “proclamadas e reclamadas” representadas respectivamente pelo Antônio Conselheiro, “caso de degenerescência intelectual” e o tio Antônio, “o homem de “olhar discernidor”.

Os “abusos de memória” que Antônio Conselheiro fora exposto no processo de construção dos campos discursivos político, religioso histórico, científico e literário da história brasileira é ao meu entender o grande impedimento que poderemos verificar em tio Antônio tornar-se uma figura autônoma e sua imagem se desvencilhar completamente do Antônio Conselheiro de **Os Sertões**, pois na obra euclidiana pode-se contemplar o resumo de todos estes campos discursivos citados acima, tendo em vista que na produção euclidiana, conforme já assinalai, Antônio Conselheiro é configurado como louco, analfabeto, opositor tenaz da República⁴⁶.

Estes abusos de memória sobre o líder dos conselheristas resultaram na “memória manipulada” que segundo Ricoeur é uma das “afecções da memória” devido

⁴⁵ Vejo as “identidades proclamadas e reclamadas” como pertencentes a campos discursivos distintos uma vez que falam de coisas distintas, excessos de memórias e insuficiência de memória, por outro lado não as vejo como totalmente antagônicas porque só posso compreender a “identidade reclamada” buscando suporte na “identidade proclamada”, ou seja, só posso compreender o tio Antônio, buscando referencia no Antônio Conselheiro. Este último representa a memória, enquanto o primeiro representa o esquecimento. Lembremo-nos então que memória e esquecimento são categorias que se opõem, mas que não se excluem.

⁴⁶ Quanto à oposição de Conselheiro ao Governo, é sabido que os conflitos entre o Estado e o beato estabeleceram-se e agravaram-se com a proclamação da República, regime ao qual ele se opunha, porquanto fizera a separação entre o Estado e a Igreja, e introduzira o casamento civil. Esta oposição se deve ao fato de que para Antonio Conselheiro o governo é teocrático, pois o poder temporal emana da vontade divina. Deus é supremacia, até para os assuntos da Terra, razão pela qual o beato discordava do novo regime por não acreditá-lo legítimo nos moldes religiosos de até então (DOBRORUKA, 1997 apud AMARAL, 2004, p.79). Portanto é uma falácia acreditar que tanto os canudenses quanto o Conselheiro rejeitavam a república por questões apenas de cunho político.

ao “excesso de uso” ou a “escassez de uso”. Foram estas “manipulações de memória” que configuraram a “identidade proclamada” do beato líder dos conselheristas em **Os Sertões**. A “identidade reclamada” do tio Antônio tenta por em “xeque” a imagem oficial de Antônio Conselheiro na memória coletiva do país como fanático religioso, irreverente, impenitente, louco, no entanto, como vimos ela ficará em boa parte à sombra da “identidade proclamada” de Antônio Conselheiro na obra euclidiana.

Em **A memória, a história e o esquecimento**, no referente às “manipulações da memória”, Ricoeur afirma que elas são resultantes do fenômeno da ideologia. Para este filósofo o processo ideológico é opaco, porquanto dissimula e justifica um “sistema de ordem e de poder”. É um procedimento que dissimula, porque possui um “caráter inconfessável”, e no “confronto com o outro” é sempre este que “atola na ideologia”. É um processo que justifica, tendo em vista que nos meandros da organização estrutural política hierárquica entre os governantes e governados criam-se uma espécie de “pacto de crença”, neste pacto é possível as mais diversificadas elaborações identitárias de um personagem histórico.

No caso da Guerra de Canudos, a constituição identitária de Antônio Conselheiro como um “monarquista revolucionário” se deu por um lado pela confiabilidade que os governados tiveram em seus governantes quando estes relataram principalmente pelo uso da imprensa jornalística os “reais” motivos da guerra e a “necessidade” do extermínio do arraial. Por outro lado, também contemplamos os conselheristas defendendo o arraial até a morte, no entanto “atolados na ideologia” republicana.

Lembremo-nos que a “problemática da memória manipulada”, segundo Ricoeur cruza-se com a da identidade e com esta se confunde, principalmente por meio da ideologia. Os “abusos de memória”, também são “abusos de esquecimentos”, devido à função mediadora da narrativa, pois, segundo Ricoeur, só depois que é feito o “uso” “seletivo da narrativa”, ocorre o “abuso” (RICOEUR, 2007, p.455).

Diante disso, poderíamos compreender então que a identidade de Antônio Conselheiro como um louco e fanático religioso é resultante das excessivas narrativas que o relatam assim, por outro lado, a habilidade política do Conselheiro, pois organizava a sociedade de Belo Monte não apenas nos preceitos religiosos, mas também

econômico/administrativo e moral é esquecida. Walnice Galvão destaca que o Antônio Conselheiro “letrado e capaz de exprimir suas concepções religiosas e políticas de modo articulado” é pouco mencionado na história oficial do país (GALVÃO, 2001, p. 31). Vê-se assim que ocorre nesta situação destacada por Walnice Galvão a “manipulação da memória” a partir da função seletiva da narrativa, houve “insuficiência de uso”, portanto, “abusos de esquecimentos” sobre a memória de um Antônio Conselheiro habilidoso e carismático com uma população que em um contexto de regime republicano ainda vivia sob as bases de uma política com fortes nuances coronelistas. Ao falar do processo de seleção narrativa da história Ricoeur defende: “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando-se as ênfases, reconfigurando diferentemente os protagonista da ação assim como os contornos dele” (RICOEUR, 2007, p 455).

Ao chegar a este ponto das discussões, pude perceber que a memória configura-se a partir de um encadeamento de saberes, e todos estes conhecimentos podem ser perpassados pelos meandros da literatura e da história. Sendo assim, neste estudo procurei entender o fenômeno da memória na interface entre a literatura e a história, tendo em vista que as narrativas aqui focalizadas caracterizam-se por certa hibridez que coloca os eventos da Guerra de Canudos, bem como seus personagens sob efeito de uma construção narrativa bilateral quando o que “foi” em **Os Sertões** é rememorado e reelaborado gradativamente nos possibilitando imaginar o que poderia “ter se sido” em **A Casca da Serpente**.

Enfim, é pouco provável pensarmos que a constituição de Antônio Conselheiro em **A Casca da Serpente** seja autônoma a deste personagem em **Os Sertões**. Não obstante, a idéia de uma “identidade reclamada”, apesar de não ser descartada, precisa ser pensada com certa cautela, tendo em vista que em José Veiga há uma “reivindicação” identitária de Antônio Conselheiro que deseja ser constituída sempre visando o apagamento de tudo aquilo que Euclides da Cunha aponta como defeituoso no líder conselherista, por exemplo, a religiosidade e o jeito de se vestir. Conforme já assinalei em algumas páginas acima, em **A Casca da Serpente**, o beato só deixa de ser o “bufão arrebatado nas visões apocalíptico” e passa a ser o descontraído tio Antônio quando se torna limpo e abandona o hábito de entender tudo “sob o compasso da

Bíblia”, só depois dessa reconfiguração física e mental que o narrador de Veiga o descreve como “um homem de olhar discernidor”.

Conforme fora exposto no capítulo 11 desse trabalho, tanto quanto Euclides da Cunha, José J. Veiga concebe Antônio Conselheiro, o cabeça da Guerra de Canudos como “um caso de degenerescência intelectual”, por isso a criação de um Antônio Conselheiro diferente, a criação de um agradável tio Antônio, “a casca da serpente”, mas com muitas arestas do “gnóstico bronco de Euclides da Cunha. Em suma podemos compreender que estas arestas são reveladoras do que destacamos nas páginas iniciais deste trabalho como os mecanismos de manipulações e os recalques de memória nos processos modernos de refundação da imagem de um Brasil e de brasileiros marcados de espaços ignotos ou “à margem da história”.

A necessidade de relembrar os fatos passados de Canudos era essencial para prevenir o tio Antônio e seu bando de cometer os mesmos erros que levaram Canudos a um massacre que teve em seu desfecho entre muitos acontecimentos cruéis: “os das mulheres que se atiravam nas fogueiras dos bombardeios levando nos braços seus filhos pequenos [...]” (VEIGA, 2008, p. 56).

No decorrer da narrativa ficcional de Veiga, notou-se que a reconfiguração, construída por seu narrador sobre o Conselheiro, apoiou-se na maioria das vezes, na rememoração do antigo Conselheiro, o que em princípio pareceu oposição ao Antônio Conselheiro de **Os Sertões** e tio Antônio de José J. Veiga, em última instância ficou visível trata-se apenas de certa dose de desarmonia, no entanto, repleta de elementos complementadores. Desse modo, a reconfiguração de Antônio Conselheiro criada por José J Veiga seria uma pseudo-rivalidade da figuração erigida por Euclides da Cunha em **Os Sertões** cinco anos depois do fim da Guerra de Canudos. Acredito que estas pressuposições foram aptas a me guiar no meu caminho investigativo do Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha e do Antônio Conselheiro/tio Antônio, de José J. Veiga que percorri até aqui.

A cada resposta que consegui obter no decorrer desta pesquisa vi na minha frente surgirem dez perguntas, as quais me inquietam o espírito por não poder respondê-las ainda. Percebi que a multidisciplinaridade da memória transforma-a em amplo objeto de conhecimento e experiência pronto a despertar interesses investigativos das mais

diversificadas áreas de conhecimentos filosóficos, científicos, sociais, literários etc. Sendo assim, acredito ter sido pertinente o interesse que tive nesta pesquisa de refletir o gênero narrativo ficcional como categoria memorialística, no caso específico deste trabalho, o romance a **Casca da Serpente** e o seu diálogo comparativo com **Os Sertões**.

Quanto a José J Veiga, este já não me surpreendeu, pelo contrário, analisar mais uma vez suas obras, apenas me serviu para ratificar a competência desse autor goiano ainda tão pouco estudado pela teoria literária brasileira. Neste romance, José J. Veiga, com a mesma capacidade narrativa presente em suas obras anteriores, cria a Concorrência de Itatimundé, a Canudos “passada a limpo” e o “tio Antônio”, um sertanejo como tantos outros, que olha para o futuro de modo “vigilante, discernidor, mas sereno e sábio”. Ele, o tio Antônio é um homem que viu “o avesso do mundo e da vida e não enlouqueceu” (VEIGA, 2008, p. 124).

Este sertanejo que “viu o avesso do mundo e não enlouqueceu” é a identidade reformada de Antônio Conselheiro, criada ficcionalmente, a partir do de **Os Sertões**. Ele é o tio Antônio, a “serpente” com uma nova e fascinante casca, o seu criador é José J. Veiga, que acredita ser função do escritor: “procurar transmitir a outras pessoas as modestas descobertas que consegue fazer em suas tentativas de “desvendar os enigmas da vida e do mundo” (VEIGA, 2009, p. 81).

Encerro esta pesquisa intrigada com fenomenologia da memória de Paul Ricoeur, compreensível diante dos posicionamentos cientificista de Euclides da Cunha ao construir seu “Gnóstico Bronco” nas páginas do célebre **Os Sertões**, resignada por saber que “Canudos não se redeu” e, fascinada pela nova “casca da serpente”, tio Antônio, o homem que sonhou em “passar o sertão a limpo”.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Veneno de Cobra**. 2006. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/35-sergio-abranches/06/04/2006>>. Acesso em: 14 jun.2010.
- ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold de. **De sertões, desertos e espaços incivilizados. Canudos: Visões Posteriores e Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2001.
- AMANCIO, Moacir. **Literatura Comentada**. J.J.Veiga. São Paulo: Editora Abril, Educ, 1982.
- AMARAL. Claudia. Antonio Conselheiro do povoado baiano ao filme da guerra: um olhar sobre a imagem constituída. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**. São Paulo, v. 3, n. 1, 2004, p. 77-82. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Cadernos/Volum_e_4/008.pdf> Acesso em: 16 jan, 2010.
- ARAGÃO, Octavio; FERNANDES, Fábio. **Levantando o lençol da realidade: entrevista com José J. Veiga**. Disponível em <<http://intemblog.blogspot.com/2008/11/levantando-o-lenol-da-realidade.html>>. Acesso em 1 set. 2008.
- BARTELT, Dawid Danilo. **O Cerco Discursivo de Canudos**. Artigo 004. Disponível em <<http://www.portfolium.com.br/Sites/Canudos/conteudo.asp?IDPublicacao=66>>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- BASTOS, Alcmeno. **A história foi assim: o romance político brasileiro dos anos 70/80**. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.
- _____. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- BERNUCCI, Leopoldo M. **A Imitação dos Sentidos. Prógnos Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1995.
- BOSI, Alfredo. Situações e formas do conto brasileiro contemporâneo. In: **O Conto Brasileiro Contemporâneo**. _____(Org.). São Paulo: Cultrix, 1975.
- CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.
- CARVALHO, Maria Luiza Ferreira Laboissière; CABRAL Maria Wellitania de Oliveira. “História e Metaficção na Novela A Casca da Serpente, de José J. Veiga”: In: **Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada**. São Paulo, 2008. Disponível em:<www.abralic.org.br/Cong2008/AnaisOnline/Simpósio/pdf/42>. Acesso em: 03 fev. 2009

CUNHA, Euclides. **Os Sertões. Campanha de Canudos**. São Paulo: Editora Ediouro. 3ª Edição, 2009.

_____. **Os Sertões**. Volumes I e II. Obras Imortais da Nossa Literatura. São Paulo: Editora Três, vol. 10, 1973.

DAMULAKIS, Gerana. O Conselheiro na crônica do bruxo. In: **Jornal de Poesia**. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/1gerana2c.html>>. Acesso em: 18 set. 2009

DANTAS, Gregório. “José J. Veiga e o romance brasileiro pós-64”. *Revista Falla dos Pinhaes*. Espírito Santo de Pinhal, SP: vol. 1, n.º 1, jan./dez., 2004

DOMINGUES, José Mauricio. “O Estado, a Democracia e a Cidadania”. In: **Sociologia e Modernidade: Para se entender a Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

FONSECA, Aleilton. **O Pêndulo de Euclides**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 5ª Edição, 1999.

_____. **Arqueologia do Saber**. Tradução, Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª Edição/ 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: 34 Ltda., 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora. A Guerra de Canudos nos Jornais 4º Expedição**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **O Império do Belo Monte**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HATOUM, Milton. Expatriados em sua própria pátria. In: **Cadernos de literatura brasileira**, n. 13/14, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 318-339.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 1. História – Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

_____. História e Memória: In: **Memória e Documento_Monumento**. São Paulo: 4ª Edição, Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, Maria Alzira Brum. **O doutor e o jagunço: Ciência, mestiçagem e cultura em Os Sertões**. São Paulo: Editora Unimar. Arte e Ciência, 2000.

LIMA, Luiz Costa. **História, Ficção e Literatura**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

_____. **Teoria da Literatura e Suas Fontes**. _____(Org.). Volumes I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Edição, 2002.

_____. **Terra Ignota. A Construção de Os Sertões**: Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1997.

MANGABEIRA, Francisco. **Tragédia Épica (Guerra de Canudos)**. Coleção Austregésilo de Athayde. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

MENON, Mauricio César. Dois Mitos sob a Ótica Pós-Moderna. In: **IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada**. UNIPAR/UUEL, 2001. Disponível em: <<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/DOIS%20MITOS%20SOB%20A%20OTICA%20POS-MODERNA.pdf>>. Acesso em: 08 mar.2010

MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. Rio de Janeiro: Editora Elo, 1987.

NEPOMUCENO, Luiz André. De Cachorros, Homens e Bois. Poder e violência em José J. Veiga. In: **Revista Trama**. v. 3 v. 3, nº 5, 1º semestre 2007. Cascave: Edunioeste, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marco Antônio. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: **Les Lieux de Memoria**. I La République. Tradução: Yara Aun Khoury. Paris: Editions Galimard, 1984.

NOVAIS FILHO, Joaquim Antônio de. **Dois pontos de vista sobre Conselheiro e Canudos**. Trabalho monográfico (Especialização em Teoria e História Literária), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da Conquista, 2010, p 04-20.

PAES, Marleide Santana. **Papéis e Canetas Entre Bois e Urubu**. Trabalho monográfico (Especialização em Teoria e História Literária), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da Conquista, 2008.

PELLAUER, David. **Comprender Ricoeur**. Petrópolis: Editoras Vozes, 2004.

PESSOA JR, Osvaldo. In: **Histórias contra factuais da Ciência. Estudos Avançados 14**. N.39, 2000. Disponível em: <www.fflch.usp.br/df/opessoa/Est-Avan-00.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

PINTO, Lúcia R. V. “O Inatual e o Espanto”. In: **Caderno de Resumos do V Seminário de Teoria r História Literária. A Atualidade e a Inatualidade do Romantismo**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, v.1, 2009, p.36.

PRADO, Antonio Arnoni. **Atrás do Mágico Relance (Uma conversa com J. J. Veiga)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

RICOUER. Paul. **A memória, a História o Esquecimento**. Tradução: Alan François [et. al.]-Campinas. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
_____. **Tempo e narrativa**. Tomo III Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

- RODRIGUES, Calazans Selma. **O Fantástico**. São Paulo: Ed. Ática. S.A., 1988.
- SANTANA. José Carlos Barreto. **Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais**. São Paulo - Feira de Santana: Editora Hucitec, 2001.
- SILVA, Cândido da Costa. O Peregrino entre os Pastores. In: **Caderno de Literatura Brasileira**. Euclides da Cunha. São Paulo: Instituto Moreira Sales. Edição Especial números 13 e 14- Dezembro de 2002.
- SILVA. Rogério Souza. **Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie**. São Paulo: Editora: Annablume, 2001.
- SILVA, Vera Maria Tietzmann. **IV Seminário Leitura de Narrativas**. Seminários de Literatura. José J. Veiga: 50 anos de Os cavalinhos de Platiplanto. Belo Horizonte: UFG, 2009.
- SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o Novo Romance Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Agostinho Potenciano. **Um Olhar Crítico Sobre o Nosso Tempo: Uma leitura da obra de José J. Veiga**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- SPINDLER, William de. **Magic Realism: A typology**. Trad. Fábio Lucas Pierini. Grã-Bretanha: Universidade de Essex, 1993.
- TAVARES, Odorico. **Cinquenta Anos Depois (1947)**. 1º edição, artigo 029. Salvador: 1951. Disponível em: <<http://www.portfolium.com.br/Sites/Canudos/lista.asp?Pag=2&IDSecao=40>>. Acesso em: 25 out. 2010.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Editora Perspectiva 2004
- TOLEDO, Roberto Pompeu. Caderneta de Campo. Viagens aos Domínios do Conselheiro. In: **Caderno de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha**. São Paulo: Instituto Moreira Sales. Edição Especial números 13 e 14, dez. 2002.
- VEIGA, José. J. **A Casca da Serpente**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2008.
- _____. **A Hora dos Ruminantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Os Cavalinhos de Platiplanto**. Contos. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 20ª Edição, 1997.
- _____. **Sombras de Reis Barbudos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **O Trono no Morro**. São Paulo: Abril, I Edição. 2009.
- VENTURA, Roberto. Memória Seletiva. À Frente da História. In: **Caderno de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha**. São Paulo: Instituto Moreira Sales. Edição Especial números 13 e 14, dez. 2002.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.